



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Programa de Pós-Graduação em Educação
Curso de Doutorado em Educação



MAIARA SOBRAL SILVA

**A COMUNICAÇÃO DA CIÊNCIA COMO OBJETO DE FRONTEIRA NO
ESTUDO DO TRABALHO JORNALÍSTICO NA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA
DOS IF's DA AMAZÔNIA LEGAL**

UBERLÂNDIA

2024

MAIARA SOBRAL SILVA

**A COMUNICAÇÃO DA CIÊNCIA COMO OBJETO DE FRONTEIRA NO
ESTUDO DO TRABALHO JORNALÍSTICO NA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA
DOS IF's DA AMAZÔNIA LEGAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação.

Linha de Pesquisa: Trabalho, Sociedade e Educação (TSE)

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Adriana Cristina Omena dos Santos

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Mirna Tonus

UBERLÂNDIA

2024

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

S586
2024

Silva, Maiara Sobral, 1987-

A comunicação da ciência como objeto de fronteira no estudo do trabalho jornalístico na divulgação científica dos IF's da Amazônia Legal [recurso eletrônico] / Maiara Sobral Silva. - 2024.

Orientadora: Adriana Cristina Omena dos Santos.

Coorientadora: Mirna Tonus.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Pós-graduação em Educação.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2024.781>

Inclui bibliografia.

1. Educação. I. Santos, Adriana Cristina Omena dos, 1970-, (Orient.). II. Tonus, Mirna, 1968-, (Coorient.). III. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Educação. IV. Título.

CDU: 37

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação
Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1G, Sala 156 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
Telefone: (34) 3239-4212 - www.ppged.faced.ufu.br - ppged@faced.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Educação				
Defesa de:	Tese de Doutorado Acadêmico, 38/2024/426, PPGED				
Data:	Novo de dezembro de dois mil e vinte e quatro	Hora de início:	14h12	Hora de encerramento:	17h01
Matrícula do Discente:	12113EDU021				
Nome do Discente:	MAIARA SOBRAL SILVA				
Título do Trabalho:	"A COMUNICAÇÃO DA CIÊNCIA COMO OBJETO DE FRONTEIRA NO ESTUDO DO TRABALHO JORNALÍSTICO NA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DOS IF's DA AMAZÔNIA LEGAL"				
Área de concentração:	Educação				
Linha de pesquisa:	Trabalho, Sociedade e Educação				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	"Políticas públicas de educação, ciência e tecnologias: da precarização do trabalho ao ensino integral e à divulgação da ciência"				

Reuniu-se no Anfiteatro/Sala 1G145, Campus Santa Mônica, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Educação, assim composta: Professores Doutores: Angela Maria Grossi - UNESP; Juri Castelfranchi - UFMG; João Damásio da Silva Neto - UFU; Fabiane Santana Previtali - UFU e Adriana Cristina Omena dos Santos - UFU, orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Adriana Cristina Omena dos Santos, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovada

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Cristina Omena dos Santos, Professor(a) do Magistério Superior**, em 09/12/2024, às 17:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabiane Santana Previtali, Professor(a) do Magistério Superior**, em 09/12/2024, às 17:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Angela Maria Grossi, Usuário Externo**, em 09/12/2024, às 18:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **João Damásio da Silva Neto, Jornalista**, em 10/12/2024, às 11:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juri Castelfranchi, Usuário Externo**, em 10/12/2024, às 15:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5923380** e o código CRC **2AA8DD1F**.

MAIARA SOBRAL SILVA

**A COMUNICAÇÃO DA CIÊNCIA COMO OBJETO DE FRONTEIRA NO
ESTUDO DO TRABALHO JORNALÍSTICO NA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA
DOS IF's DA AMAZÔNIA LEGAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação.

Uberlândia, 9 de dezembro de 2024.

Banca examinadora:

Prof^ª. Dr^ª. Fabiane Santana Previtali

Prof. Dr. Juri Castelfranchi

Prof^ª. Dr^ª. Ângela Maria Grossi

Prof. Dr. João Damasio da Silva Neto

Prof^ª. Dr^ª. Adriana Cristina Omena dos Santos

Presidente

*“Ficar vulnerável é um risco que temos que correr se quisermos experienciar
conexão”.*

Brené Brown

AGRADECIMENTOS

Agradecer exige um senso de justiça que não estou experienciando no momento, uma vez que, ao finalizar essa tese, sou grata até àqueles que não colaboraram com o meu processo, mas vou tentar ser justa e sucinta.

Agradeço a Deus pela bondade e misericórdia de permitir que minhas escolhas fossem ao encontro dos propósitos d'Ele para a minha vida. Obrigada, Senhor!

Sou grata à minha mãe, Lindoraci Sobral, por ter encarado o desafio de bancar todas as minhas invenções e não deixar que eu me perdesse pelo caminho, ela é a minha maior incentivadora. Obrigada, mãe!

Ao Davi, meu grande presente, agradeço o senso de responsabilidade e exemplo que seu nascimento agregou à minha existência. Filho, eu te amo do infinito ao além!

Ao maninho, Hugo Sobral, agradeço a parceria e confiança, pois ter alguém que acredita em você mais do que você mesma faz a diferença.

Sou grata ao Leandro Telles, meu esposo, que em meio a essa minha jornada acadêmica não largou a minha mão, mesmo eu acordando quase todos os dias e dizendo que estava “estranhada”. Obrigada, amor!

Ao meu pai, Sérgio da Silva, agradeço pelas lições que me tornaram resiliente, paciente e persistente.

O que falar para a minha orientadora Adriana Omena? Eu poderia escrever uma enciclopédia e não seria capaz de agradecê-la completamente. Lá em 2005, quando nos conhecemos, ela já acreditava em mim e nunca desistiu de me incentivar a encarar esse processo que é o doutorado. Duvido, até hoje, da minha capacidade intelectual para tal feito, e ela não teve dúvidas.

Ao meu amigo e parceiro de doutorado, Leandro Araújo, agradeço a generosidade e afetividade com que me acolheu; mesmo à distância, criamos um laço para a vida. Amigo, conseguimos!

Ao Instituto Federal do Tocantins (IFTO), sou grata pela oportunidade de me afastar para concluir mais essa etapa na minha vida.

À minha amiga Danniela Priscylla, que desde o Ensino Médio comemora comigo as minhas conquistas e me apoia nos momentos de desalento. Obrigada, amiga!

Às minhas amigas da Diretoria de Comunicação (Dicom), Keline, Thâmara, Marina, Andressa e Mayana, agradeço a escuta sensível e por se fazerem próximas e participativas na minha vida mesmo sem minha presença no trabalho.

Às minhas amigas Quenízia, Poliana e Janaína, que foram escutas atentas e sensíveis durante essa jornada tão desafiadora.

Agradeço à minha coorientadora, Mirna Tonus, que é, com certeza, um presente entre tantos graciosos que a professora Adriana me trouxe, muito obrigada pelos diálogos e orientações!

Aos professores Fabiane e Yuriij, agradeço pelas considerações na qualificação, garanto que tentei segui-las, e sou muito grata pela forma com que vocês conduziram a banca, sou privilegiada por tê-los nesse processo.

Por último, e não menos importante, agradeço aos participantes dessa pesquisa. Convencer alguém a responder um questionário ou participar de uma entrevista é uma tarefa que exige reciprocidade, por isso, sou muito grata aos 26 jornalistas e 4 gestores de comunicação que contribuíram para essa pesquisa.

RESUMO

A tese, desenvolvida junto à linha Trabalho, Sociedade e Educação do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, investiga o papel do jornalista na divulgação científica nos Institutos Federais da Amazônia Legal, destacando os desafios enfrentados pela região devido a sua geografia e contexto histórico. A escolha da área justifica-se pela ausência de estudos e pelo distanciamento dos grandes centros. Este trabalho também reflete sobre a precarização do trabalho jornalístico, com foco na interface entre comunicação pública da ciência e assessoria de imprensa. O objetivo é analisar as condições de trabalho e os processos de divulgação científica nesses institutos, observando a horizontalização e participação dos atores amazônidas. Trata-se de pesquisa aplicada, de viés descritivo, documental e qualitativo, cujo foco é a análise da comunicação pública da ciência nos Institutos Federais da Amazônia Legal. A metodologia envolveu revisão bibliográfica, análise documental e questionários com jornalistas e gestores de comunicação. Foram analisadas políticas de comunicação e notícias dos portais institucionais, categorizando as informações de acordo com princípios da comunicação pública. Além disso, a pesquisa utilizou a perspectiva histórico-dialética para relacionar as diferentes dimensões do objeto estudado, destacando contradições nas condições de trabalho dos jornalistas na divulgação científica. A discussão sobre a precarização do trabalho na Administração Pública vai além da instabilidade e insegurança no emprego, abordando também a deterioração das condições de trabalho, que, no caso dos jornalistas da Divulgação Científica dos Institutos Federais, destacam-se dois fatores principais: a não institucionalização dessa atividade e o Decreto nº. 10.185/2019, que extingue cargos vagos e impede novos concursos. A pesquisa revela que os profissionais de comunicação enfrentam condições instáveis e pressões para equilibrar a precisão científica com a acessibilidade do conteúdo para o público, o que afeta a qualidade do trabalho. Há ainda tensões nas relações entre jornalistas e cientistas, e a falta de formação específica agrava a situação. A solução para esses desafios inclui maior colaboração e diálogo entre as partes e a institucionalização da divulgação científica nos Institutos Federais da Amazônia Legal.

Palavras-chave: Comunicação da Ciência; Trabalho do Jornalista; Precarização.

ABSTRACT

The thesis investigates the role of journalists in scientific dissemination in the Federal Institutes of the Legal Amazon, highlighting the challenges faced by the region due to its geography and historical context. The choice of the area is justified by the lack of studies and the distance from large centers. The study also reflects on the precariousness of journalistic work, focusing on the interface between public communication of science and press relations. The objective is to analyze the working conditions and scientific dissemination processes in these institutes, observing the horizontalization and participation of Amazonian actors. The research is applied, descriptive, documentary and qualitative in nature, focusing on the analysis of public communication of science in the Federal Institutes of the Legal Amazon. The methodology involved a bibliographic review, documentary analysis and questionnaires with journalists and communication managers. Communication policies and news from institutional portals were analyzed, categorizing the information according to principles of public communication. In addition, the research used the dialectical perspective to relate the different dimensions of the object studied, highlighting the working conditions of journalists in scientific dissemination. The discussion on the precariousness of work in the Public Administration goes beyond job instability and insecurity, also addressing the deterioration of working conditions. In the case of journalists in the Scientific Disclosure Department of the Federal Institutes, two main factors stand out: the non-institutionalization of this activity and Decree No. 10.185/2019, which eliminates vacant positions and prevents new competitions. The research reveals that communication professionals face unstable conditions and pressure to balance scientific accuracy with the accessibility of content for the public, which affects the quality of their work. There are also tensions in the relations between journalists and scientists, and the lack of specific training worsens the situation. The solution to these challenges includes greater collaboration and dialogue between the parties and the institutionalization of scientific disclosure in the Federal Institutes of the Legal Amazon.

Keywords: Science Communication; Journalist's Work; Precariousness.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Outros termos relacionados com Comunicação da Ciência.....	40
Quadro 2 - Quadro resumo documentos normativos vigentes	74
Quadro 3 - Validação notícias IFAC	77
Quadro 4 - Validação notícias IFAM	82
Quadro 5 - Validação notícias IFAP.....	84
Quadro 6 - Validação notícias IFMA	86
Quadro 7 - Validação notícias IFMT.....	92
Quadro 8 - Validação notícias IFPA.....	96
Quadro 9 - Validação notícias IFRO	99
Quadro 10 - Validação notícias IFRR	102
Quadro 11 - Validação notícias IFTO	106

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Principais dados quantitativos dos Institutos Federais	67
Tabela 2 - Relação Jornalistas na ativa x Número de notícias x Número de unidades	113

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição dos entrevistados segundo titulação	50
Gráfico 2 - Respostas sobre cursar Jornalismo Científico na graduação	52
Gráfico 3 - Respostas sobre cursar Divulgação Científica na graduação.....	53
Gráfico 4 - Prioridade do trabalho jornalístico na instituição	57
Gráfico 5 - Existência de Política de Divulgação Científica.....	58
Gráfico 6 - Questionamento se a composição da equipe atende às demandas de divulgação científica	59
Gráfico 7 - Questionamento sobre incentivo à produção de material para divulgação científica	60
Gráfico 8 - Atuação na Divulgação Científica	115
Gráfico 9 - Quais as formas de atuação na Divulgação Científica.....	116
Gráfico 10 - Quais as formas de solicitação das demandas.....	117

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Recorte da página oficial do IFAC	80
Figura 2 - Recorte da página oficial do IFAM	83
Figura 3 - Recorte da página oficial do IFAP	85
Figura 4 - Recorte da página oficial do IFMA	86
Figura 5 - Recorte da página oficial do IFMT	91
Figura 6 - Recorte da página oficial do IFPA	96
Figura 7 - Recorte da página oficial do IFRO	101
Figura 8 - Recorte da página oficial do IFRR	104
Figura 9 - Recorte da página oficial do IFTO	111

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 Memorial acadêmico profissional.....	13
1.2 Detalhando a proposta de pesquisa.....	17
1.3 Percurso metodológico e estruturação da tese	22
2 CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO PÚBLICA: CONCEITOS E PERSPECTIVAS	29
2.1 Definição, história e caminhos da ciência no Brasil – educação científica: da alfabetização científica à cidadania científica	29
2.2 Comunicação pública e educação científica como objetos de fronteira: da alfabetização à cidadania científica	33
2.3 Da comunicação da ciência à divulgação científica	39
2.4 Ciência e desinformação.....	41
3 TRABALHO DO JORNALISTA NA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA	47
3.1 O trabalho jornalístico na ciência	47
3.2 Panorama do papel do jornalista na atuação nos Institutos Federais da Amazônia Legal.....	49
3.3 Precarização do trabalho na divulgação científica	56
4 INICIATIVAS E ATORES NA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA NA AMAZÔNIA LEGAL BRASILEIRA.....	64
4.1 A Amazônia Legal brasileira: algumas reflexões.....	64
4.2 Cenários das instituições da Amazônia Legal estudadas (dados, historicidade e contradições).....	65
4.2.1 Comunicação Pública e Divulgação Científica – observação das notícias dos portais.....	76
4.3 Atuação dos jornalistas no processo de comunicação da ciência (dados, historicidade e contradições).....	114
5 CONCLUSÕES.....	122
6 PARA ALÉM DA TESE... ..	125
REFERÊNCIAS	126
APÊNDICE A – ROTEIRO DOS QUESTIONÁRIOS	136
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE.....	147

1 INTRODUÇÃO

1.1 Memorial acadêmico profissional

Descrever memórias é um desafio ambíguo, ao passo que existem muitas situações a contar, torna-se também mais difícil ter como foco o memorial acadêmico profissional, pois não são todas as memórias que possuem relação com o objetivo proposto e, nesse caso, com o objeto de pesquisa. Nesse sentido, vou tentar detalhar o que de fato tem interface com este trabalho e minha trajetória discente e profissional.

Para explicar minhas escolhas, é preciso me localizar geograficamente: goiana de nascimento e tocantinense de coração. Dessa maneira, ao escolher o curso de graduação, optei por algum que fosse ofertado no Tocantins, pois não tinha como sair da região para estudar fora. Após muito analisar o catálogo de cursos da Universidade Federal do Tocantins (UFT), escolhi Comunicação Social com habilitação em Jornalismo. Ingressei em 2005 e concluí em 2008, com o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) voltado à comunicação organizacional desenvolvida pelas instituições do Terceiro Setor. Em 2009, ano em que se efetivou a minha colação de grau, analisei as opções do mundo do trabalho, decidi pela vertente da Administração Pública e fui estudar para concursos.

Antes de iniciar minha jornada como jornalista na Administração Pública, tive uma rápida passagem pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa), atuando como agente administrativa, e trabalhei por três meses no setor de Recursos Humanos. No final de 2009, fui nomeada para o cargo de jornalista no Instituto Federal do Tocantins (IFTO). Sendo assim, tomei posse em janeiro de 2010 como a primeira profissional de comunicação concursada da instituição. Ao escolher a Educação, meu intuito era conciliar Comunicação e Educação, com vistas a uma futura carreira docente.

Neste contexto, em 2011, cursei uma pós-graduação em Docência do Ensino Superior pelo Instituto Tocantinense de Pós-graduação (ITOP), e, já com o olhar voltado aos programas de mestrado, aguardava o término do meu estágio probatório para solicitar afastamento para capacitação. Para minha surpresa e alegria, no final de 2012 o IFTO lançou um edital para o Mestrado Interinstitucional (Minter) em Educação, em parceria com a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Fiz minha inscrição e fui aprovada.

Ao ingressar no mestrado, minha ideia era estudar a relação entre Educação e Comunicação, ou seja, Educomunicação. Por questões da linha de pesquisa, precisei reformular meu projeto e, ao fim, minha pesquisa versou sobre o estágio na formação de

professores via educação à distância. A dissertação foi aprovada em 2015 e, com essa conclusão, nasceu o desejo de cursar o doutorado.

Esse desejo encontrava barreiras geográficas e familiares. Geográficas porque, no Tocantins, a oferta de cursos de doutorado ainda é restrita e específica a algumas áreas do conhecimento, e familiares em função da logística de me mudar sozinha com meu filho de três anos para outro estado. Então, recolhi esse anseio e segui trabalhando como jornalista na Diretoria de Comunicação (Dicom) do IFTO.

Em 2017, tentei uma seleção de doutorado na Universidade Federal Fluminense (UFF), contudo meu projeto não foi aprovado para a segunda fase por cinco décimos, o que me desmotivou levemente e me fez deixar a vontade “guardada”. Na verdade, eu havia reaproveitado o projeto que tinha utilizado para a seleção de mestrado: estava numa zona de conforto e desmotivada para escrever outra proposta.

No ano de 2020, com o avanço da pandemia e o fim de tantas vidas e seus respectivos sonhos, decidi que era hora de me arriscar. Com esse objetivo, tentei duas seleções: Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e Universidade Federal do Tocantins (UFT), ambas na área de Educação, e passei no processo da UFU, com um projeto sobre a precarização do trabalho docente durante a pandemia de Covid-19.

Ao iniciar as conversas e trocas com minha orientadora, professora Adriana Omena, deixei escapar minha vontade de retornar aos estudos sobre comunicação e ela me apresentou as discussões e inquietações sobre divulgação científica que, devido à sua característica interdisciplinar, une educação, comunicação e outras áreas, sendo necessário apenas inserir tais inquietações no contexto da linha Trabalho, Sociedade e Educação.

Nesse instante, cabe aqui um destaque necessário sobre o papel da professora Adriana na minha carreira científica, pois foi ela que, em 2005, apresentou-me a Iniciação Científica (IC), no meu primeiro período do curso de graduação em Comunicação Social – Jornalismo, na Universidade Federal do Tocantins.

Assim, não hesitei e resolvi reformular o meu projeto, redirecionando a minha pesquisa para a divulgação científica e o trabalho do jornalista nas instituições federais de ensino superior na Amazônia Legal. E eis o motivo de tal delimitação geográfica: como moradora e cidadã tocaninense, sinto a necessidade de discutir a (não) presença dos divulgadores científicos e/ou jornalistas dessa região nos processos de comunicação e divulgação científica, mesmo em meio à pandemia, por exemplo.

Desta feita, após o contato com os estudos decoloniais, o primeiro anseio foi analisar, do ponto de vista da decolonialidade, o lugar de fala desses atores. No entanto, ao perceber que não conseguiria aprofundar as discussões sobre objeto de fronteira e decolonialidade, optei por discutir a comunicação da ciência como objeto de fronteira e deixar os estudos coloniais para pesquisas futuras.

Então, para esse objetivo, minha aprovação na linha Trabalho, Sociedade e Educação (TSE) foi um presente: ao conhecer o Materialismo Histórico-Dialético (MHD) e seus desdobramentos, meu olhar ingênuo foi ganhando novas lentes, e não encaro essa mudança como negativa.

Comecei a enxergar os fenômenos com menos encantamento e mais criticidade. Até tenho um pouco de vergonha em admitir que cheguei a esse processo apenas aos 33 anos, entretanto, ao mesmo tempo, fico grata por ter chegado e conseguir problematizar as relações sociais nos mais diferentes âmbitos, incluindo o trabalho do jornalismo na divulgação científica das instituições.

No intuito de auxiliar na questão orientadora e nos percursos dessa pesquisa, e como parte obrigatória do doutorado, cursei: duas disciplinas obrigatórias – “Pesquisa em Educação” e “Teorias da Educação” –; três disciplinas eletivas – “Tópicos Especiais em Trabalho, Sociedade e Educação II: Reestruturação produtiva e educação”, “Seminários de Pesquisa em Saberes e Práticas Educativas I” e “Tópicos Especiais em História e Historiografia da Educação I: Mulheres, imprensa e História da Educação – estudos interdisciplinares”. Além disso, ainda aproveitei a disciplina “Estudo de Problemas Educacionais na Amazônia”, cursada no Doutorado em Educação na Amazônia, pela UFT.

As disciplinas obrigatórias auxiliaram muito no trajeto metodológico e a entender os processos e caminhos que poderiam ser seguidos na evolução e desenvolvimento da pesquisa. A disciplina “Pesquisa em Educação” foi valiosa no que tange à desconstrução de uma tese, tendo sido muito interessante e esclarecedor verificar os limites e (im)possibilidades de um trabalho já apresentado e aprovado. Já a disciplina “Teorias da Educação” foi importante para uma melhor percepção da atuação do docente no contexto atual: a leitura de clássicos como *O mestre ignorante*, escrito por Jacques Rancière, possibilitou um olhar sobre a prática do professor e do alunado nessa contemporaneidade.

Quanto às disciplinas eletivas, a intitulada “Tópicos Especiais em Trabalho, Sociedade e Educação II: Reestruturação produtiva e educação” redimensionou minha

visão pessoal para além da acadêmica, visto que, ao compreender melhor a influência do capitalismo na educação e como todo um sistema serve a esse capital, meu olhar foi para outro lugar de observação; já a disciplina “Seminários de Pesquisa em Saberes e Práticas Educativas I” incluiu novas referências e caminhos à minha pesquisa, enquanto que a disciplina “Tópicos Especiais em História e Historiografia da Educação I: Mulheres, imprensa e História da Educação – estudos interdisciplinares” abriu meu olhar para uma possibilidade a ser discutida na minha pesquisa: a questão da mulher na ciência.

No primeiro ano de doutorado, publiquei dois trabalhos em eventos científicos: V Jornada Interdisciplinar do PPGCOMS/UFT e XI EPEDUC/Unube, ambas com a temática sobre a divulgação científica nas instituições federais de ensino superior do Tocantins, uma discussão sobre ciência, educação, atores e relações de trabalho. Além disso, enviei um resumo expandido da pesquisa ao congresso da *Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación* (ALAIC), que ocorreu no segundo semestre de 2022, em Buenos Aires, na Argentina. Da mesma forma, apresentei um artigo sobre a pesquisa para o Congresso da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), que em 2023 ocorreu na cidade de Belo Horizonte/MG.

No que diz respeito à participação em eventos, assisti ao I Simpósio de Divulgação Científica da Universidade Federal Fluminense, ao I Congresso Brasileiro de Divulgação Científica e ao I Congresso Brasileiro de Comunicação Pública, Cidadania e Informação, além de ter estado presente no XVI Congresso da ALAIC. Com o intuito de buscar novos olhares, participei também do curso “Jornalismo científico: da pandemia à crise climática – como melhorar a cobertura em ciência”, ministrado pelo *Knight Center for Journalism in the Americas*, em parceria com o Instituto Serrapilheira.

Essas apresentações e participações em eventos científicos contribuíram para que eu redefinisse alguns pontos da minha pesquisa – entre problema, hipótese e objetivos –, assim como me auxiliaram a trazer a decolonialidade para a discussão e abordar a Amazônia como lugar desse estudo, fazendo valer as suas especificidades e vulnerabilidades. Sendo assim, com esse novo olhar, surgiram muitos questionamentos que guiaram o planejamento da pesquisa durante as fases que se seguiram.

Em 2023, o trabalho foi submetido à banca de qualificação, sendo esta composta pela minha professora orientadora, Prof^a. Dr^a. Adriana Cristina Omena dos Santos, e pelos professores convidados: Prof^a. Dr^a. Fabiane Santana Previtalli e Prof. Dr. Yuriy

Castelfranchi. A apresentação aconteceu de forma remota e resultou em contribuições que auxiliaram numa melhor delimitação do escopo da pesquisa e na redefinição de alguns de seus objetivos, apresentados a seguir.

1.2 Detalhando a proposta de pesquisa

Esta pesquisa visa tecer reflexões acerca do trabalho jornalístico no processo de divulgação científica realizado pelos Institutos Federais da Amazônia Legal e seus efeitos na comunicação pública da ciência desenvolvida nos Institutos Federais na Amazônia. A escolha dessa região é, por sua vez, motivada, especialmente, por dois fatores: o distanciamento dos grandes centros brasileiros – sendo este também a localidade de residência da pesquisadora –, e pela ausência de trabalhos sobre a região, em especial contemplando a divulgação científica na Amazônia do país.

A Amazônia Legal brasileira é composta pelos seguintes estados: Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. O motivo de estudar as instituições dessa região se dá pelas suas especificidades: os desafios da divulgação científica nessa região podem sofrer impactos das “especificidades oriundas de sua geografia, de seu povo, de sua cultura e de seus processos históricos que são regionais e, concomitantemente, globais” (Silva; Mascarenhas, 2018, p. 203).

Ainda no tocante às especificidades da Amazônia Brasileira, Aragón (2018, p. 21) alerta que:

[...]a dimensão internacional da Amazônia em nível regional revela toda a complexidade da região em termos físicos e humanos. Desde qualquer critério, a população que habita a região é nada desprezível, contestando aqueles que ainda acreditam no mito do vazio amazônico.

Sendo assim, considerando as peculiaridades e as particularidades amazônicas, cabem as considerações de Vasconcelos e Freitas (2012, p. 4-5), ao reforçarem a necessidade de estar atento ao fato de que:

A história da região Amazônica está envolvida pelos sonhos e planos de desenvolvimento econômico projetados para a região. Esses foram pensados fora de seu contexto social, histórico e ambiental. Por isso, até hoje, as dimensões sociais, culturais e históricas da região ainda não são compreendidas em todos os seus aspectos pela sociedade geral. Assim, mesmo os atores sociais inseridos nesse tempo-espço, os amazônidas, muitas vezes não conseguem entender a sua história e, portanto, não se reconhecem como sujeitos históricos.

Nesse sentido, evidencia-se neste trabalho um objeto de fronteira e que intenta uma interface entre a divulgação científica na região Amazônica e o trabalho precarizado do jornalista, mesclando áreas como Comunicação da Ciência, Sociologia da Ciência e Educação. Para tanto, é preciso compreender que, pela semelhança das práticas, por muitas vezes o trabalho do jornalista na assessoria de comunicação de uma instituição de ensino superior pode ser considerado como de divulgação científica ou, ao menos, parte de seu trabalho deveria ser voltado para a divulgação da ciência, porém os objetivos dessas atividades são diferentes.

No que diz respeito a essa interface entre os campos contemplados na pesquisa, cabem as considerações de Campos (2018, p. 478), ao afirmar que:

Objetos de fronteira podem ser definidos como entidades, com diferentes significados para pessoas de diferentes comunidades, mas que, em seu uso, fornecem uma linguagem comum para que essas pessoas possam interagir umas com as outras, trocando conhecimento que envolve um objetivo comum, levando em conta diferentes perspectivas que possam existir nessas comunidades.

Desse modo, situar tais fronteiras entre as diferentes áreas visa apresentar múltiplos olhares quanto ao trabalho de divulgação científica no âmbito dos Institutos Federais da região da Amazônia Brasileira e quanto à atuação do jornalista nessas atividades, tendo como ponto de partida uma busca pela (não) precarização do trabalho jornalístico.

Ao abordar o trabalho do jornalista e sua relação com a divulgação científica nas instituições estudadas, pretendemos analisar as pontes de contato entre os atores envolvidos nesse processo, sobretudo nessa especialidade da comunicação, ao gerir a divulgação da ciência.

Sobre a comunicação e a divulgação científica, Brandão (2007, p. 4) atesta que ambas

[...]utilizam um leque variado de instrumentos que vão de metodologias tradicionais de informação tecnológica para comunidades, técnicos e autoridades até às novas tecnologias que são hoje as grandes responsáveis pela rápida expansão da rede de cientistas e divulgadores. Com esta acepção, a comunicação pública está inserida no âmbito das discussões que dizem respeito à gestão das questões públicas e pretende influir na mudança de hábitos de segmentos da população, bem como na tomada de decisão política a respeito de assuntos da ciência que influenciam diretamente a vida do cidadão.

A respeito da Comunicação Pública (CP), a definição adotada neste trabalho é,

especificamente, a apresentada pela Associação Brasileira de Comunicação Pública (ABC Pública) em seu guia. Nele, Medeiros e Chirnev (2021, p. 10) destacam que a CP é aquela:

[...]que assume a perspectiva cidadã na comunicação envolvendo temas de interesse coletivo. Diz respeito ao diálogo, à informação e ao relacionamento cotidiano das instituições públicas com o cidadão. Destina-se a garantir o exercício da cidadania, o acesso aos serviços e às informações de interesse público, a transparência e a prestação de contas. Ocorre no ambiente de informação e interação envolvendo Estado, Governo e Sociedade Civil. Zela pelos princípios constitucionais e democráticos. A existência de recursos públicos ou de interesse público caracteriza a necessidade de atendimento às exigências da comunicação pública.

Medeiros e Chirnev (2021) apontam, ainda, a existência de 12 princípios da CP, quais sejam: garantir acesso amplo à informação; fomentar o diálogo; estimular a participação; promover os direitos e a democracia; combater a desinformação; ouvir a sociedade; focar no cidadão; ser inclusiva e plural; tratar a comunicação como política de Estado; garantir a impessoalidade; pautar-se pela ética e atuar com eficácia. Por meio desses elementos, os autores salientam que a comunicação pública não é apenas aquela feita por instituições públicas, mas toda aquela voltada ao interesse público.

Nesse contexto, é claro destacarmos que não existe consenso sobre o conceito de CP, e, como apresenta Brandão (2006), ela possui interfaces com diferentes ramos da Comunicação, dentre eles: a Comunicação Organizacional; a Comunicação Científica; a Comunicação do Estado e/ou Governamental; a Comunicação Política e Estratégias de Comunicação da Sociedade Civil Organizada.

Quanto à divulgação científica, é importante salientar que, com o advento da internet e a popularização da Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), e a partir dos desdobramentos da pandemia de Covid-19¹, esse processo tem ganhado novos atores, como os próprios pesquisadores, além de novos espaços e contribuições, dentre as quais se destaca a contribuição social, como ressaltam Lordêlo e Porto (2012, p. 27), ao afirmarem que:

O conhecimento sobre CT&I assume um papel fundamental para o indivíduo ter a compreensão do mundo em que vive em sua extensão e complexidade. Só

¹ A Covid-19 é uma doença infecciosa causada pelo vírus SARS-CoV-2. A pandemia foi declarada em 11 de março de 2020. O termo “pandemia” refere-se à distribuição geográfica de uma doença e não à sua gravidade. A designação reconhece que, no momento, existem surtos da doença em vários países e regiões do mundo. Até o presente momento, no Brasil, existem 34.868.153 casos confirmados e 688.487 óbitos. Vale destacar que o enfrentamento do governo brasileiro à pandemia foi marcado por troca de gestores, demora para reagir ao surto e disseminação de desinformações.

através do conhecimento ele terá condições de compreender e tomar decisões que de alguma forma irão afetar as suas vidas. Entretanto, essas informações precisam alcançar a sociedade de alguma forma e é neste cenário que a divulgação científica deve atuar com intensidade.

Desse modo, a divulgação científica pode ser compreendida como uma maneira de democratizar a ciência, em especial por meio de estudos e pesquisas e a inserção destes na vida das pessoas – entendendo que as ações sociais, políticas e institucionais para essa divulgação não podem ser isoladas: é preciso integrar processos, ações e atores, no sentido de viabilizar o acesso da sociedade ao processo científico e não apenas aos resultados. Somente a partir de tal processo é possível a efetivação de uma comunicação pública da ciência como um passo ulterior à divulgação científica, visando o envolvimento da sociedade com a ciência, a tecnologia e a inovação.

Para além desses conceitos e terminologias, ressaltamos que a divulgação científica envolve uma prática educativa e, nesse aspecto, Saviani (1999, p. 98) anui que “toda prática educativa contém inevitavelmente uma prática política”. Desta feita, é essencial considerarmos o contexto atual de (não) investimentos na ciência e na educação e de sucateamento do ensino público brasileiro e das instituições de pesquisa e de fomento à pesquisa.

A respeito da divulgação científica como prática educativa, cabe evidenciar que ela acontece em diversos espaços, sendo a escola um lugar inicial de instrumentalização dos sujeitos sobre os princípios básicos da ciência. No entanto,

[...]nem ela nem qualquer outra instituição têm condições de acompanhar a evolução de todas as informações científicas, por isso são necessárias diversas parcerias: escola, museu, programas de rádios, televisão, revistas, jornais impressos, comunidade e famílias, ou seja, espaços promotores de aproximação entre o conhecimento científico produzido por cientistas e pesquisadores e os que não atuam no campo da pesquisa científica (Padrão, 2019, p. 26).

Vale destacar que a pandemia do novo coronavírus, ainda que tenha colocado a ciência e os cientistas como protagonistas na comunicação, serviu como pano de fundo para o aprofundamento dessa política contemporânea e processual de desconstrução da ciência e da educação, principalmente em instituições públicas de ensino e ciência.

Isto posto, nesta pesquisa, mesmo considerando toda a conjuntura exposta, partimos do pressuposto de que a democratização da ciência por meio da divulgação científica é uma forma de proporcionar cidadania científica à sociedade, garantindo que esses atores fluam da recepção para a participação, com direitos e deveres.

Ainda nesse contexto, é preciso observar que a divulgação científica difere do jornalismo científico, já que, como aduz Bueno (2010, p. 4):

A divulgação científica está associada, muitas vezes, à difusão de informações pela imprensa, confundindo-se com a prática do jornalismo científico, mas esta perspectiva não é correta. Ela extrapola o território da mídia e se espalha por outros campos ou atividades, cumprindo papel importante no processo de alfabetização científica.

A existência de objetivos e processos diferentes não está sendo colocada em xeque nesta pesquisa, mas, sim, a maneira pela qual a possível precarização do trabalho jornalístico impossibilita que as duas áreas sejam desenvolvidas com qualidade simultaneamente e pelo mesmo profissional dentro de uma instituição de ensino. Sendo assim, com o intuito de investigar se essas hipóteses são reais, realizamos um estudo comparado entre os Institutos Federais da Amazônia Legal do Brasil.

No que diz respeito à localização geográfica, ressaltamos que a inserção dos sujeitos no processo de divulgação científica é importante para o desenvolvimento local, mas, pelo contexto de não reconhecimento sócio-histórico e acadêmico da Amazônia Legal, observa-se ainda mais a necessidade de os sujeitos amazônidas – nos seus métodos e meios sociais, históricos e ambientais – estarem inseridos na divulgação científica, em uma vivência mais próxima da comunicação pública da ciência, visto a não possibilidade de realização de uma divulgação científica verticalizada, de cima para baixo: é preciso a inserção dos sujeitos e a horizontalização desse processo.

Ao abordar a instrumentalização dessa população amazônida, Vasconcelos e Freitas (2012, p. 10) destacam que:

[...]os sujeitos amazônidas instrumentalizados por um ensino que lhes proporcione além do esclarecimento de conceitos, uma formação humanizada e emancipadora diante da trajetória histórica de exploração de sua região, poderão melhor compreender suas necessidades e as reivindicar durante o processo de desenvolvimento.

Em tal contexto, a proposta apresentada nesta pesquisa tem como questão orientadora: qual é o trabalho do jornalista na divulgação científica feita pelos Institutos Federais da Amazônia Legal brasileira? E se há, e como tem ocorrido, a precarização no trabalho em tal atividade. Para tanto, partimos da hipótese de que a não institucionalização da área e o acúmulo desta atividade com as atribuições de assessoria de comunicação acabam levando à precarização do trabalho jornalístico quando este se envolve na divulgação científica e/ou comunicação da ciência.

Com essa proposta, o objetivo geral da pesquisa versou sobre a análise dos processos e as relações de trabalho jornalístico na divulgação científica feita pelos Institutos Federais da Amazônia Legal brasileira. E, diante disso, desenvolvemos três objetivos específicos: 1) discutir a divulgação científica como objeto de fronteira; 2) descrever as relações de trabalho jornalístico na divulgação científica das referidas instituições, e, por fim, 3) mapear as iniciativas de divulgação científica e de comunicação pública nessas instituições.

1.3 Percurso metodológico e estruturação da tese

Tendo em vista o contexto apresentado, bem como o breve levantamento teórico preliminar, esta pesquisa apresenta-se como um estudo aplicado, com resultados podendo ser utilizados em curto e em médio prazo, e abrange um viés descritivo e documental, visto partir de documentos para descrever e analisar uma situação observada. Trata-se, ainda, de um estudo qualitativo e comparado, com objetivo exploratório, uma vez que efetivamos as análises por meio da comparação entre os dados coletados nos IF's em busca de indicativos da comunicação pública da ciência, objeto ainda pouco estudado no que diz respeito à Amazônia Legal.

Assim, a primeira etapa metodológica da pesquisa foi o aprofundamento da revisão bibliográfica em literatura especializada, e, sequencialmente, a realização de pesquisa descritivo documental, que tratou os dados compilados e colhidos da realidade pesquisada.

Quanto à revisão bibliográfica, uma dificuldade encontrada esteve diretamente relacionada ao número de publicações sobre a temática. Dessa maneira, tornaram-se necessárias uma curadoria desse material e uma abordagem diferente das existentes, assim como anui Fazenda (2010, p. 19), ao afirmar que:

Ao proceder à revisão bibliográfica do tema escolhido, muitas vezes o pesquisador pode defrontar-se com um grande número de obras sobre ele. Isto pode suscitar-lhe o sentimento de que sua contribuição poderá ser redundante ou inoportuna. Considero que muitas vezes o tema muito pesquisado pode ser relevante para a Educação. A abertura a novas formas de investigação poderá revelar aspectos ainda não desvelados, mas importantes.

Com esse intuito, a proposta foi desenvolvermos uma pesquisa que permita observar, registrar, analisar e correlacionar documentos, fatos ou fenômenos, sem

manipulá-los, a fim de poder descrever e comparar usos e costumes, tendências e outras características das comunidades investigadas, ou seja, uma pesquisa que “embora definida como descritiva possa, a partir de seus objetivos, servir para proporcionar uma nova visão do problema” (Gil, 1991, p. 46).

No que lhe diz respeito, a abordagem qualitativa desta pesquisa está muito relacionada às Ciências Humanas e, por desdobramento, também às Ciências Sociais Aplicadas, pois, como destaca Martins (2010, p. 56):

As Ciências Humanas não são, portanto, uma análise daquilo que o homem é na sua natureza, mas, antes, porém, uma análise que se estende daquilo que o homem é, na sua positividade (vivendo, falando, trabalhando, envelhecendo e morrendo), para aquilo que habilita este mesmo homem a conhecer (ou buscar conhecer) o que a vida é, em que consiste a essência do trabalho e das leis, e de que forma ele se habilita ou se torna capaz de falar.

Desta feita, com esse intuito de analisar o homem em suas diferentes vivências e experiências é que realizamos a pesquisa qualitativa, que está em expoente expansão, conforme ressaltam Weller e Pfaff (2013, p. 17), uma vez que:

[...]além das referências e relações transculturais, a ascensão e disseminação de métodos de pesquisa qualitativa em geral, e em especial nas Ciências da Educação, devem ser entendidas como um processo inserido num cenário científico nacional e específico, envolvendo relações entre diferentes disciplinas das Ciências Sociais, eixos de pesquisa, assim como referências teóricas e metodológicas.

Vale salientar que, no campo da abordagem qualitativa, alguns desafios se fizeram presentes: por se tratar de uma pesquisa não exata, ela traz consigo características próprias e, desta forma, os estudos comparados e a experimentação surgem como alternativas nesse processo investigativo. Nesse contexto, cabem as considerações de Weller e Pfaff (2013, p. 22), que afirmam que:

Embora os desafios em relação à melhoria da qualidade, ao estabelecimento de parâmetros para a pesquisa qualitativa e à necessidade de triangulação devam ser compreendidos como questões que dizem respeito à pesquisa qualitativa como um todo, envolvendo, portanto, diferentes métodos e técnicas de interpretação, as reivindicações no que concerne às necessidades de estudos comparados em nível internacional e transcultural, assim como no tocante à limitação do trabalho sobre materiais textuais, devem ser vistas como problemas que precisam ser abordados nos contextos específicos em que essas pesquisas são concebidas e nos quais novos métodos e técnicas são experimentados.

Em virtude disso, optamos, nesta pesquisa, pelo estudo comparado na educação, pois ele permite a análise de diferentes cenários e suas nuances convergentes e/ou

divergentes, visto que, segundo Canário (2006, p. 30):

[...]com base em múltiplos estudos de educação comparada é possível afirmar a evidência empírica da existência de uma convergência nas modificações observáveis ao nível da regulação dos sistemas educativos nos diferentes países e que resulta da emergência de um processo mais largo de regulação.

Destacamos ainda que, para Barros (2014, p. 17, grifo da autora), a proposta de comparar é uma

[...]forma específica de propor e pensar as questões. Frequentemente nos deparamos com esta forma intuitiva de abordagem quando nos deparamos na vida cotidiana com situações novas, e neste caso a *comparação* nos ajuda precisamente a compreender a partir de bases mais conhecidas e seguras aquilo que nos é apresentado como novo, seja identificando semelhanças ou diferenças. Comparar é um gesto espontâneo, uma prática que o homem exercita nas suas atividades mais corriqueiras, mas que surge com especial intensidade e necessidade quando ele tem dentro de si uma situação nova ou uma realidade estranha.

Na tentativa de suprir e atingir os objetivos da pesquisa, utilizamos, além da revisão bibliográfica, uma análise documental, que “compreende a identificação, a verificação e a apreciação de documentos para determinado fim” (Moreira, 2008, p. 271). Na pesquisa proposta, analisamos os documentos normativos de comunicação das instituições estudadas, tais como a política de comunicação, o plano de comunicação e/ou a instrução normativa de comunicação acerca dos fluxos de trabalhos nos setores, entre outros.

Assim, com o intuito de levantarmos informação sobre esses documentos oficiais, acessamos os portais das referidas instituições, em levantamento documental, uma vez que:

A técnica da análise documental utiliza os sistemas informatizados de busca de documentos – recurso que facilita, mas também dificulta, a sua execução. A possibilidade de consulta a informações remotas em centros de pesquisa, bibliotecas ou banco de dados em países variados amplia o acesso a documentos. [...] A pesquisa virtual de documentos facilita ao permitir a circulação entre “estantes” de museus, bibliotecas, arquivos informatizados e dificulta quando reúne tantos indicativos e versões de um mesmo documento que consegue desviar o foco do pesquisador em busca dos dados (Moreira, 2008, p. 276).

Isto posto, analisamos as últimas versões dos documentos encontrados nos portais pesquisados. Ademais, a escolha pela análise documental deve-se pelo fato de que tal técnica é

[...]muito mais que localizar, identificar, organizar e avaliar textos, som e imagem, funciona como expediente eficaz para contextualizar fatos, situações, momentos. Consegue dessa maneira introduzir novas perspectivas em outros ambientes, sem deixar de respeitar a substância original dos documentos (Moreira, 2008, p. 276).

A pesquisa documental, portanto, está dividida em duas etapas: a análise dos documentos norteadores das instituições, no caso das políticas de comunicação, com o intuito de mapear o lugar da divulgação científica nessas normativas, assim como a apreciação das notícias nos portais dos nove IF's. Essa última foi realizada durante cinco dias, entre os dias 6 e 10 de novembro de 2023, período escolhido por não conter datas alusivas à Ciência e Tecnologia e não interferir de forma tão exponencial no quantitativo dos resultados das buscas nos respectivos portais.

Dessarte, a investigação dos portais tem como objetivo categorizar as notícias divulgadas nesses canais. Para essa última sistematização, fizemos uso da Análise de Conteúdo, com as seguintes categorias: título, data, editoria, *tags*, divulgação científica, princípios da Comunicação Pública segundo ABC Pública, autoria, público-alvo, estrutura da notícia e interação com o público.

No que lhe concerne, a Análise de Conteúdo consiste em três fases, consoante Bardin (2011): 1) pré-análise; 2) exploração do material, categorização ou codificação, e 3) tratamento dos resultados, inferências e interpretação. Nesse sentido:

Buscar por um conteúdo implícito é uma das propostas recorrentes quando se trata da Análise de Conteúdo, o pesquisador necessita ir para além do que o texto coloca, compreendendo e analisando não só as informações dispostas ali, mas também os possíveis sentidos que estes figuram em um segundo plano (Silva; Oliveira; Brito, 2021, p. 58).

Em consonância à pesquisa documental e comparação dos dados obtidos, e para uma maior delimitação do corpus, utilizamos a aplicação de questionários. Quanto a este instrumento, é importante observar que, para Novelli (2005, p. 168),

[o] processo de elaboração do questionário é a compilação dos dados disponíveis sobre o assunto a partir do escopo da pesquisa. Muitas vezes estes dados não estão disponíveis ou não foram ainda coletados, de acordo com o ineditismo do estudo. Nesse caso, a melhor maneira de suprir tal falta é a realização de estudo preliminar sobre o tema a partir do ponto de vista dos entrevistados. Este estudo de característica qualitativa busca apreender o imaginário do público-alvo sobre o tema em questão.

Sendo assim, realizamos entrevistas com os gestores de comunicação das instituições analisadas, e os questionários, por sua vez, foram aplicados aos 54 jornalistas

que atuam nos setores de comunicação dos institutos. Os contatos dos profissionais foram obtidos por meio da Plataforma Fala BR, que é um canal integrado para encaminhamento de manifestações (acesso à informação, denúncias, reclamações, solicitações, sugestões, elogios etc) a órgãos e entidades do poder público. No caso das instituições que não forneceram todos os contatos dos jornalistas, solicitamos os mesmos via e-mail ou *WhatsApp*.

Desse modo, em entrevista, questionamos aos gestores, além da existência e estrutura dos departamentos de comunicação em suas respectivas instituições: se existe um setor específico para a divulgação científica; se é ligado diretamente à gestão superior ou a algum outro setor; se há a participação de cursos/docentes de comunicação em tal setor; qual o papel e quantos jornalistas participam desse processo; quais os departamentos que estão conectados nessa demanda, e, por fim, qual a avaliação deles sobre a divulgação científica praticada na instituição.

Já no questionário aos jornalistas, indagamos sobre: sua rotina; como eles desenvolvem o material para a divulgação científica; se há ou houve alguma formação especializada para a função; os prazos que eles possuem; quais as principais fontes; como eles se sentem em relação à carga e à demanda de trabalho, e, finalmente, como eles hierarquizam a produção de conteúdo da divulgação científica com relação à assessoria de imprensa e à comunicação institucional.

Para a definição das perguntas tanto das entrevistas quanto dos questionários, adotamos as seguintes categorias de sistematização: atividades de divulgação científica; canais de comunicação; perfil das equipes de divulgação científica; recursos humanos e financeiros dedicados à divulgação científica; relação entre institutos e mídia; público-alvo e motivos da comunicação.

Em um primeiro momento, as tratativas com os participantes da pesquisa foram feitas, no período de 20 a 26 de fevereiro de 2024, por meio de e-mails e telefones disponibilizados nos canais de comunicação dos Institutos Federais da Amazônia Legal. No objetivo de aumentar a taxa de respondentes, encaminhamos um segundo e-mail, 15 dias após o primeiro envio. No total, 26 jornalistas de 54 contatados responderam ao formulário. Ainda, ressaltamos que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética, com a orientação de não identificação dos jornalistas, por isso, nesta pesquisa, eles são identificados por letras do alfabeto.

Na efetivação das sistematizações propriamente ditas, utilizamos diferentes e

múltiplos dados, obtidos por instrumentos diversos, como:

- a) análise de documentos disponíveis nos portais das instituições, no intuito de identificar as ações de divulgação científica;
- b) entrevista em com os gestores de comunicação;
- c) aplicação de questionários aos jornalistas; e
- d) consulta às notícias publicadas nos portais institucionais.

De posse de todas as informações acerca do objeto e da amostra/corpus da pesquisa, seguimos ao desenvolvimento de análises críticas e reflexivas à luz de uma perspectiva histórico-dialética, que visa

[...]captar o conjunto de nexos e relações dos diferentes elementos que constituem a totalidade de um objeto ou de fenômeno. Vale dizer, apreender as relações entre as diferentes determinações mais simples as quais se constituem como unidade mínima de análise e que possibilitam explicar a coisa investigada na sua totalidade, num movimento lógico dialético que vai do todo às partes e das partes ao todo constantemente (Martins; Lavoura, 2018, p. 227).

Por meio da utilização de tal perspectiva do conhecimento da realidade, foi possível analisar o objeto da pesquisa em suas diferentes dimensões, uma vez que “o materialismo histórico-dialético como possibilidade teórica, isto é, como instrumento lógico de interpretação da realidade contém em sua essencialidade lógica a dialética, e neste sentido aponta um caminho epistemológico para a referida interpretação” (Benite, 2009, p. 3).

Ao discorrer sobre o assunto, Wachowicz (2001, p. 5) ressalta a importância da categorização subsidiada por análises do ponto de vista dialético, dado que:

Categorias metodológicas são aquelas que constituem a teoria que vai informar a maneira pela qual o pesquisador trabalha o seu objeto. [...] E se ele optar pelo estudo de seu objeto na relação que se estabelece em seu pensamento, entre os aspectos pelos quais tomou esse objeto, e verificar que as relações assim estudadas se apresentam numa relação de tensão, então terá chegado à dialética, que é uma concepção que tem nessas categorias metodológicas as suas leis principais: a contradição, a totalidade, a historicidade.

Portanto, a partir da compreensão da dialética como a arte do diálogo, pela qual é possível contrapor ideias e delas tirar novas ideias, é que optamos pela utilização de tal perspectiva, com vistas a obter reflexões que permitam aferir as hipóteses acerca do objeto e do problema apresentados na proposta da pesquisa.

Dado o exposto, observamos que a presente proposta dialoga com a linha de pesquisa Trabalho, Sociedade e Educação, bem como com a temática indicada, dada a

proximidade de temas do projeto, como a (não) precarização do trabalho jornalístico na divulgação científica dos Institutos Federais da Amazônia Legal brasileira e suas interfaces entre tecnologias, trabalho e educação.

A tese possui quatro capítulos, além desta introdução e de suas considerações finais, que tiveram como intuito estabelecer a relação entre ciência e educação e os processos e iniciativas de divulgação científica nos Institutos Federais da Amazônia Legal brasileira, tendo como base para a pesquisa a atuação do jornalista e a (não) precarização do seu trabalho.

O primeiro capítulo – Ciência, Educação e Comunicação Pública: conceitos e perspectivas – aponta a definição, história e caminhos da Ciência no Brasil, assim como os conceitos que envolvem a educação científica (letramento, alfabetização e cidadania científicos), e aborda a comunicação pública da ciência como objeto de fronteira, apresentando sua historicidade, contradições e superações, além dos conceitos e percursos da comunicação da ciência até a divulgação científica, abordando a desinformação.

Por sua vez, o segundo capítulo – Trabalho do jornalista na Divulgação Científica – versa sobre o trabalho jornalístico e, para isso, apresentamos as principais iniciativas de jornalismo científico, com um panorama do papel do jornalista na atuação nessas instituições e a discussão sobre a (não) precarização do trabalho desse profissional na divulgação científica.

Por fim, no terceiro e último capítulo – Iniciativas e atores na Divulgação Científica na Amazônia Legal – destacamos a Amazônia Legal brasileira e tecemos algumas reflexões sobre a região, mapeando os cenários das instituições estudadas e a atuação dos jornalistas nesse processo de divulgação científica.

2 CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO PÚBLICA: CONCEITOS E PERSPECTIVAS

2.1 Definição, história e caminhos da ciência no Brasil – educação científica: da alfabetização científica à cidadania científica

Para estudar a Comunicação Pública da Ciência (CPC) faz-se necessário analisar a Ciência em suas diferentes perspectivas e seus vários usos, levando em consideração seu caráter social, pois envolve relações sociais e humanas, como destaca Bourdieu (2004, p. 21), ao afirmar que:

[...]é preciso escapar à alternativa da “ciência pura”, totalmente livre de qualquer necessidade social, e da “ciência escrava”, sujeita a todas às demandas político-econômicas. O campo científico é um mundo social e, como tal, faz imposições, solicitações etc., que são, no entanto, relativamente independentes das pressões do mundo social global que o envolve.

Ao falar de ciência, é preciso destacarmos a ambiguidade desse termo, e cabe ampararmo-nos em Morin (2019, p. 21), que atesta:

A questão “o que é a ciência?” é a única que ainda não tem nenhuma resposta científica. É por isso que, mais do que nunca, se impõe a necessidade do autoconhecimento do conhecimento científico, que deve fazer parte de toda política da ciência, como da disciplina mental do cientista.

Para além da definição e conceituação sobre o que é ciência, é preciso compreender que ela cria um campo de conhecimento, o campo científico, que está em constante relação com outros setores, quais sejam o social, o político e o econômico, que vivem tensões e enfrentamentos, como ressalta Bourdieu (2004, p. 34), ao afirmar que: “[...] o mundo da ciência, como o mundo econômico, conhece relações de força, fenômenos de concentração do capital e do poder ou mesmo de monopólio, relações sociais de dominação que implicam uma apropriação dos meios de produção e de reprodução”.

À vista disso, com o passar do tempo, é possível perceber a industrialização da ciência e sua aproximação com o capital. No que diz respeito à organização do trabalho científico nesse processo, para Santos (2018, p. 61-62), foram gerados dois efeitos principais:

Por um lado, a comunidade científica estratificou-se, as relações de poder entre cientistas tornaram-se mais autoritárias e desiguais e a esmagadora maioria dos cientistas foi submetida a um processo de proletarização no interior dos

laboratórios e dos centros de investigação. Por outro lado, a investigação capital-intensiva (assente em instrumentos caros e raros) tornou impossível o livre acesso ao equipamento, o que contribuiu para o aprofundamento do fosso, em termos de desenvolvimento científico e tecnológico, entre os países centrais e os países periféricos.

Nesse sentido, o fosso construído pela ciência moderna e seu paradigma dominante criou uma hierarquia entre os saberes, que aos poucos vem sendo desconstruído pelo paradigma emergente. Uma vez que, a crise do paradigma dominante é fruto da interação entre diversas condições, que podem ser divididas em sociais e teóricas. Com foco nas condições teóricas, observa-se que a identificação das limitações e insuficiências estruturais do paradigma científico moderno decorre do avanço significativo do conhecimento proporcionado por ele. Esse aprofundamento tornou possível perceber a fragilidade dos pilares que sustentam esse paradigma (Santos, 2018).

Essa pluralidade apresenta o paradigma emergente como viável e possível, pois, passa a ser um conhecimento que não foca na dualidade e busca superar essas dicotomias, tais como: natureza/cultura, natural/artificial, vivo/inanimado e mente/matéria.

A partir desse novo modelo abrolhou uma forma diferente de enxergar a ciência, de entender o que está ou não posto e como os atores envolvidos nesse processo atuam e se conectam. Essa revolução científica, de acordo com Santos (2018, p. 64-65): “ocorre numa sociedade ela própria revolucionada pela ciência, o paradigma emergir dela não pode ser apenas um paradigma científico (o paradigma de um conhecimento prudente), tem de ser também um paradigma social (o paradigma de uma vida decente)”.

Assim, para compreender a prevalência do paradigma dominante e o desenvolvimento da ciência no Brasil é preciso um resgate histórico, pois esse processo está diretamente ligado à colonização portuguesa, e o que aconteceu no período colonial brasileiro relaciona-se à forma com a qual os portugueses tratavam a ciência em seu país. Desta feita, conforme aduz Goldemberg (1986, p. 34), o desenvolvimento da ciência no Brasil tem relação causal com Portugal, ao passo que:

A causa deste atraso se deve claramente ao marasmo cultural de Portugal que só foi quebrado em 1772 quando os cursos da Universidade de Coimbra foram ampliados e remodelados pelo Marquês de Pombal, [...], e só em 1791 foram criados cursos de botânica, geologia, mineralogia e metalurgia. É claro que com este atraso da metrópole não se poderia esperar nada de melhor nas colônias, entre as quais, o Brasil.

É fato que esse lapso temporal entre Portugal e os demais países europeus impactou no desenvolvimento da ciência brasileira, no entanto, para além dessa questão

cronológica, é necessário compreender que “o atraso deve ser procurado na estrutura social da colônia e na atitude mental dos seus colonizadores” (Goldemberg, 1986, p. 35). Ou seja, cabe aqui a reflexão: era interesse de Portugal o desenvolvimento científico da colônia? Outrossim, a colonização em si já explica muito sobre a hierarquização de saberes/conhecimentos e o surgimento do paradigma dominante: por mais que o Brasil fosse um reino além-mar de Portugal, o conhecimento era restrito a pessoas de certas classes e origens.

Sobre isso, Messeder Neto (2019) afirma que:

[...]em uma história marcada pela divisão de classes sociais antagônicas, o desenvolvimento dos conhecimentos científicos é contraditório. Se por um lado, apareceram descobertas que fizeram a humanidade avançar em termos do seu entendimento da natureza, por outro a ciência serviu como desculpa para reforçar ideais da classe dominante, apagar o conhecimento importante de algumas culturas ou ficou restrita a uma aplicação pragmática que nada interessaria aos dominados (Messeder Neto, 2019, p. 15).

Com a Proclamação da Independência brasileira no ano de 1822, o cenário científico no Brasil não sofreu muitas alterações, embora fosse preciso compor o panorama administrativo do novo país. Para tal, surgiram alguns cursos e universidades, no intuito de capacitar esses possíveis novos gestores – prescindindo de interesse pela ciência em si. No entanto, vale destacar que para Portugal não era interessante a expansão desses espaços de ensino no Brasil, como registram Alfonso-Goldfarb e Ferraz (2002, p. 4):

Ao se lembrar das proibições até então em vigor para a instalação de qualquer curso que pudesse rivalizar com os da metrópole, não é de se estranhar nem a dificuldade para encontrar professores, nem a imperícia dos estudantes, não sendo possível exigir mais de suas poucas habilidades.

Ainda nesse contexto, destacamos que a reforma Benjamin Constant, realizada em 1891 e que envolveu todo o sistema educacional do Brasil, introduziu a série hierárquica das ciências, segundo a classificação de Comte. Isto é, a educação brasileira já nasce sob o viés positivista, terreno fértil para crescimento e fixação do paradigma dominante, e, face o que discorre Goldemberg (1986, p. 40):

[...]só com a vigorosa reação contra os estreitos limites da influência positivista que se iniciava na Escola Politécnica do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX e depois na Academia Brasileira de Ciências é que se abriu caminho para a criação das modernas Universidades brasileiras na década dos 30.

Na primeira metade do século XX, o grande marco científico no Brasil foi a criação, em 1951, do Conselho Nacional de Pesquisas, que teve relação direta com a participação do Almirante Álvaro Alberto, professor da Escola Naval, nos debates realizados na Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a energia atômica, logo após a segunda guerra mundial.

Em 1950, o então presidente instituiu uma comissão de professores, pesquisadores e homens da ciência no objetivo de elaborar um projeto de lei, criando, assim, o Conselho Nacional de Pesquisas que, em 1974, passou a se denominar Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, e manteve a sigla (CNPq). Conforme aduz Domingos (2004, p. 23):

A criação do CNPq não atende a interesses econômicos específicos; responde a uma confluência de vontades: a da comunidade científica excitada pelas revelações da Guerra, carente de reconhecimento e amparo material; a dos militares, ansiosos por um instrumento sem o qual estaria congelada a assimetria dos meios de defesa, o engenho nuclear; a de letrados urbanos de variados matizes ideológicos interessados na superação da economia agroexportadora e da dependência externa; a de industriais necessitados de novas tecnologias e, finalmente, a de governantes em busca de legitimidade por meio de acenos ao padrão moderno.

É preciso destacar que, para além da colonização e a hierarquia do paradigma dominante, outro gargalo para o desenvolvimento científico brasileiro foi a ditadura civil-militar, regime no qual os militares ficaram no poder durante 20 anos. Esse período foi marcado pelo autoritarismo, supressão dos direitos constitucionais, perseguição política, prisão e tortura dos opositores e pela imposição da censura prévia aos meios de comunicação (Mendonça; Fontes, 2004).

Nesse aspecto, podemos registrar que esse lapso temporal, compreendido entre 1964 e 1985, causou uma ruptura na expansão das universidades públicas, dos cursos de graduação e do próprio desenvolvimento da ciência no Brasil, visto que para os militares não era interessante, para o desenrolar de seus próprios interesses, que a sociedade buscasse/alcançasse o conhecimento científico (Mendonça; Fontes, 2004).

Segundo Alfonso-Goldfarb e Ferraz (2002), em 1883, um artigo não-assinado na revista *Science* – mas provavelmente escrito pelo norte-americano Derby – discorre sobre algumas características da ciência brasileira. Em se tratando de publicações internacionais, também foi publicado um artigo sobre o cenário científico no Brasil em 1989 na revista *Nature*. Os autores dessas publicações destacam que, mesmo se passando 100 anos entre os artigos, os dois apontam deficiências no quadro da ciência

brasileira, dentre elas: cultura bacharelesca; muita burocracia; descontextualização das teorias científicas com relação ao Brasil; isolamento das iniciativas; gargalos na avaliação e fomento dos trabalhos.

Com a reabertura política brasileira, a partir de 1985, e por meio de parcerias internacionais, a ciência no Brasil vem ganhando novos espaços e novos atores. Nesse sentido, é preciso ressaltar, mediante o que atestam Alfonso-Goldfarb e Ferraz (2002), os quatro componentes necessários para a institucionalização da ciência, quais sejam: “ensino, pesquisa, divulgação e aplicação do conhecimento” (Alfonso-Goldfarb; Ferraz, 2002, p. 4).

Sendo assim, o Brasil tem caminhado para essa institucionalização, entretanto é necessário destacar que esse processo de institucionalização está diretamente atrelado às políticas públicas e aos governos vigentes, ou seja, ao mesmo tempo em que o seu desenvolvimento avança demasiado em um período, depois de quatro anos ele também pode retroceder. Desta forma, para escaparmos dessa situação, a saída é que a institucionalização da ciência seja transformada em uma política de Estado e não apenas em uma política de governo, e que ela envolva diferentes ações, como um marco legal que contemple variáveis como a comunicação de ciência e a alfabetização científica, entre outras.

2.2 Comunicação pública e educação científica como objetos de fronteira: da alfabetização à cidadania científica

Na busca por uma definição do que vem a ser a CPC, é preciso discutirmos as nuances que envolvem a Comunicação Pública (CP) em si, uma vez que para os dois termos não existem consensos, mas sim aspectos e tentativas de conceituação. Para Brandão (2007, p. 29), a CP pode ser vista sob dois aspectos, são eles:

Por um lado, considerando-se seus diversos significados, sobretudo em âmbito internacional [...]. Por outro lado, ela pode ser analisada a partir dos caminhos que estão sendo seguidos para a formação do conceito no Brasil, tendo como paradigma a construção da cidadania, em amplo e histórico sentido.

Desta forma, o estudo da CPC deve, ainda, retomar uma perspectiva da comunicação pública como objeto de fronteira, já que diz respeito à ciência em suas diferentes áreas, com vários atores e interesses envolvidos.

No que lhe concerne, o conceito de objeto de fronteira foi proposto por Susan Star e James Grisemer, em 1989, quando eles analisavam as relações entre os atores envolvidos no Museu de Zoologia de Vertebrados de Berkeley. Ao perceberem que a pesquisa interceptava diferentes públicos – biólogos do museu e diferentes pessoas que tinham interesse pela natureza –, os estudiosos cunharam esta definição. Assim, conforme afirma Daza-Caicedo (2013, p. 49, tradução da autora), o termo objeto de fronteira: “[...] foi criado para analisar contextos em que o conhecimento ainda não está estabilizado e as formas como os atores conciliam interesses e significados²”.

Nesse sentido, Daza-Caicedo (2013) propõe que a Apropriação Social da Ciência e Tecnologia (ASC&T), área de estudos que dialoga fortemente com o âmbito da comunicação da ciência, objeto da tese, é também um objeto fronteiro. Um dos motivos dessa proposta versa sobre os diferentes significados atribuídos à ASC&T, pois, a depender da localização, utiliza-se uma ou outra nomenclatura: o termo ASC&T é mais utilizado na Colômbia e na Espanha, e, em outros países, são usados Comunicação Pública da Ciência e Tecnologia, Popularização da Ciência, Cultura Científica e *Public Understanding of Science* (PUS). Por sua vez, nesta pesquisa, escolhemos a acepção Comunicação Pública da Ciência (CPC), caminhando ao lado da divulgação científica.

Ao discutir os objetivos da ASC&T, Daza-Caicedo (2013) identifica três principais propósitos: 1) designar eventos em museus, feiras, semanas e atividades gerais; 2) divulgar conceitos relacionados aos estudos acadêmicos sobre as várias interações entre ciência e sociedade, e 3) o domínio das políticas públicas de ciência e tecnologia, incluindo programas específicos. Com esses desígnios apresentados pela autora, fica evidenciado o caráter fronteiro da ASC&T, uma vez que, com essas mesmas características, existem estudos com outras nomenclaturas, como as citadas anteriormente.

Compreender a ASC&T como uma fronteira e as pesquisas como um dos meios de estabelecer padrões alerta-nos para a importância de refletir continuamente acerca da temática, e isso nos capacita a identificar constantemente as limitações que as pesquisas e os próprios padrões podem impor (Daza-Caicedo, 2013).

Cabe ressaltar, nesse contexto, que o termo fronteira, geralmente, diz respeito a um local de tensão, um espaço de disputa de poder; sendo assim, o objeto de fronteira

² Texto original: “[...] fue creado para analizar contextos donde los conocimientos todavia no se han estabilizado y las maneras em que los actores concilian intereses y significados”.

está associado aos processos em sua volta, como reforça Campos (2018, p. 487), ao atestar que:

Apesar de seu papel de ajudar na integração de conhecimentos, não se pode considerar o objeto de fronteira de forma dissociada das dinâmicas sociopolíticas que se manifestam em sua construção ou uso colaborativo. Essas dinâmicas podem se manifestar de forma a exercer influências que se traduzem em visões de mundo com um viés do grupo com o poder mais forte ou hegemônico, calando vozes, e suas consequências não podem ser ignoradas ao se estudar o processo de interação entre grupos e seus objetos de fronteira.

Somamos a este aspecto o fato de que, por mais que o objeto seja comum a diferentes áreas, não é necessário existir uma única visão sobre esse tema, como anunciam Martini e Filippi (2022, p. 73, tradução nossa), ao afirmarem que “objetos de fronteira constituem um conjunto de arranjos de trabalho que permitem que diferentes comunidades de prática realizem uma tarefa colaborativa sem a necessidade de consenso³”.

Desta feita, é preciso compreender que a plasticidade do objeto de fronteira permite que ele se adapte conforme a comunidade e o uso que essa faz dele.

Nesse sentido, os objetos fronteiriços são caracterizados por sua plasticidade para se adaptar às necessidades locais e às limitações impostas a eles no uso. Mas também têm uma natureza robusta que garante uma identidade comum a todos os locais por onde passam. Seu suporte como objetos de fronteira implica uma multiplicidade de práticas de ajuste, que cada comunidade realiza de acordo com suas necessidades⁴ (Martini; Filippi, 2022, p. 74, tradução nossa).

Desta forma, o objeto de fronteira não se adapta conforme o seu local de estudo, mas, sim, é estudado por diferentes perspectivas e comunidades, o que leva, por sua vez, a uma falta de consenso (D’Almeida; Campos, 2021) exatamente devido a diferentes olhares, advindos de diferentes áreas. Segundo os autores:

Não se trata de estabelecer uma visão consensual, que sirva de intermediação para diversos pontos de vista, mas sim sobre pontes entre as representações expressas pelas linguagens envolvidas em determinado contexto interdisciplinar, que podem ser estabelecidas a partir da identificação dos objetos de fronteira, ou seja, da identificação dos objetos que são alvo de trabalho cooperativo entre pelo menos duas comunidades (D’Almeida; Campos, 2021, n.p., online).

³ Texto original: “*los objetos frontera constituyen un conjunto de arreglos de trabajo que permiten a distintas comunidades de prácticas realizar una tarea colaborativa sin necesidad de consenso*”.

⁴ Texto original: “*En este sentido, los objetos frontera se caracterizan por su plasticidad para adaptarse a las necesidades locales y a las limitaciones que se les imponen en el uso. Pero, también poseen una naturaleza robusta que asegura una identidad común a través de los lugares por los que transitan. Su sostenimiento como objetos frontera implica una multiplicidad de prácticas de ajustes, que cada comunidad realiza en función de sus necesidades*”.

Logo, o objeto de fronteira está alicerçado na intersecção entre duas ou mais áreas de conhecimento e/ou comunidades, sem a necessidade de consenso entre esses participantes. Por esse motivo, não discorremos aqui sobre um “lugar de tranquilidade”, visto que, como espaço de fronteira, pode ou não estar sob pressão e disputa. Sob essa perspectiva, a divulgação científica e a comunicação da ciência encontram-se neste lugar, pois intersecciona diferentes áreas e diferentes grupos de interesse em razão dessa fronteira, em que pode existir tensão entre os atores envolvidos, já que cada um possui olhar e atuação diferentes com relação ao processo de divulgação científica.

Por muito tempo, em razão da soberania do paradigma dominante, não foi possível superar essas fronteiras, em virtude de existir, nesse modelo, uma hierarquia entre os saberes. Então, com a iminência do paradigma emergente na ciência, destaca-se que essas fronteiras estão cada vez mais interconectadas e mescladas, como pontua Santos (2018, p. 59), quando afirma que:

Os fatos observados têm vindo a escapar ao regime de isolamento prisional que a ciência os sujeita. Os objetos têm fronteiras cada vez menos definidas; são constituídos por anéis que se entrecruzam em teias complexas com os dois restantes objetos, a tal ponto que os objetos em si são menos reais do que as relações entre eles.

Com essas fronteiras cada vez mais fluidas, a comunicação da ciência e a divulgação científica não estão isoladas em determinada área ou restritas a uma comunidade específica, pois se trata de um objeto comum para diferentes atores e públicos, sendo, portanto, considerada um objeto de fronteira. Em razão dessa intersecção, a comunicação da ciência torna-se relacional, ou seja, as relações entre as áreas, comunidades, atores e públicos são mais atrativos do que a comunicação da ciência em si.

No que diz respeito à comunicação da ciência, também é preciso compreendermos sua relação com o capital, uma vez que comunicar processos, ações e iniciativas científicas não atendem apenas aos interesses dos cientistas, dos estudantes e da sociedade em geral, mas também, geralmente, aos interesses do mercado, de governos etc. De acordo com Castelfranchi (2008, p. 12-13, grifos do autor):

Não apenas “o público” precisa de divulgação, mas também *o mercado, os próprios cientistas e suas instituições* precisam demandar espaços e recursos, negociar suas práticas, buscar patrocinadores no mundo industrial e financeiro (spin-off), apoios e simpatias na sociedade civil (Telethon), garantias no

mundo político (CTNBio), visibilidade midiática.

Desse modo, a comunicação da ciência e a divulgação científica enquanto objetos de estudo estão na fronteira uma vez que fazem interface com diferentes áreas de conhecimento e estão relacionadas a interesses de diferentes comunidades – sejam cientistas, jornalistas, gestores e comunidade em geral –, isto é, ambas estão em uma posição de inquietação. Sendo assim, ao tratarmos desse lugar de tensão que é a fronteira, vale destacar também que os interesses externos estão elencados nesse palco de disputa, e que fazer ciência, muitas vezes, significa estar em conflito com aqueles que financiam, avaliam e/ou orientam o estudo. Cabem, neste sentido, as considerações de Bourdieu (2004, p. 51):

O interesse que os indivíduos ou as instâncias externas têm pela pesquisa e seus resultados é, de fato, sempre ambíguo e de “dois gumes”, na medida em que a consideração social que traz e que pode se traduzir pelo acesso a recursos econômicos e políticos importantes, inacessíveis aos que se dedicam à pesquisa básica, tem como contrapartida uma certa pretensão dos utilizadores a avaliar e até mesmo a orientar a pesquisa.

Nessa ambiguidade que envolve a ciência, o objeto de fronteira surge como mais um elemento dúbio, o que não equivale com valorar essa dualidade axiologicamente. Isto significa dizer, em outras palavras, que com os novos arranjos e novas parcerias científicas, cada vez menos as barreiras entre as áreas e as comunidades são estabelecidas, e, com essa perspectiva, surgem novas possibilidades e novas formas de comunicar/ver/fazer ciência.

Por seu caráter fronteiriço, a própria definição dentro da divulgação científica e da comunicação da ciência não é consensual, e, desta forma, ao estudar a educação científica, surgem várias nomenclaturas. Isto posto, no que tange a este trabalho, apresentaremos e discutiremos três posicionamentos terminológicos: alfabetização científica, letramento científico e cidadania científica.

Para tanto, é preciso compreender que os três referem-se à percepção do público com relação à ciência, contudo em diferentes abordagens. Nessa perspectiva, o trabalho científico envolve a apresentação dos resultados para além dos pares (a comunicação aos pares é a comunicação científica), rumando para a apresentação dos resultados à sociedade (compreendendo a alfabetização científica e o letramento científico), com vistas à cidadania científica.

Vale destacar que os termos alfabetização e letramento são advindos da

Linguística. Nesse sentido, por alfabetização científica e letramento científico entende-se que a primeira versa sobre a habilidade de codificação dos nomes e que o segundo comunica o avanço da codificação do ler e do escrever à inserção nas práticas sociais de leitura e escrita (Soares, 2012).

Em tal contexto, recorreremos à Cunha (2018, p. 28-29, grifos do autor), que reforça:

Ao contrário do termo “alfabetização”, que pressupõe um ponto de ruptura entre os que não sabem ler e escrever (analfabetos) e os que sabem (alfabetizados), o termo “letramento” pressupõe um processo contínuo envolvendo diferentes níveis de complexidade no uso da escrita.

Portanto, segundo Cunha (2018, p. 38), “[...] o letramento científico enfoca as práticas sociais de uso do conhecimento científico, tanto em termos práticos quanto cívicos, no exercício da cidadania na vida cotidiana”.

Sobre a variação terminológica dos conceitos que envolvem a educação científica, Fetter (2022, p. 57) destaca que:

[...]devemos considerar que não há consenso sobre o conceito e sobre o uso de cada um dos termos, o que nos leva a supor que o seu emprego não segue os preceitos e premissas propostas pela literatura da área. Além disso, se esses termos, indicados pelos referenciais teóricos mencionados, abrangessem os demais, provavelmente, teriam uma incidência maior e mais expressiva do que os resultados demonstram.

Por sua vez, o termo cidadania científica envolve direitos e deveres do cidadão no que tange à apropriação do conhecimento científico, como aduz Castelfranchi (2010, p. 13):

Por um lado, explicar, divulgar, “democratizar” o conhecimento é uma das obrigações morais dos cientistas, como muitos grandes cientistas sentiram e declararam. Por outro lado, conhecer, apropriar-se do saber, é um direito fundamental de todo cidadão de uma democracia e, hoje, a cidadania não pode senão incluir uma “cidadania científica”.

Ainda sobre a cidadania científica, salientamos que a apropriação da ciência atinge a cada um de forma individual, mesmo seu uso sendo coletivo e compartilhado. Nesse sentido, Davel (2017, p. 2) aponta que:

Apesar de sermos seres sociais, somos afetados de formas diferentes pela linguagem da ciência, e isso também acontece com a interpretação que fazemos sobre as consequências da utilização de determinadas tecnologias e que muitas vezes não conseguirá evitar seus impactos. Entretanto, não se pode destituir o caráter participativo da população na tomada de decisão por regulamentações e evidenciamento dos jogos de interesse por trás da implantação de recursos

tecnológicos.

Logo, da alfabetização científica à cidadania científica existe um caminho a ser traçado que abarca a participação dos atores envolvidos nesse processo de educação científica, sejam os pesquisadores, os divulgadores, os jornalistas, os estudantes, os gestores ou a comunidade em geral.

A apropriação do conhecimento significa mais do que a decodificação das mensagens ou do enfoque nas práticas sociais de uso do conhecimento científico. Essa apropriação traz consigo a participação do indivíduo na ciência, no intuito de torná-lo um cidadão crítico e capaz de exercer sua cidadania. Esse envolvimento, essa participação, tem sido estudada em outras temáticas, dentre as quais se destaca a Comunicação Pública da Ciência.

2.3 Da comunicação da ciência à divulgação científica

O caminho da disseminação da ciência passa por diferentes tratamentos, que englobam desde a comunicação entre os pares, a comunicação via meios de comunicação e a divulgação científica propriamente dita. E esse processo não é linear, podendo acontecer, inclusive, simultaneamente, a depender dos interesses e estratégias dos atores envolvidos nele. Segundo atesta Zamboni (2001, p. 45-46):

A divulgação científica é entendida, de modo genérico, como uma atividade de difusão, dirigida para fora de seu contexto originário, de conhecimentos científicos produzidos e circulantes no interior de uma comunidade de limites restritos, mobilizando diferentes recursos, técnicas e processos para a veiculação das informações científicas e tecnológicas ao público em geral.

Sobre a responsabilidade da divulgação científica, Messeder Neto (2019, p. 19) destaca que ela “[...] cumpre o papel de tornar acessível à população em geral aquilo que a ciência tem produzido e se apresenta como um dos caminhos de encontro da ciência com o saber popular e que ainda precisa ser bastante ampliado na realidade brasileira”.

Ao tratar dessa acessibilidade, é possível pensarmos em uma divulgação da ciência horizontalizada, com a participação dos sujeitos e da sociedade, sem uma hierarquização do conhecimento ou predominância de um paradigma que estabeleça uma relação de domínio da ciência frente o saber popular.

Nesse ponto, o paradigma emergente surge como uma alternativa frutífera para essa visão decolonial e descentralizada do conhecimento e da ciência. Cabe destacar que a linguagem da divulgação científica é diferente da linguagem da comunicação entre pares, ou seja, do artigo original, como ressaltam Massarani e Moreira (2005, p. 1):

A transmissão da informação científica entre os pares é feita por meio da língua e de símbolos e imagens especialmente construídos para tal fim, utilizando estilos e argumentos que variam historicamente. Por outro lado, os textos de divulgação científica exibem estruturas retóricas com diferenças significativas em relação aos textos originais dos cientistas.

Ao abordarmos o papel da divulgação científica, enfatizamos que essa não é uma cortesia feita pelos cientistas, pesquisadores e divulgadores, como aduz Messeder Neto (2019, p. 19):

É preciso destacar que o trabalho de divulgação da ciência não é um favor que a academia ou outros centros de pesquisa fazem à população em geral, ela é uma obrigação visto que a produção do conhecimento só é possível graças ao trabalho diário de homens e mulheres que na sociedade de classe ainda não adentraram o espaço acadêmico. Na impossibilidade desses sujeitos de participarem diretamente do processo de produção dos saberes científicos e de conhecerem sua linguagem, é essencial que os cientistas coloquem a divulgação como sendo um elemento ético e imprescindível do seu próprio fazer ciência.

Quanto aos conceitos que envolvem a Comunicação da Ciência, é preciso que destaquemos que não há um consenso sobre as definições, nem uma linearidade e muito menos uma hierarquia entre eles; no entanto, com o objetivo de traçar um panorama sobre eles, segue abaixo um quadro com os termos mais utilizados nesta pesquisa.

Quadro 1 - Outros termos relacionados com Comunicação da Ciência

Termo	Definição	Principais autores
Alfabetização Científica	A alfabetização científica abrange a habilidade de compreender, avaliar e aplicar conhecimentos e procedimentos científicos para a tomada de decisões informadas. Inclui a compreensão do método científico, a maestria de conceitos científicos, a análise crítica de informações e a capacidade de distinguir fontes confiáveis de pseudociência. Essa competência é crucial para uma participação efetiva na sociedade contemporânea, permitindo a tomada de decisões embasadas em evidências e o entendimento de questões científicas complexas que permeiam a vida cotidiana.	Cunha, R. B. (2018) Davel, M. A. N. (2017)
	O letramento científico refere-se à habilidade de	

Letramento Científico	compreender, comunicar e interpretar informações científicas. Vai além do mero domínio de conceitos científicos, englobando a capacidade de analisar e discutir temas científicos de forma crítica e contextualizada. Isso implica estar familiarizado com a linguagem científica, bem como participar ativamente em discussões e decisões relacionadas à ciência, o que, por sua vez, amplia a compreensão e o impacto da ciência na sociedade.	Cunha, R. B. (2018) Davel, M. A. N. (2017)
Divulgação Científica	A divulgação científica é o processo de tornar informações e descobertas científicas amplamente compreensíveis ao público. Isso implica em traduzir conceitos científicos complexos para uma linguagem acessível, utilizando diversas ferramentas de comunicação, como artigos, vídeos, palestras e plataformas de mídia social. Essa prática desempenha um papel crucial na promoção da alfabetização científica e no envolvimento da sociedade com a ciência, tornando mais fácil a compreensão das implicações da pesquisa científica e seu impacto na vida cotidiana.	Fetter, G. L. (2022) Zamboni, L. M. S. (2001) Massarani, L; Moreira, I. de C. (2005) Castelfranchi, Y. (2008)
Cidadania Científica	A cidadania científica abarca a ativa participação dos cidadãos na formulação de decisões relacionadas à ciência e tecnologia. Isso implica compreender e envolver-se de maneira crítica em questões científicas, além de ter a capacidade de influenciar políticas e práticas científicas. A cidadania científica fomenta a responsabilidade individual e coletiva na utilização ética da ciência, encorajando a sociedade a engajar-se efetivamente em debates científicos e a tomar decisões bem fundamentadas, moldando, assim, o desenvolvimento científico e tecnológico.	Castelfranchi, Y. (2008)

Fonte: Elaborado pela autora com base na revisão bibliográfica

Assim, por meio da participação desses atores/profissionais, torna-se possível uma divulgação científica decolonial – uma divulgação científica que traz esses sujeitos para dentro da produção do processo (não os deixando simplesmente como receptores). Nesse ponto, quebra-se a noção de hierarquia de saberes e o saber popular é legitimado como parte da divulgação científica.

2.4 Ciência e desinformação

A desinformação científica não é novidade do tempo presente – ela existe, por exemplo, desde a Grécia antiga quando era utilizada de forma política, porém, com a ascensão das redes sociais e o renascimento de partidos políticos mais conservadores e

extremistas, a intencionalidade da desinformação tem ganhado destaque.

Ao tratar da desinformação, Wardle (2020) destaca que ela é mais do que apenas um erro ou informação enganosa, mas está inserida no que a autora chama de desordem informacional. Entre os diferentes níveis de tal desordem informacional, encontra-se o conteúdo intencionalmente falso, criado com o objetivo de causar danos. Ainda segundo a autora, essa prática é impulsionada por três motivações principais: ganho financeiro, influência política e gerar transtornos.

Wardle (2020) aborda três nomenclaturas ao tratar desse fluxo de informações falsas, são elas: desinformação, mesinformação e malinformação. Segundo a autora:

Quando a desinformação é compartilhada, muitas vezes se transforma em mesinformação. Mesinformações também descrevem conteúdo falso, mas a pessoa que compartilha não percebe que é falso ou enganoso. Muitas vezes, uma desinformação é vista por alguém que não percebe que é falsa e compartilha com suas redes, acreditando que estão ajudando (Wardle, 2020, p. 10).

No que lhe concerne, a malinformação “[...] descreve informações genuínas que são compartilhadas com a intenção de causar danos” (Wardle, 2020, p. 10). Sendo assim, é preciso compreender a existência desse ecossistema intencional que envolve a desinformação, visto que nem sempre o conteúdo é propagado por desconhecimento, ignorância ou boa fé.

Quando discorre sobre a desinformação propriamente dita, Wardle (2020) ressalta sete categorias durante o transtorno da informação, quais sejam: *sátira ou paródia, conexão falsa, conteúdo enganoso, contexto falso, conteúdo impostor, conteúdo manipulado e conteúdo fabricado*. Nesse sentido, é perceptível que o conteúdo, em suas diversas formas, é uma ferramenta poderosa, e seja para informar, entreter ou vender, ele molda nossa percepção do mundo e influencia nossas decisões.

Entretanto, infelizmente, essa força pode ser usada para fins maldosos, como enquadrar, fraudar e manipular. Assim, em vez de encarar o conteúdo como um bloco homogêneo, é crucial analisar as diferentes técnicas utilizadas para manipular a opinião pública, sendo que essa decomposição permite desmascarar os mecanismos da manipulação, desenvolver senso crítico, fortalecer a resiliência da sala de imprensa e empoderar o público.

Ao discorrer acerca da desinformação, Mancoso *et al* (2023) analisam que se trata de um fenômeno com ganho de força na segunda metade da década de 2010 e que alguns

eventos podem ser destacados durante esse período: a vitória de Donald Trump nos Estados Unidos e o movimento do Brexit, ambos em 2016, e as eleições, em 2018, no Brasil, para presidente.

Para Mancoso *et al* (2023, p. 1): “o que vimos desde então foi um cenário de disputa pela verdade, potencializada por *fake news* e circulação de desinformação como estratégia política”. Vale salientar que, neste cenário, a desinformação intencional e a polarização atingem as instituições de produção e promoção do conhecimento, que têm sido alvo de ataques que visam à sua deslegitimação, descrédito e perda de autoridade.

Apesar de a desinformação ter ganhado força nos últimos anos, é importante lembrar que sua presença na América Latina não é tão nova assim, visto a realidade de que, desde 1960, vários países latino-americanos viveram ditaduras militares, cujas narrativas eram manipuladas pelas autoridades como forma de estratégia política e de controle. E vale destacar que esse fenômeno ganhou força no período da Guerra Fria, período marcado por um conflito político-ideológico travado entre Estados Unidos e a ex-União Soviética (URSS), entre 1947 e 1991, o mundo foi polarizado em dois grandes blocos, e a arma utilizada foi a informação, ou também a desinformação.

Ainda segundo Mancoso *et al* (2023), a desinformação científica é um fenômeno global, mas que, na América Latina, pode ser potencializada por fatores como a falta de acesso à informação confiável, a influência de grupos com interesses específicos e a concentração da mídia.

Destacamos que, nesse processo, o desenvolvimento de um país está diretamente ligado ao nível de acesso e uso do conhecimento que sua sociedade tem. Dessa forma, governos autoritários tendem a limitar e negar a ciência, por medo das interferências em sua atuação. No entanto, essas interferências são salutares para a construção de uma esfera pública forte e participativa: a partir do momento em que os cidadãos são desmotivados e levados a não participarem das discussões que lhes interessam, abroham a apatia e o desinteresse para com a coisa pública (o que favorece às decisões unilaterais dos governantes).

Sendo assim, é preciso notabilizar a importância da ciência, das universidades e das instituições de pesquisa diante dos discursos negacionistas e desinformadores, como anui Sena Júnior (2019, p. 45):

Nenhum país que pretenda alcançar um patamar de desenvolvimento e um certo nível civilizacional, pode abrir mão de reivindicar o direito à ciência, a toda a ciência, sejam elas exatas ou humanas, naturais ou sociais, teóricas ou

aplicadas. Mas não apenas à ciência, também à filosofia, visto que todo o conhecimento é filho dileto do pensamento e toda a ciência tem sua própria teoria do conhecimento, sua epistemologia. Por conta disso, a defesa da universidade frente ao discurso obscurantista, anti-intelectual e anticientificista que avança no planeta, é condição necessária para a sobrevivência da democracia, mesmo com todas as limitações que ela comporta até o presente.

Ao destacar a importância do acesso e uso do conhecimento, a divulgação científica surge como meio de elevar esse nível de aproximação à sociedade – motivo pelo qual pesquisar o processo de divulgação científica na Amazônia Legal faz-se necessário, com o intuito de entender como os atores dessa região, com especificidades tão diversas, trabalham em prol da disseminação do conhecimento. É importante evidenciar que:

A divulgação científica, assim como a educação científica, não poderá salvar o mundo e resolver os problemas enfrentados pelos sujeitos em uma sociedade regida pelo capital. No entanto, os espaços de divulgação são contraditórios e permitem que façamos a disputa de consciência nesses locais. Mas para que esse terreno seja mesmo de disputa, precisamos lutar por uma divulgação científica que precisa ter como horizonte contribuir para que o indivíduo entenda a realidade e tenha incômodo com a sociedade em que vive (Messeder Neto, 2019, p. 21-22).

Dessa maneira, com o objetivo de levar o cidadão a entender e se incomodar com a realidade na qual está inserido, surge também o contexto do negacionismo científico e do próprio ecossistema de desinformação – desinformação essa que, por muitas vezes, é gerada intencionalmente por seus emissores. Sena Júnior (2019, p. 25) afirma que:

Quanto ao negacionismo que hoje avança como uma das formas obscurantistas e anticientificistas que atinge a ciência histórica, basta se dizer que seu único objetivo é o de proceder a uma revisão do passado de forma politicamente motivada e com vistas ao atendimento dos interesses dos poderosos de plantão, com total desprezo pelas evidências.

Ao desprezar as evidências – ou seja, ao desprezar a ciência – instaura-se um movimento em desfavor do conhecimento. No Brasil, o governo de Jair Bolsonaro foi um forte protagonista em propagar a cultura do negacionismo científico e da desinformação, a fim de promover sua ideologia e atrapalhar a construção de uma cidadania científica. Para Sena Júnior (2019, p. 32): “é, portanto, por temer a ciência e os cientistas, que trabalham em junção com a democracia, o que pressupõe a crítica, que um governo como o de Jair Bolsonaro conspira permanentemente contra o conhecimento”.

Ao considerarmos o movimento negacionista no governo de Jair Bolsonaro, é preciso refletir, também, que esse negacionismo não é inovação do Brasil ou inovação do

presidente em questão, mas é um processo que ganha capilaridade com as redes sociais e a intencionalidade do discurso em desinformar, como destaca Sodré (2019, p. 99):

O falatório inconsequente e a boataria perversa da rede eletrônica – estimulados pela distância física, pelo relativo anonimato e por um particular narcisismo de grupo – são efeitos da crescente desinstitucionalização dos laços sociais. [...]Um boato pode ser aleatório ou resultante de uma estratégia discursiva deliberada. Esta última espécie caracteriza majoritariamente as *fake news* disseminadas na rede eletrônica. Novidade e emoção represada são dois componentes afetivos de sua estrutura, que ajudam a explicar o seu funcionamento.

Sendo assim, a desilusão democrática da população alavanca esse processo de apoio a governos extremistas e conservadores, visto que a esfera pública vem sofrendo silenciamentos e interferências desinformacionais, como destacam Rêgo e Barbosa (2020, p. 24):

Os problemas, porém, não se restringem à pressão política sobre os eleitores, mas também envolvem censura, silenciamento de informações primordiais, manipulação midiática articulada pelos grandes conglomerados de mídia e, mais recentemente, fábrica de informações falsas e de construção de um processo de ignorância intencional.

Outro aspecto a considerarmos relacionado ao negacionismo e à desinformação é que: “o eu da negação, contudo, não se afirma. O negacionista não é para si negacionista, pois ‘quem não sabe’ é a tia e o tiozão; a ‘desinformação’ é projetada nos seus pais e avós...” (Szwako, 2020, p. 73-74). Isso significa dizer que a negação do conhecimento e a negação da ciência não têm relação com a falta de acesso a eles, mas, sim, à ideologia e valores do negacionista. Discorrendo ainda sobre o (des)conhecimento do negacionista e sobre as camadas de análise e observação do negacionismo, Szwako (2020, p. 78) destaca que:

Elas estão repletas de implicações sociais e políticas, a começar pelo reconhecimento de que o negacionista não desconhece a realidade; ele, tal qual o infante e o perverso, apenas picota os indícios do real quando a realidade não lhe satisfaz – quase sempre, portanto. Seja como for, por detrás desse não-desconhecimento, desse “eu já sei” negacionista, está a simples e triste verdade de que aos sujeitos do negacionismo científico, assim como àqueles que hoje investem na negação da ditadura, a morte em suas imagens e monstruosidades lhes cai muito bem.

No que tange à divulgação científica no Brasil, apesar desse recente movimento em prol do negacionismo e da desinformação, segundo Massarani *et al* (2022) o país é líder na América Latina no que diz respeito aos estudos sobre a temática. Isto posto, o

presente trabalho analisa a CPC, com foco no trabalho do jornalista na divulgação científica e suas relações e seus atores, sem focar, contudo, explicitamente na desinformação, embora tal atividade lide com a temática.

Esta pesquisa também verifica a atuação do jornalista nos IF's da Amazônia Legal do Brasil no intuito de entender como se dá o trabalho na divulgação científica nessas instituições e como o jornalista se vê nesse processo, quais os seus limites e angústias e como a (não) institucionalização da divulgação científica a coloca em um lugar secundário na CPC.

3 TRABALHO DO JORNALISTA NA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

3.1 O trabalho jornalístico na ciência

Ao discorrermos acerca de conceitos relacionados ao trabalho, é interessante destacarmos o protagonismo humano no que versa sobre a ação de trabalhar, conforme atesta Antunes (2009, p. 47-48):

Na longa história da atividade humana, em sua incessante luta pela sobrevivência, pela conquista da dignidade, humanidade e felicidade social, o mundo do trabalho tem sido vital. Sendo uma realização essencialmente humana, foi no trabalho que os indivíduos, homens e mulheres, distinguiram-se das formas de vida dos animais. [...] Esse fazer humano tornou a história do ser social uma realização monumental, rica e cheia de caminhos e descaminhos, alternativas e desafios, avanços e recuos. E o trabalho converteu-se em um momento de mediação sócio-metabólica entre a humanidade e natureza, ponto de partida para a constituição do ser social.

Logo, no que diz respeito ao mundo do trabalho, a sociedade passa por uma mudança de paradigmas que afeta diferentes áreas e é diretamente influenciada pelo capitalismo. Desta forma, o mundo trabalhista vem passando por uma transformação em sua força de trabalho, que antes era medida por um capital palpável e mensurável e, agora, não possui materialidade e nem uma forma única de mensuração. Nesse capitalismo pós-moderno, o humano em si ganha uma nova dimensão e responsabilidade e, por consequência, uma nova forma de trabalho: o trabalho subjetivo.

Fígaro (2008, p. 92), ao discorrer sobre a temática Trabalho e Jornalismo, afirma que:

Mundo do trabalho é o conjunto de fatores que engloba e coloca em relação a atividade humana de trabalho, o meio ambiente em que se dá a atividade, as prescrições e as normas que regulam tais relações, os produtos delas advindos, os discursos que são intercambiados nesse processo, as técnicas e as tecnologias que facilitam e dão base para que a atividade humana de trabalho se desenvolva, as culturas, as identidades, as subjetividades e as relações de comunicação constituídas nesse processo dialético e dinâmico de atividade.

Com isso, o trabalho do jornalista passa por essa divisão de modelos, pois tem uma produção não palpável e que não resulta em materiais físicos, visto ser um trabalho baseado na informação e no conhecimento, ou seja, é um trabalho intangível. Nesse sentido, Silva (2016, p. 9-10) expõe que:

[...]os trabalhos relacionados à comunicação social e outros conhecidos como trabalhos intelectuais não caracterizam a transformação da natureza ou a satisfação de necessidades vitais do homem, partimos do pressuposto de que a demanda por informação e diversos tipos de conhecimento representam uma das tantas outras exigências da vida humana nas novas configurações da sociedade.

Diante dessa nova configuração social, o jornalista assume um papel de mediador dos fatos, apontando uma narrativa conforme suas pesquisas e fontes e sendo o produto do seu trabalho não-materializado. Nessa perspectiva, o trabalho do jornalista na divulgação científica também deve ser visto como subjetivo, dado que, conforme ressalta Silva (2016, p. 13), “tais atividades fazem uso de categorias puramente sociais, como a linguagem, a escrita e a informação, para se tornarem fontes de um conhecimento comum e, por isso, legitimadas pela própria sociedade ao longo da construção histórica da humanidade”.

Ao fazer uso dessas categorias sociais, o jornalista entrega um serviço. Antunes (2018) destaca que, na atualidade, existe a explosão do novo proletariado de serviços, com novos significados, em especial por conta do advento da internet. O autor enfatiza, ainda, que “[...] em vez do *fim do trabalho na era digital*, estamos vivenciando o *crescimento exponencial do novo proletariado de serviços*, uma variante global do que se pode denominar *escravidão digital*, em pleno século XXI” (Antunes, 2018, p. 30, grifos do autor).

Sendo assim, quanto ao trabalho jornalístico, o jornalista não fornece produtos como mercadorias, mas oferece sua força de trabalho como mercadoria, uma vez que, segundo reflete Silva (2016, p. 17):

O trabalhador oferecer sua força de trabalho como uma mercadoria caracteriza, então, a época capitalista. Essa força de trabalho é uma das coisas compradas pelo capitalista no mercado para que seja colocada em um processo de produção com as outras coisas. Se antes o homem realizava na matéria natural seu objetivo, apropriava-se e transformava a natureza para satisfazer suas necessidades e produzir valores de uso, agora, sua força de trabalho é consumida pelo capitalista no processo de produção também enquanto valor de uso. Esse trabalho é compulsório, não é voluntário. Isso quer dizer que não somente o resultado do trabalho é estranho ao trabalhador, mas também o ato de produzi-lo.

Dessa maneira, ao oferecer sua força de trabalho, evidencia-se que “o saber se tornou a mais importante fonte de criação de valor, uma vez que está na base da inovação, da comunicação e da auto-organização criativa e continuamente renovada (Antunes, 2018, p. 81).

No que tange à divulgação científica, pretendemos, na presente pesquisa, investigar como esse trabalho imaterial do jornalista acontece nos Institutos Federais da Amazônia Legal, com o objetivo de entender os processos e atores envolvidos nessa comunicação. Para tanto, analisaremos as relações entre jornalistas, gestores e sociedade em geral, intentando identificar o lugar/papel da divulgação científica no âmbito da comunicação institucional.

Essa investigação parte do pressuposto de que o trabalho do jornalista enquanto comunicador está intrínseco à existência humana, tal como destaca Silva (2016, p. 14), ao discorrer sobre a necessidade de

[...]entender o trabalho como fundamental para as interpretações que o homem faz dos produtos da comunicação e das relações comunicativas que estabelece. Trata-se de uma compreensão totalmente dialética, pois analisar o mundo do trabalho é, de fato, analisar também as relações de comunicação. Analisar a comunicação, por sua vez, é pensar como o mundo do trabalho recorre a ela para efetivar suas transformações.

A partir desse contexto da subjetividade do trabalho do jornalista, observamos as transformações na vida dos trabalhadores, como pontua Antunes (2018, p. 151, grifos do autor):

As mudanças ocorridas no mundo do trabalho nas últimas décadas resultaram na constituição de um exército de trabalhadores mutilados, lesionados, adoecidos física e mentalmente, muitos deles incapacitados de forma definitiva para o trabalho. Em outras palavras, trata-se de um modelo de gestão que simultaneamente se organiza visando o envolvimento da *subjetividade inautêntica*, o *controle da subjetividade* dos trabalhadores, mecanismo necessário para a obtenção de altos índices de produtividade, e se configura cada vez mais como incapaz, pela própria intensidade concorrencial e instabilidade do mercado, de garantir condições de trabalho minimamente adequadas à saúde física e mental dos trabalhadores.

Em vistas disso, ao abordarmos essa intangibilidade do trabalho jornalístico, surgem questionamentos sobre como o jornalista de ciência trabalha, quais são as implicações e desdobramentos desse trabalho imaterial no ato de divulgar ciência e como o jornalismo científico se dá no âmbito da Amazônia Legal brasileira.

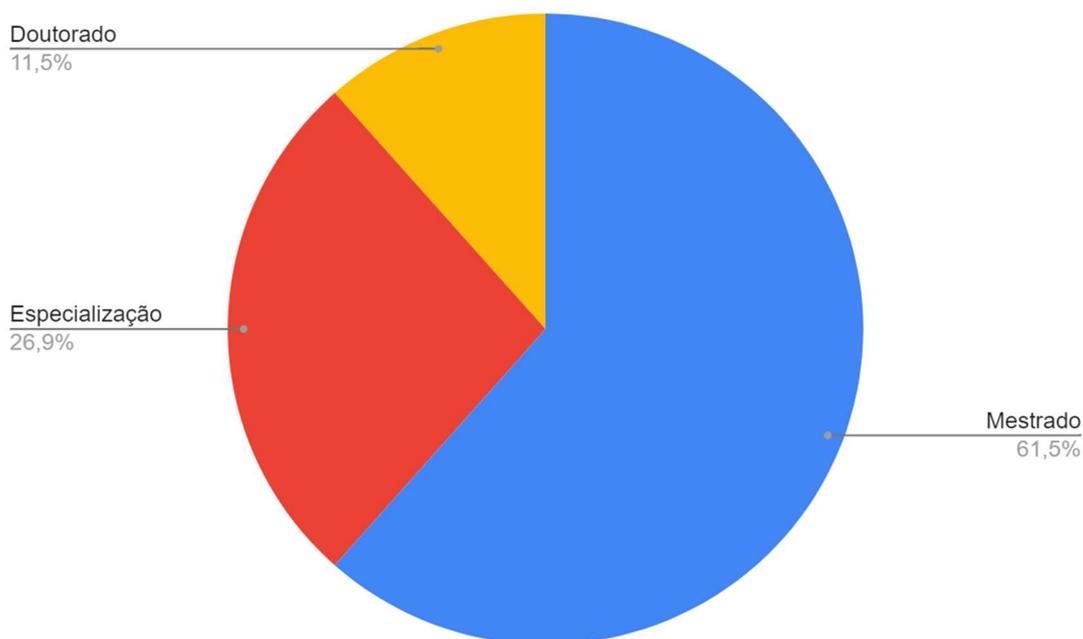
3.2 Panorama do papel do jornalista na atuação nos Institutos Federais da Amazônia Legal

A precarização do trabalho jornalístico percorre o caminho da desprofissionalização da categoria, que nasce em uma formação deficitária para a

divulgação científica e desemboca em uma rotina técnica, com equipes cada vez mais enxutas e profissionais acumulando funções de diferentes áreas em nome da inovação e da obtenção de metas.

Cabe pontuar, no entanto, que mesmo com o estranhamento sobre a divulgação científica, essa desprofissionalização vai de encontro ao perfil dos jornalistas dos IF's estudados, uma vez que, dos 26 respondentes, nenhum deles possui apenas graduação: 61,5% possuem mestrado, 26,9% têm especialização e 11,5% são doutores, conforme observamos no Gráfico 1. É fato que a política de qualificação das instituições federais de Ensino Superior é um incentivo para a continuidade dos estudos, mas isso não desabona o conhecimento e a formação dos profissionais entrevistados. Percebe-se, assim, que se trata de uma mão de obra qualificada, contudo subutilizada quando se trata da divulgação científica. E, nesse aspecto, é de se destacar a importância estratégica, e não apenas operacional, desse jornalista no processo de divulgação científica.

Gráfico 1 - Distribuição dos entrevistados segundo titulação



Fonte: Pesquisa de campo

Estes resultados dialogam com o conceito tradicional de trabalho abstrato simples, que, por muito tempo, foi considerado a fonte de valor desde os tempos de Adam Smith e que, atualmente, está sendo substituído pelo trabalho complexo. O trabalho que anteriormente envolvia a produção material, mensurado em unidades de produtos por

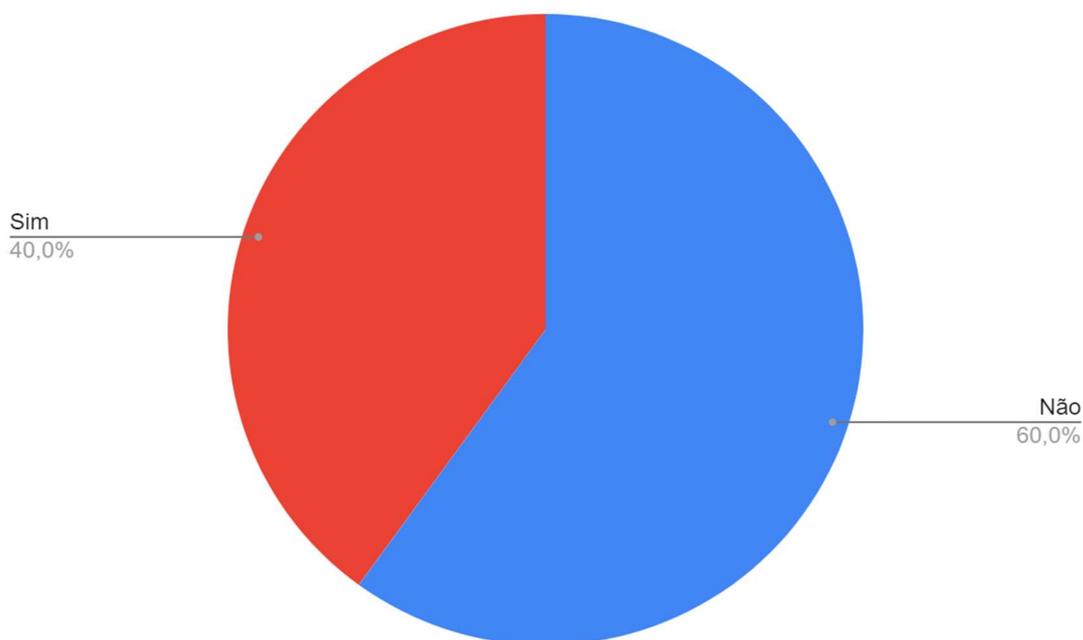
unidades de tempo, agora é substituído pelo chamado trabalho imaterial, para o qual os padrões clássicos de mensuração não são mais aplicáveis. Por sua vez, essa mudança representa uma transformação significativa na compreensão e avaliação do trabalho na contemporaneidade.

Alguns autores sistematizam a ideia de que se vive, na atualidade, uma crise do modo de produção capitalista fabril e o trabalho, tal como se vê configurado, a partir do saber, do conhecimento e da ciência, não pode mais ser compreendido como produtor de valor e, por isso, o ele não é mais a categoria principal.

Desta feita, por meio do envio dos questionários aos jornalistas dos IF's, o objetivo foi abordar a formação, a qualidade de vida, a precarização e a desprofissionalização dessa atividade exercida pelo jornalista na divulgação científica, no intuito de compreender como essas esferas interferem no trabalho jornalístico para a comunicação da ciência dentro desses institutos da Amazônia Legal. Ao atentar para a formação técnica, questionamos os participantes da pesquisa se eles cursaram disciplinas específicas sobre comunicação da ciência ou divulgação científica durante a sua formação, no intuito de analisar como a (não) formação para tratar da ciência reflete na prática jornalística. Nesse ponto, acreditamos originariamente que a baixa oferta de disciplinas na graduação relacionadas com jornalismo especializado em ciência ou sobre a comunicação pública ou comunicação da ciência afeta a abordagem do jornalista sobre o assunto.

Assim, no formulário enviado aos jornalistas questionamos sobre essa formação, e, para que fosse possível corroborar ou não essa hipótese, foi indagado se os respondentes tiveram acesso à disciplina de Jornalismo Científico ou à disciplina de Divulgação Científica em suas graduações, cujas respostas geraram os Gráficos 2 e 3, que se seguem.

Gráfico 2 - Respostas sobre cursar Jornalismo Científico na graduação



Fonte: Pesquisa de campo

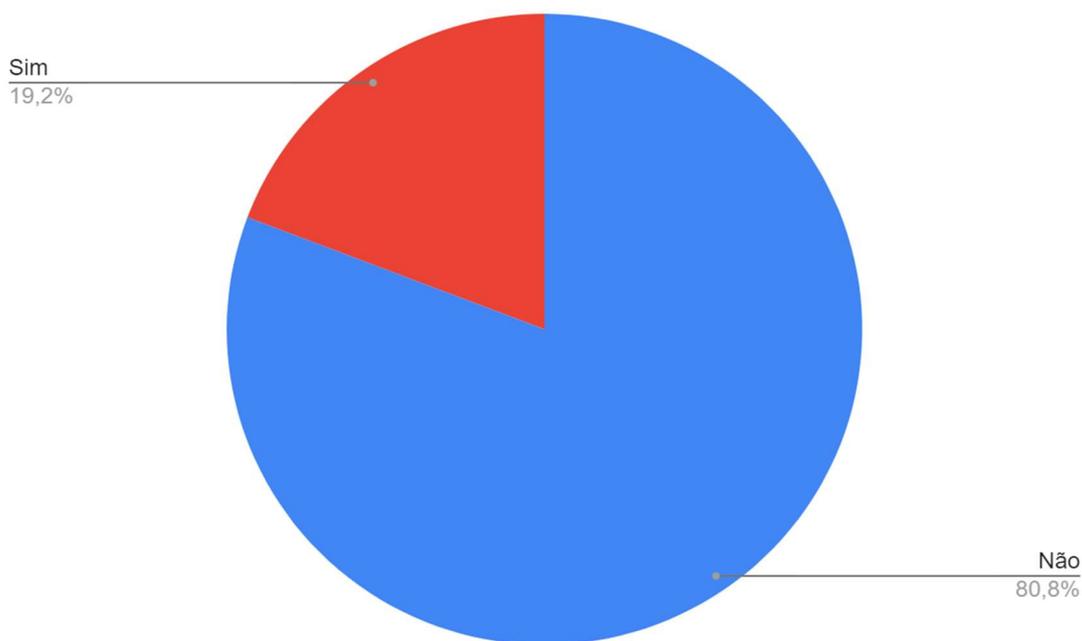
Com isso, quanto ao acesso à disciplina de Jornalismo Científico, 25 dos entrevistados responderam, sendo que, destes, 60% afirmam ter cursado a disciplina, enquanto 40% atestam que não. Já quando questionados sobre a disciplina de Divulgação Científica, todos os 26 participantes responderam e os dados são que 80,8% não tiveram essa matéria na graduação, enquanto 19,2% cursaram disciplinas específicas sobre Divulgação Científica em sua formação acadêmica.

O acesso à disciplina de Jornalismo Científico revela um panorama interessante entre os entrevistados. Dos 25 participantes que responderam a essa questão, 60% indicaram que cursaram a disciplina durante sua formação, o que sugere um reconhecimento da importância dessa área na formação de profissionais aptos a comunicar ciência de maneira eficaz. Por outro lado, 40% dos entrevistados afirmaram não ter tido a oportunidade de estudar essa matéria, o que pode indicar uma lacuna na formação acadêmica que poderia ser explorada para melhorar a preparação dos futuros jornalistas científicos.

Em contraste, a situação em relação à disciplina de Divulgação Científica é ainda mais preocupante. Todos os 26 participantes responderam a essa questão e, surpreendentemente, 80,8% relataram não ter cursado disciplinas específicas sobre Divulgação Científica durante a graduação. Esse dado evidencia uma carência

significativa na formação acadêmica, considerando a relevância da divulgação científica no contexto atual, onde a comunicação de informações científicas precisas é crucial para a sociedade. Apenas 19,2% dos entrevistados informaram ter tido acesso a essa matéria, ressaltando a necessidade de integrar conteúdos de Divulgação Científica nos currículos de cursos relacionados à comunicação e jornalismo.

Gráfico 3 - Respostas sobre cursar Divulgação Científica na graduação



Fonte: Pesquisa de campo

Vale destacar que o levantamento do quantitativo de jornalistas foi feito via e-mail, *WhatsApp* e Plataforma Fala BR, sendo que o número total de jornalistas contatados foi 54, com 26 respondentes. Ou seja, a taxa de respostas ficou em 48,15%. Outro destaque desses questionamentos é que a hipótese sobre a formação em si só não responde ao lugar de não prioridade dado à divulgação científica, para isso é preciso observar outras variantes da atuação do jornalista nessa área, tais como: fluxo das demandas, enxugamento das equipes, prioridades da gestão, políticas de comunicação, entre outras.

Nesse sentido, a fim de analisar as diversas variantes supracitadas, realizamos entrevistas com os gestores de Comunicação dos IF's da Amazônia Legal, uma vez que tal necessidade foi reforçada pelos resultados dos questionários. Sendo assim, no dia 17 de maio de 2024, encaminhamos e-mail aos nove gestores, por meio dos contatos institucionais indicados nos portais, e, no dia 4 de junho do mesmo ano, enviamos outro

e-mail, anunciando a possibilidade de respostas via e-mail.

Destarte, desses nove gestores, três aceitaram conceder a entrevista gravada pelo Google Meet e um deles respondeu às perguntas via e-mail. É possível que a greve da Educação Federal tenha impactado nesses retornos, visto que muitas instituições pararam no primeiro semestre de 2024, com datas variadas de início e fim do movimento grevista.

No que tange ao trabalho do jornalista nos Institutos Federais, indagamos sobre o tipo de vínculo empregatício, o tempo de atuação na referida instituição, se o questionado exerce ou não função gratificada/cargo de direção e se o jornalista atua na divulgação científica. Caso ele atuasse nessa divulgação, foi perguntado como atua e qual o fluxo para solicitação desse trabalho. Por fim, investigamos, nessa parte do questionário, a prioridade do trabalho jornalístico na instituição, a existência ou não de Política de Divulgação Científica e o que o entrevistado entende por divulgação científica.

Já com relação à qualidade de vida, questionamos aos participantes sobre sua satisfação das expectativas no trabalho na divulgação científica, como as demandas impactam em sua vida pessoal e qual sua carga horária laboral. Quanto à precarização, o questionário apresenta questionamentos sobre a composição da equipe para atendimento às demandas de divulgação científica, se a formação da equipe enfraquece o trabalho do jornalista na divulgação científica e sobre o incentivo destinado à produção de material para divulgação científica; além disso, o questionário também trouxe perguntas sobre a comunidade externa e a comunidade interna no planejamento das atividades de divulgação científica e, para terminar, a pergunta que norteou os achados dessa pesquisa: ***“qual o trabalho de divulgação científica que você faz e qual o trabalho que gostaria de fazer?”***.

Sendo assim, para tratar dessa desprofissionalização do jornalista dentro das instituições estudadas, analisamos o quadro de jornalistas, a oferta de concursos para essa área, bem como o Decreto nº 10.185, de 20 de dezembro de 2019, que extingue cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal da administração pública federal e veda a abertura de concurso público e o provimento de vagas adicionais para os cargos que especifica, seguido de algumas reflexões sobre possíveis impactos de tais medidas.

Caso esse decreto continue em vigência, a tendência para recomposição do quadro de jornalistas no quadro dos técnicos administrativos dos Institutos Federais (IF's) e das Universidades Federais (UF's) será a terceirização. Nesse sentido, o caminho da

precarização passa pela impossibilidade de novos concursos para o cargo de jornalista e de recomposição desse quadro nas instituições, fatores que podem impulsionar a terceirização da área nos IF's e nas UF's, uma das marcas expoentes do neoliberalismo presente nos dias de hoje. Essa mudança no regime de trabalho é uma tendência nas últimas décadas, como destaca Antunes e Druck (2015, p. 20-21):

Na recente crise global, a partir de 2007/2008, esse quadro se intensificou ainda mais e nos faz presenciar uma corrosão ainda maior do trabalho contratado e regulamentado, que foi dominante ao longo do século XX, de matriz tayloriano-fordista, e que vem sendo substituído pelos mais distintos e diversificados modos de terceirização, informalidade e precarização, ampliando os mecanismos de extração do sobretrabalho em tempo cada vez menor.

Ainda não é possível afirmar nada muito definitivo acerca desse processo rumo à terceirização, uma vez que, com a mudança no Governo Federal em 2023, surge a possibilidade de revogação do Decreto nº 10.185, de 20 de dezembro de 2019, entretanto, como bem lembram Araújo e Pessoa (2023, p. 10): “o desmonte dos direitos sociais do trabalho vem sendo efetuado pelo Estado numa perspectiva neoliberal que avança no Brasil”.

Dessa forma, quanto à precarização do trabalho no serviço público como um todo, é necessário ressaltarmos que não é recente o fato de que o Estado vem incorporando características do neoliberalismo, visto que, desde 1990, com a reforma do Estado, o serviço público tem ganhado contornos da iniciativa privada. Sobre isso, Araújo e Pessoa (2023, p. 18) reforçam que: “[...] vê-se a invasão no serviço público de termos como estratégia, gestão, qualidade total, eficácia, produtividade, cliente, produto, marketing, desempenho, performance, competência, excelência, entre muitos outros do mundo empresarial”.

Contudo, a crescente influência da lógica comercial do mundo dos negócios no âmbito público coloca em perigo princípios essenciais que os servidores públicos devem seguir, tais como ética, imparcialidade, tratamento equitativo e a primazia do interesse público. Cabe destacar também que a estabilidade garantida pelo concurso público não elimina a precarização do trabalho e o impacto na qualidade de vida do servidor, em virtude de que:

[...]a presença de relações de trabalho deterioradas e conflituosas, o arrocho salarial, a intensificação da carga de trabalho dos servidores, a redução de concursos públicos de servidores técnico-administrativos, a terceirização, entre outros elementos, demonstra a complexidade de uma carreira no serviço

público, atravessada pela organização e gestão do trabalho de raiz flexível, porém com procedimentos e metas produtivistas de raiz fordista, que podem promover adoecimento e sofrimento mas também orgulho e realização profissional (Araújo; Pessoa, 2023, p. 20).

Portanto, a partir de todo o contexto exposto até então é que investigamos, no presente estudo, a atuação do jornalista na divulgação científica dos IF's da Amazônia Legal brasileira e quais os impactos dessa atividade na qualidade de vida e na precarização do trabalho dos atores envolvidos.

3.3 Precarização do trabalho na divulgação científica

O trabalho do jornalista em uma instituição de ensino, pesquisa e extensão envolve diferentes áreas, tais como: assessoria de imprensa, comunicação institucional, jornalismo científico, gestão de redes sociais e comunicação da ciência, entre outras atividades. Nesse ponto, a sobreposição de uma atuação em relação a outra pode caracterizar a precarização do trabalho jornalístico na divulgação científica.

Dentro desse contexto, é possível observarmos que os setores centrais das instituições desempenham um papel crucial como geradoras de atividades simbólicas, visto que elas utilizam estratégias de relações públicas, marketing e até mesmo comunicação científica para elevar sua visibilidade, atrair a atenção da mídia e consolidar sua reputação tanto nacional quanto internacionalmente, nesse âmbito, a comunicação científica atende aos interesses das instituições acadêmicas (Entradas *et al*, 2023).

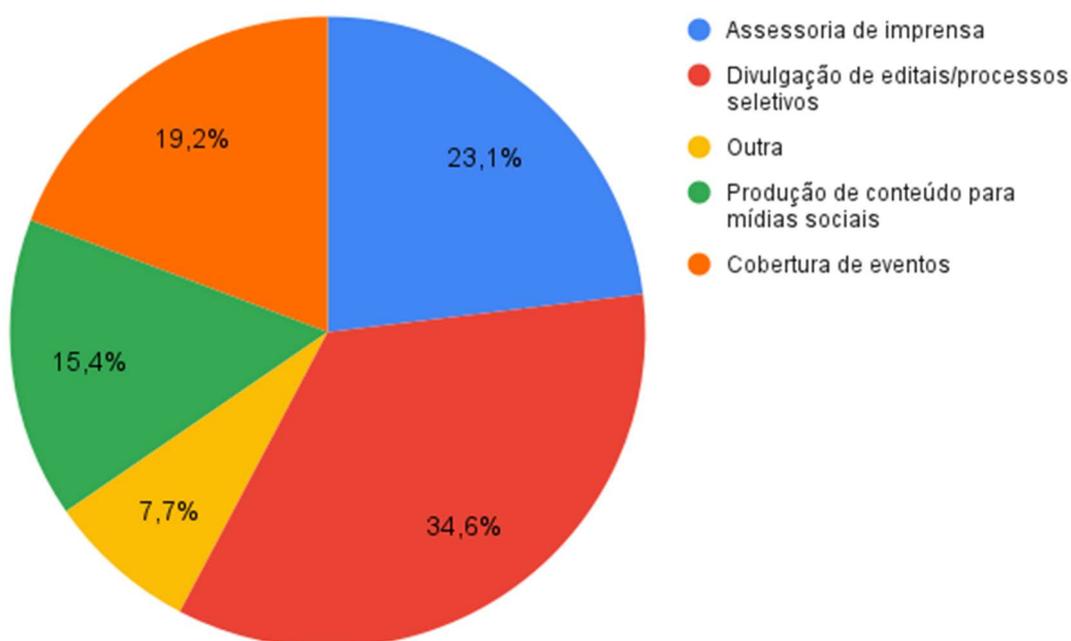
Quanto à centralização/descentralização das atividades de comunicação, cabe destacar o interesse das instituições com suas rotinas comunicacionais, uma vez que, por muitas vezes, o interesse institucional sobrepõe-se ao interesse público. Nesse aspecto, a sobreposição não é considerada problemática, mas é preciso evidenciar o cerne do interesse, porque uma comunicação que visa promover a instituição não pode ser confundida com comunicação pública da ciência.

Ainda nesse sentido, Entradas *et al* (2023) salientam que, para o progresso da comunicação da ciência, é imperativo que existam condições favoráveis, incluindo o respaldo e a manutenção de uma esfera pública apoiada pelas instituições. Do contrário, há o risco crescente de que tais práticas se isolem e sejam marginalizadas na perspectiva mais ampla da instituição. Por outro lado, os resultados do diálogo são caracterizados por

sua natureza aberta e imprevisível, o que os torna intrinsecamente arriscados, com seu valor para as instituições não necessariamente evidente de imediato.

Por conseguinte, por meio dos dados obtidos via questionários, a prioridade do trabalho jornalístico nas instituições estudadas (Gráfico 4), conforme os jornalistas respondentes, é a divulgação de editais/processos seletivos, sendo que em segundo lugar fica a assessoria de imprensa, já a divulgação científica nem foi citada nesse questionamento, apesar de constar no enunciado.

Gráfico 4 - Prioridade do trabalho jornalístico na instituição



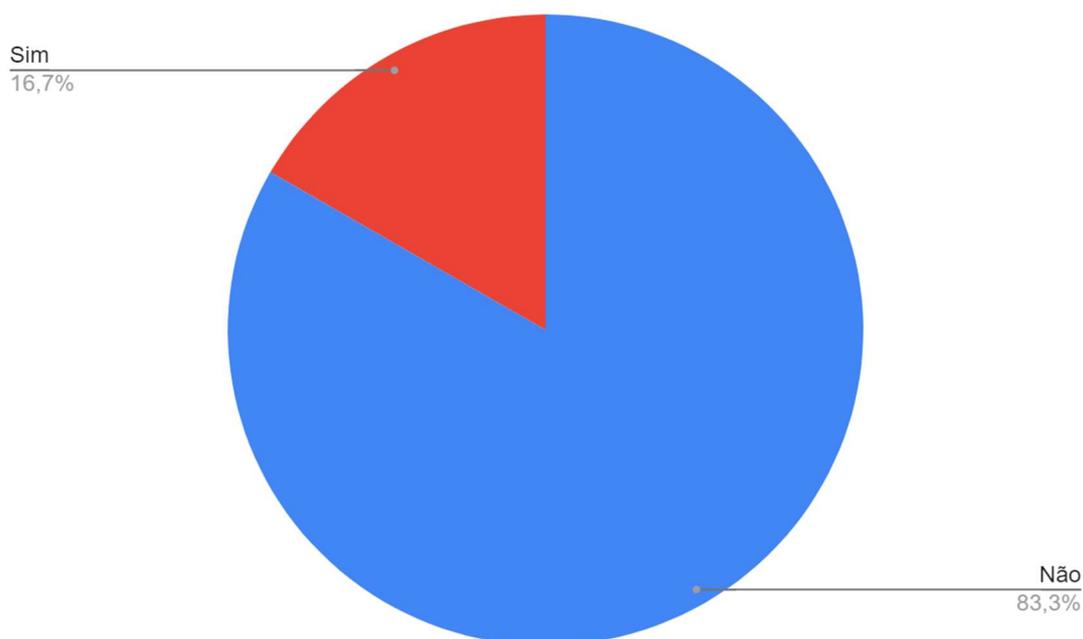
Fonte: Pesquisa de campo

Em consonância à pergunta anterior, um fator que pode contribuir para esse lugar não prioritário da divulgação científica nos IF's é a falta de políticas eficientes voltadas ou relacionadas com a divulgação científica, já que 83,3% dos jornalistas responderam que sua instituição não possui esse documento norteador (Gráfico 5).

Aos que indicaram possuir política de divulgação científica, requisitamos a informação sobre qual seria esse documento e, dentre as respostas, apenas um documento foi apontado, a Política de Comunicação do IFMT. Os demais participantes responderam de forma genérica: “Não sei informar”, “Manual de comunicação”, “O IF possui o portal de periódicos científicos”, “Possuímos uma Política de Comunicação que aborda tópicos

referentes à divulgação científica, mas nenhum documento específico”, isto é, até quem respondeu que a instituição possui a política em questão não sabe bem onde a localizar e como ela se aplica.

Gráfico 5 - Existência de Política de Divulgação Científica



Fonte: Pesquisa de campo

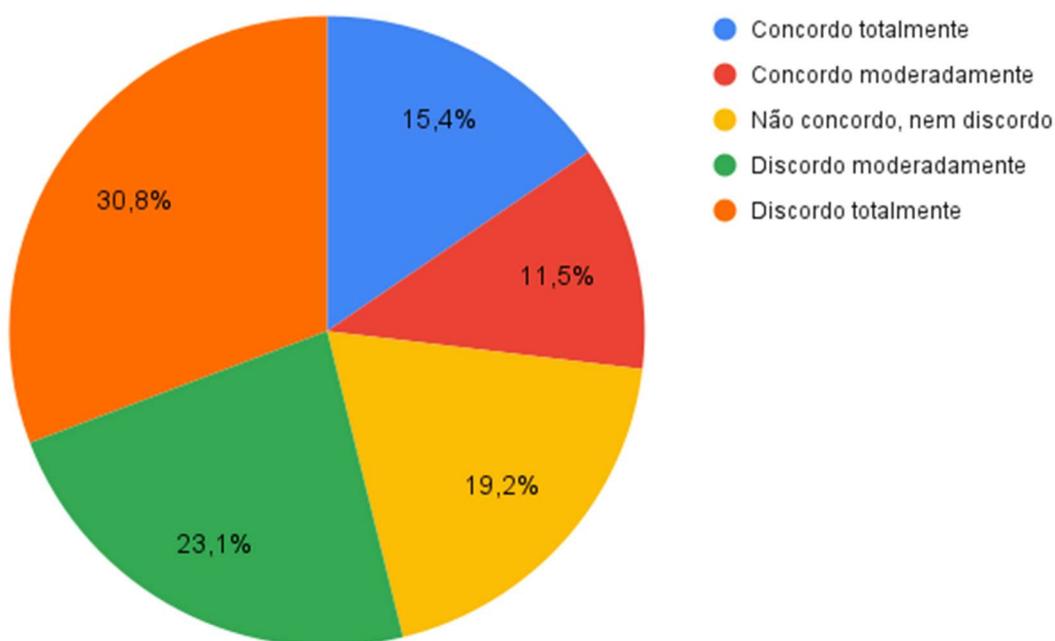
No que diz respeito às questões sobre a precarização do trabalho, os jornalistas trouxeram dados importantes para reflexão. Quando questionados se a composição da equipe atende às demandas de divulgação científica da instituição (Gráfico 6), apenas 15,4% concordaram totalmente, enquanto 30,8% discordaram totalmente e 23,1% discordaram parcialmente.

O elevado percentual de jornalistas que discordam da suficiência da equipe – com 30,8% discordando totalmente e 23,1% discordando parcialmente – evidencia a sensação de sobrecarga e a escassez de recursos humanos especializados para lidar com a complexidade da comunicação científica. Esses números revelam uma estrutura de trabalho que não acompanha o crescimento das demandas e a exigência por conteúdos de qualidade em ciência. Além de indicar uma possível queda na qualidade do conteúdo, essa insuficiência pode gerar impactos negativos tanto para a imagem da instituição quanto para a motivação dos profissionais, que precisam lidar com o aumento da pressão e a diminuição de condições adequadas para o exercício ético e eficaz de suas funções.

Esse cenário levanta preocupações sobre a capacidade dos jornalistas de realizar

coberturas adequadas e abrangentes em temas científicos, o que pode comprometer a qualidade e o alcance das informações divulgadas para o público.

Gráfico 6 - Questionamento se a composição da equipe atende às demandas de divulgação científica



Fonte: Pesquisa de campo

Ao observar estes dados que versam acerca do trabalho do jornalista, considerando a composição da equipe e demandas recebidas, retomamos reflexões sobre Comunicação e Trabalho, em que Fígaro (2013, p. 2) destaca que:

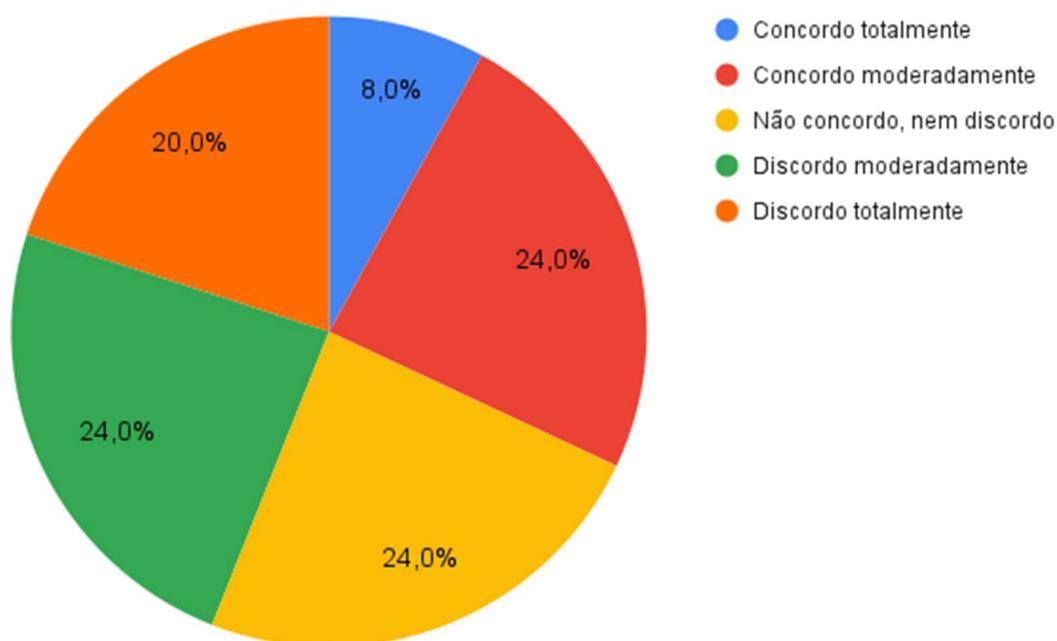
Estudar a comunicação como aspecto inerente à atividade humana, capaz de revelar as complexas relações que se estabelecem no mundo do trabalho, traz para a área de conhecimento da comunicação uma gama de novos temas de pesquisa. Sobretudo, dá ao conceito de comunicação um caráter ontológico, no sentido da ontologia do ser social que Marx discute nos Manuscritos econômicos filosóficos, de 1844, ou seja, aquele da unidade indissolúvel entre subjetividade e objetividade, presente na atividade matriz de sociabilidade, o trabalho.

Nesse binômio, evidencia-se que a temática direciona-se para o conceito de precarização do trabalho que, por sua vez, perpassa várias perspectivas no serviço público, entre elas: o enxugamento das equipes, a redução dos direitos trabalhistas, a terceirização e o enfraquecimento dos movimentos sindicais. Em virtude disso, vale

ressaltar que a estabilidade no serviço público, assim como o contrato assalariado, não são sinônimos de não precarização, pois esse processo envolve múltiplas e diversificadas dinâmicas dentro do trabalho.

De acordo com o âmbito da atuação na área, os respondentes desta pesquisa falaram sobre o incentivo para atuar na área de divulgação científica, e estes dados apontam que os processos existentes dentro das instituições não os motivam. Dessa maneira, apenas 8% dos participantes concordam totalmente que são motivados, em contrapartida, 20% discordam totalmente, 24% discordam parcialmente e outros 24% não concordam e nem discordam, informações estas que constam no Gráfico 7, que se segue.

Gráfico 7 - Questionamento sobre incentivo à produção de material para divulgação científica



Fonte: Pesquisa de campo

Para além dos números, é importante entendermos os motivos desse jornalista não se sentir motivado a produzir material para a divulgação científica. Segundo o Jornalista A: “Não me sinto incentivado porque dentro do nosso fluxo de trabalho a divulgação científica não é definida como prioridade. Assim, as divulgações relacionadas à ciência não atendem às suas especificidades”.

Já para o Jornalista K: “O incentivo é auto incentivo, algo que trago comigo, pois não há uma política institucional nesse sentido”, e essa resposta ilustra bem, e este é um dos aspectos em discussão nesta pesquisa, a importância da institucionalização da

comunicação e, por sua vez, da divulgação científica, visto que os próprios jornalistas se sentem desamparados e desincentivados.

Um ponto destacado pelo Jornalista V é o conhecimento sobre o que vem a ser o trabalho do jornalista, pois, para ele: “Aqui na minha unidade chega pouca solicitação de divulgação científica, não sei se porque se produz pouco ou se porque há uma falta de conhecimento dos pesquisadores sobre como eu, enquanto jornalista, posso ajudar na disseminação das suas pesquisas”. Nesse sentido, cabe uma reflexão sobre a percepção dos demais servidores, sejam eles professores ou técnicos administrativos, sobre qual é o trabalho do jornalista dentro de uma instituição que produz ciência.

No que lhe concerne, a resposta do Jornalista J sobre o incentivo à divulgação científica traz importantes elementos para a discussão acerca do que é prioridade dentro do setor de comunicação de uma IFES. Segundo ele:

Sempre teve e acredito que sempre haverá um embate entre “Ascom x produção científica”. Se por um lado queremos mostrar o que está sendo pesquisado, produzido, ensinado, patenteado, por outro os pesquisadores nem sempre estão dispostos a divulgar. Muitos estão apegados a questão burocrática, de ter de esperar o resultado final de uma pesquisa para se sentir mais seguro em comentar. Na realidade, a maioria dos setores ainda lembram da Ascom como mero agente de cliques (fotografia/imagem/rede social).
(Participante Jornalista J)

A ausência de disposição dos pesquisadores/professores foi citada em outras respostas como motivo de desincentivo, como na do Jornalista O:

Não costumamos receber demandas referentes ao material de divulgação científica. O volume de demanda referente à cobertura de eventos é muito maior. Além disso, quando tenho tempo de apurar pautas científicas de forma proativa, sinto que os pesquisadores têm uma certa resistência de divulgar seus trabalhos. Mais de uma vez, tive que desistir da pauta porque o professor/pesquisador não foi colaborativo.

Ainda sobre esse viés, o Jornalista F destaca que:

São raros os professores que dialogam e compartilham comigo seus trabalhos para que eu possa analisá-los na perspectiva da Comunicação. Então, raramente trabalho divulgação científica e me atendo mais a acontecimentos organizacionais cotidianos (eventos, reuniões, editais etc.).

Aqui, cabe analisar essas respostas como um achado de pesquisa não previsto pelas hipóteses, uma vez que o estudo não teve como objetivo analisar essa relação professor/pesquisador e jornalista. No entanto, com esses achados, fica um

direcionamento para novas pesquisas, já que essa relação apareceu oportunamente como um dos fatores de desincentivo à divulgação científica.

É preciso salientarmos também que, contrariamente à maioria, alguns jornalistas sentem-se incentivados, como é o caso do Jornalista Y:

O maior incentivo vem dos próprios pesquisadores que procuram a Ascom para a divulgação de seu trabalho ou eventos científicos, especialmente quando demonstram ter mais interesse em informar a comunidade sobre a relevância dos resultados do que por motivações meramente de vaidade pessoal.

O incentivo também é expresso na resposta do Jornalista U:

Eu, particularmente, sinto-me incentivado pela pessoa que atualmente está à frente da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação e por alguns/mas pesquisadores/as que buscam falar de suas pesquisas. Pontualmente, há um incentivo maior durante a realização de dois eventos importantes, sendo um institucional, voltado para a divulgação das pesquisas de iniciação científica, e outro externo, que é um importante espaço para a mostra de pesquisas.

Em se tratando dessas respostas, é válido relevar que o incentivo está nos professores/pesquisadores ou nos gestores, ou seja, são incentivos personificados e não institucionais, o que significa que, quando e se houver mudanças nesses atores, o estímulo pode se transformar, aumentando ou se esvaindo. De toda maneira, mesmo quando incentivados, é essencial e salutar destacar a importância da divulgação científica como política institucional e não como política ou bandeira pessoal.

Um questionamento que apresentou achados importantes sobre a atuação do jornalista na divulgação científica dos referidos IF's foi: ***“Qual o trabalho de divulgação científica que você faz e qual o trabalho que gostaria de fazer?”***, para o qual, como resposta, o Jornalista A registrou:

Atualmente, produção de matérias para o portal institucional, releases para imprensa e produção de um boletim informativo para as redes sociais. Gostaria de realizar um trabalho itinerante, nas unidades do IF, voltado para a produção de um material audiovisual que aproximasse a comunidade externa das ações desenvolvidas no universo da ciência no IF.

Por sua vez, o Jornalista B esclarece que:

Minha atuação hoje condiz com a de uma assessoria de comunicação tradicional, que utiliza um grupo de canais previamente construídos para divulgar um pouco de tudo, com adaptação de linguagem conforme o conteúdo e os objetivos de cada divulgação. Como profissional, pode ser encantadora a possibilidade de atuar em um canal especializado que aborde esse tema, mas isso é impraticável em um campus de interior. Não há nem pautas, nem tempo,

nem estrutura, nem profissionais (e, em certo grau, nem público) suficientes para construir esse tipo de canal. E se for para participar desse tipo de iniciativa mesmo em um contexto mais amplo, como colaborador em um canal regional ou estadual, por exemplo, representaria mais volume de trabalho para além da jornada e sem qualquer tipo de compensação.

Já para o Jornalista V, este afirma que: “Se pudesse, gostaria de fazer jornalismo, porque, por aqui, muitas vezes faço atividades de outras áreas”. Assim sendo, mesmo com perspectivas distintas, as respostas demonstram que, por diferentes questões, a divulgação científica não está no radar da produção dos jornalistas entrevistados, seja em virtude do viés mais de assessoria dos setores ou pelo próprio enxugamento das equipes. Essas respostas exibem a necessidade de um levantamento nacional da força de trabalho do jornalista nos IF’s, em especial nas unidades, visto que algumas respostas apontam as dificuldades do trabalho do jornalista no interior.

Desta feita, ao entender a comunicação como uma área integrada entre diferentes atores (jornalistas, publicitários, relações públicas, produtores culturais, entre outros), essa prática isolada de um ou dois profissionais por unidade precariza e deteriora as condições de trabalho dos servidores em questão. Cabe destacar que o ambiente de um IF é rico em pesquisa, ensino, extensão e inovação; assim, dificilmente a quantidade existente de profissionais conseguiria atender às demandas de divulgação dessas iniciativas, visto que, como já foi destacado pelos próprios jornalistas participantes desta pesquisa, a prática prioriza a divulgação de editais/seletivos, assessoria de imprensa e cobertura de eventos.

Ainda nesse contexto, considerando que a interiorização foi uma das bandeiras de criação para os Institutos Federais, é instigante pensar na atividade de comunicação feita por um ou dois profissionais de forma tão precária e desarticulada com as demandas da área e, no caso do estudo, da divulgação científica. Eis aqui uma possível inserção temática de pesquisa para o futuro: analisar a comunicação nas unidades do interior, deixando um pouco de lado as capitais e reitorias, que contam com uma força de trabalho maior e mais diversificada.

4 INICIATIVAS E ATORES NA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA NA AMAZÔNIA LEGAL BRASILEIRA

4.1 A Amazônia Legal brasileira: algumas reflexões

A Amazônia é uma região de grande biodiversidade e riqueza natural, localizada na América do Sul, e abrange o território de oito países: Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, além de um espaço francês, a Guiana Francesa.

Por sua vez, a Amazônia Legal foi criada em 6 de janeiro de 1953, por meio da Lei nº 1.806, durante o governo de Getúlio Vargas, e compreende nove estados brasileiros. A região foi delimitada com base em critérios geográficos, econômicos e sociais, e inclui os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão (Brasil, 1953).

Essa região abriga uma grande biodiversidade, incluindo plantas, animais e povos indígenas. A criação da Amazônia Legal foi um passo importante para o desenvolvimento da região. No entanto, a região também enfrenta desafios, como o desmatamento, a poluição e a exploração ilegal dos seus recursos naturais, bem como o conflito entre diferentes interesses econômicos.

Dessa maneira, é uma região de grande importância para o mundo, pois acomoda a maior floresta tropical úmida do planeta, que desempenha um papel fundamental na regulação do clima global. Além disso, a região é rica em recursos naturais, como petróleo, gás natural, minérios e madeira. A atenção mundial sobre a Amazônia tem aumentado nos últimos anos, devido à sua importância ambiental e econômica.

Segundo o Censo Demográfico 2022 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população da Amazônia Legal, no ano de 2022, era de 30.398.378 habitantes. Esse número corresponde a 14,5% da população total do Brasil, que era de 208.550.892 habitantes no mesmo ano. Logo, a população da Amazônia Legal representa 14,5% da população total do Brasil, sendo a terceira maior região em termos populacionais. O estado com maior população na Amazônia Legal é o Pará, seguido pelo Amazonas (IBGE, 2023).

Esse número é significativo e desconstrói o mito do vazio amazônico, que ainda é propagado por alguns indivíduos. Além disso, conforme atesta Aragón (2018), ao contrário do que muitos pensam, a população da Amazônia concentra-se, principalmente, em áreas urbanas, incluindo cidades com mais de 1 milhão de habitantes, como Manaus e Belém.

4.2 Cenários das instituições da Amazônia Legal estudadas (dados, historicidade e contradições)

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica foi instituída pela Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e é constituída pelos 38 Institutos Federais (IF's), pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), pelos Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca do Rio de Janeiro (CEFET-RJ) e de Minas Gerais (CEFET-MG), Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais, e pelo Colégio Pedro II.

Cabe destacar que essa rede vem da:

[...]transformação dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais (ETFs e EAFs) e Escolas Técnicas Vinculadas a Universidades Federais em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Para muitos profissionais e gestores dessa modalidade da educação, já se convencionou nomear as novas instituições apenas como Institutos Federais (Pacheco; Pereira; Domingos Sobrinho, 2010, p. 71-72).

Desse modo, a criação dessa rede possui um contexto político, uma vez que teve papel estratégico a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) para o governo Lula em seu segundo mandato, cuja expansão dessas instituições serviu também como base de campanhas publicitárias e eleitorais. Assim, realizamos uma pesquisa documental junto aos IF's inseridos na amostra da pesquisa, cujos principais dados quantitativos são apresentados neste capítulo.

Além da pesquisa documental, concretizamos um levantamento em campo, por meio de envio de questionário direcionado aos jornalistas dos nove Instituto Federais da Amazônia Legal, que são: Instituto Federal do Acre (IFAC), Instituto Federal do Amapá (IFAP), Instituto Federal do Amazonas (IFAM), Instituto Federal do Maranhão (IFMA), Instituto Federal do Mato Grosso (IFMT), Instituto Federal do Pará (IFPA), Instituto

Federal de Rondônia (IFRO), Instituto Federal de Roraima (IFRR) e Instituto Federal do Tocantins (IFTO).

Antes de partirmos para o efetivo desenvolvimento da sistematização desses questionários, faz-se necessário contextualizar as instituições dos jornalistas e gestores participantes dessa pesquisa.

A implantação da Escola Técnica Federal do Acre foi autorizada via Portaria nº. 1.065 de 2007, pelo Ministério da Educação (MEC), que designou ao então Centro Federal de Educação do Amazonas (CEFET-AM) essa execução. Em março de 2008, a primeira audiência pública no Acre sinalizou a criação de uma Escola Federal na capital e duas unidades avançadas no interior. No entanto, a Lei nº 11.892/2008 transformou a Escola Técnica planejada em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC). Atualmente, o IFAC conta com seis unidades presenciais distribuídas em todas as regionais do Estado (IFAC, 2023).

A história do Instituto Federal do Amapá (IFAP) teve início em 25 de outubro de 2007, com a criação da Escola Técnica Federal do Amapá (ETFAP), conforme a Lei nº 11.534. Em 13 de novembro de 2007, a Portaria MEC nº 1066 designou o Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará (CEFET/PA) para implementar a ETFAP. Com a publicação da Lei nº 11.892/2008, a ETFAP foi transformada em IFAP. Hoje, o instituto é constituído pelos *campi* Laranjal do Jari, Macapá, Porto Grande e Santana, além do *campus* Avançado Oiapoque e do Centro de Referência em Educação a Distância Pedra Branca do Amapari (IFAP, 2023)

A trajetória do Instituto Federal do Amazonas (IFAM) inicia em 1909, como Escola de Aprendizes e Artífices, depois passa por várias fases até se transformar, no ano de 2001, em Centro Federal de Educação Tecnológico, intitulado Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas (CEFET-AM). Em 2008, o Amazonas tinha três instituições federais de ensino profissional que se tornaram parte do IFAM por meio da Lei nº 11.892/2008. Atualmente, o IFAM tem 17 unidades (IFAM, 2023).

O Instituto Federal do Maranhão (IFMA) teve sua origem na criação da Escola de Aprendizes Artífices do Maranhão, em 1909. Ao longo do tempo, passou por várias evoluções e fusões, culminando na sua integração à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica como o IFMA, em 2008. O instituto possui 29 unidades (IFMA, 2023).

No que lhe diz respeito, o Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT) foi criado em

2008, quando as antigas Escolas Técnicas Federais (ETFs) em Mato Grosso foram transformadas em Instituto Federal como parte de uma reestruturação das instituições de ensino técnico e tecnológico no Brasil. Atualmente, o IFMT conta com 19 unidades (IFMT, 2023).

Já o Instituto Federal do Pará (IFPA) foi criado em 1909 sob o nome de Escola de Aprendizes Artífices do Pará. Ao longo dos anos, a instituição passou por várias mudanças de nome e ampliou suas atividades. Em 1942, passou a se chamar Liceu Industrial de Belém e, em 1959, Instituto de Educação Técnica do Pará. Em 2008, foi transformado em IFPA. A instituição possui 18 unidades (IFPA, 2023).

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), por sua vez, é uma instituição federal autônoma ligada ao Ministério da Educação (MEC) e foi estabelecido pela Lei nº 11.892, promulgada em 29 de dezembro de 2008. Em termos de sua abrangência territorial, o IFRO está presente em diversos municípios do estado, por meio de 10 unidades (IFRO, 2023).

Em 2008, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) teve origem na transformação do antigo Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima (CEFET-RR). Essa mudança fazia parte de um amplo processo de reestruturação das instituições de ensino técnico e tecnológico em todo o Brasil. O instituto possui 5 unidades (IFRR, 2023).

Finalmente, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO), conhecido também como Instituto Federal do Tocantins, surgiu a partir da fusão da Escola Técnica Federal de Palmas (ETF) e da Escola Agrotécnica Federal de Araguatins (Eafa). Sua criação ocorreu mediante a promulgação da Lei nº 11.892/2008, que estabeleceu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. No momento, a instituição conta com 12 unidades (IFTO, 2023).

A tabela abaixo apresenta os principais dados quantitativos dos IF's analisados:

Tabela 1 - Principais dados quantitativos dos Institutos Federais

IF	Número de cursos	Número de estudantes	Número de docentes efetivos	Número de técnicos administrativos	Número de unidades
IFAC	89	6.727	356	362	6
IFAM	292	22.716	967	900	17

IFAP	143	7.923	281	310	6
IFMA	523	45.522	1.736	1.441	29
IFMT	305	27.076	1.113	884	19
IFPA	552	29.943	1.422	1.054	18
IFRO	219	28.778	634	558	10
IFRR	80	6.817	300	339	5
IFTO	172	18.410	656	599	12

Fonte: Elaborado pela autora com dados da Plataforma Nilo Peçanha – Ano base 2023

No intuito de analisar o lugar da ciência e da divulgação científica nos documentos institucionais dos IF's supracitados, realizamos buscas manuais nos portais oficiais destes institutos, sendo que, destas pesquisas, foram coletados os seus regimentos gerais e as suas políticas de comunicação.

O Regimento Geral do IFAC foi aprovado pela Resolução nº 27/CONSU/IFAC, de 22 de julho de 2019, e faz referência aos termos categorizados, a saber ciência e divulgação científica, por duas vezes. A primeira citação, ao tratar da Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação (PROINP), cujo Art. 35 apresenta, como um dos objetivos, “[...] promover ações na área de fomento à pesquisa, ciência e inovação” (IFAC, 2019, p. 12). Já a segunda menção aparece ao tratar da função da Editora, no Art. 44: “[...] é órgão de divulgação científica, artística e cultural desta Instituição” (IFAC, 2019, p. 14).

Apesar de trazer a Diretoria Sistêmica de Comunicação como um dos setores do Instituto, no documento não existe seção delimitando seus objetivos, função ou qualquer normativa sobre esse setor. Cabe salientar que, no momento, o IFAC não possui política de comunicação.

Quanto ao IFAM, o Regimento Geral foi aprovado pela Resolução nº 2/CONSUP/IFAM, de 28 de março de 2011, e, no documento, constam duas alusões ao termo ciência. A primeira, ao tratar das competências do Comitê de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação tecnológica, no Art. 32: “[...] desenvolver ações de incentivo à difusão de ciência, pesquisa e desenvolvimento tecnológico e à cultura de inovação” (IFAM, 2011, p. 6). E a segunda, no Art. 110, ao versar sobre a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica: “[...] como promove ações e intercâmbio com instituições e empresas na área de fomento à pesquisa, ciência e tecnologia do IFAM”

(IFAM, 2011, p. 24).

Este documento ainda apresenta a Coordenação de Comunicação e Eventos e as suas atribuições, mas, nessa seção, não aparecem os termos ciência, divulgação científica/divulgação da ciência. Aliás, divulgação científica/divulgação da ciência não são mencionadas em nenhuma parte do Regimento Geral do IFAM, no entanto, aparecem na Política de Comunicação.

A Política de Comunicação do IFAM foi aprovada pela Resolução nº 108/CONSUP/IFAM, de 31 de outubro de 2019, e evoca duas menções ao termo ciência, sendo a primeira:

Tendo o IFAM a missão de promover com excelência a educação, ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável da Amazônia e a visão de consolidar o Instituto como referência nacional em educação, ciência e tecnologia, faz-se necessário pensar, dentre vários elementos, a comunicação como um processo de caráter estratégico para alcance da sociedade e da consolidação institucional (IFAM, 2019, p. 5).

E a segunda:

Por ser uma instituição que tem como missão promover com excelência a educação, ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, o IFAM possui diversos públicos de interesse e considerados estratégicos para a consolidação da identidade da instituição (IFAM, 2019, p. 13).

Ainda, na Política de Comunicação do IFAM há uma menção ao termo divulgação científica:

Com o ingresso de novos servidores e estagiários para contribuir na produção de textos e imagens, a Revista IFAM de periodicidade semestral pretende facilitar a difusão do conhecimento em educação, ciência, tecnologia e inovação produzido pelos servidores e alunos do Instituto. A intenção é ter um periódico no Instituto voltado para a divulgação científica (IFAM, 2019, p. 18).

Cabe destacar que, assim como no Regimento Geral do IFAC, a Política de Comunicação do IFAM atribui o termo divulgação científica a publicações editoriais, tendo os periódicos como ferramentas dessa divulgação.

No que diz respeito ao IFAP, seu Regimento Geral foi aprovado pela Resolução nº 052/CONSUP/IFAP, de 17 de agosto de 2018, e traz uma menção ao termo ciência no Inciso III, do Art. 44: “[...] manter relações de intercâmbio com as instituições responsáveis pelas políticas de fomento a pesquisas nas áreas de educação, ciência, tecnologia e inovação, com vista ao desenvolvimento social” (IFAP, 2018, p. 17), quando

trata das competências da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação. O Regimento Geral do IFAP, contudo, não apresenta o setor responsável pela Comunicação da instituição.

A Política de Comunicação do IFAP foi aprovada pela Resolução nº 18/CONSUP/IFAP, de 24 de novembro de 2011, e, nela, não há referência aos termos ciência, divulgação da ciência/divulgação científica. É um documento que apresenta os fluxos desenvolvidos nas ações de comunicação no que diz respeito à Assessoria de Comunicação (1), Identidade Visual (2), Comunicação Interna (3), Comunicação Externa (4), Internet (5) e Eventos (6) (IFAP, 2011, p. 4).

No caso do IFMA, o Regimento Geral foi aprovado pela Resolução nº 030/CONSUP/IFMA, de 11 de junho de 2014 e a Política de Comunicação Interna foi registrada pela Resolução nº 27 CONSUP/IFMA, de 14 de dezembro de 2017. No Regimento Geral, o termo ciência aparece duas vezes, no Inciso III do Art. 3: “[...] visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e da difusão da cultura, e desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive” (IFMA, 2014, p. 3), ao tratar dos objetivos da instituição, e no Art. 65: “[...] bem como promover ações de intercâmbio com instituições e empresas na área de fomento à pesquisa, pós-graduação, ciência e tecnologia e a Inovação” (IFMA, 2014, p. 17), ao abordar as responsabilidades da Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação.

Ainda na análise do Regimento Geral, foram constatados três artigos com o termo divulgação científica, o Art. 66, ao apresentar o Núcleo de Divulgação Científica que compreende a Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação, o Art. 75, que traz as competências do Núcleo de Divulgação Científica e o Inciso X do Art. 153, que discorre sobre as competências da Diretoria do Centro de Pesquisas Avançadas em Ciências Ambientais: “[...] realizar exposições didáticas de parte do acervo como instrumento de divulgação e de educação científica e preservacionista” (IFMA, 2014, p. 45). Quanto ao setor de comunicação, há uma seção reservada ao Departamento de Comunicação e Eventos, porém não existem artigos com os termos ciência, divulgação da ciência/divulgação científica.

Quanto à Política de Comunicação Interna do IFMA, esta não aborda a ciência e/ou a divulgação da ciência/divulgação científica, talvez por se tratar de uma normativa restrita à comunicação interna.

Por sua vez, o Regimento Geral do IFMT foi aprovado pela Resolução nº

70/CONSUP/IFMT, de 08 de agosto de 2022, e destaca duas referências ao termo ciência, sendo a primeira no Art. 70: “[...] bem como promove ações de intercâmbio com instituições e empresas na área de fomento à pesquisa, ciência, tecnologia e inovação” (IFMT, 2022, p. 40), ao tratar da responsabilidade da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação, e a segunda no Art. 165: “[...] a partir de uma concepção de ser humano, sociedade, trabalho, cultura, educação, ciência, tecnologia, pesquisa, currículo, gestão, prática pedagógica, interdisciplinaridade e diversidade” (IFMT, 2022, p. 89), quando discorre acerca do currículo dos cursos da instituição. O documento exibe uma seção para apresentar o Departamento de Comunicação Social, mas não traz o termo ciência nessa parte, e o regimento não cita os termos divulgação da ciência/divulgação científica.

Já a sua Política de Comunicação, ela foi aprovada pela Resolução nº 127/CONSUP/IFMT, de 15 de dezembro de 2022, e apresenta muitas menções dos termos pesquisados. A primeira, ao abordar a comunicação interpessoal e sua importância na capacitação dos públicos internos, e a segunda ao tratar da comunicação do IFMT: “[...] e essa interação é mais intensa durante o desenvolvimento de campanhas institucionais voltadas para temas de interesse do Instituto (diversidade, acessibilidade e inclusão; sustentabilidade; ética e transparência; divulgação científica, entre outros)” (IFMT, 2022, p. 8).

Ainda na Política de Comunicação do IFMT, há referência à Semana Nacional de Ciência e Tecnologia e à Política Institucional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Existem duas seções voltadas à divulgação científica e suas interfaces, sendo a primeira “A comunicação científica e a divulgação científica” e a segunda “Educomunicação e divulgação científica”.

A seção intitulada “A comunicação científica e a divulgação científica” destaca definições sobre os conceitos e reforça a importância da democratização do conhecimento científico, como é possível observar no excerto: “A divulgação científica diz respeito à circulação de informações em CT&I que se destinam às pessoas que não fazem parte desse contexto, contribuindo para a democratização do conhecimento científico” (IFMT, 2022, p. 33).

Por sua vez, na seção “Educomunicação e divulgação científica” são apresentadas possíveis ações a serem feitas, tais como: realização de um evento anual, no Dia da Imprensa (1º de junho), criação de uma série (Ciência e Inovação no IFMT) em podcast

e capacitação de pesquisadoras e pesquisadores, fontes especializadas e profissionais da comunicação do IFMT para a divulgação da pesquisa e da inovação. Também nessa seção é reforçada a importância na articulação entre os setores:

Para tanto, é indispensável a articulação entre as pró-reitorias, os programas de pós-graduação e a estrutura profissionalizada de comunicação, liderada pelo Decom; ela permitirá desenvolver iniciativas de divulgação científica, favorecidas pelas modernas tecnologias de informação e comunicação e por recursos atualmente disponíveis como podcasts, programas de rádio e TV web (IFMT, 2022, p. 33).

Quanto ao IFPA, o Regimento Geral foi aprovado pela Resolução nº 190/CONSUP/IFPA, de 21 de dezembro de 2020, e cita em duas oportunidades o termo ciência, sendo a primeira no Art. 29, ao tratar das competências da Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação, e a segunda no § 1º do Art. 107: “A Política de Pesquisa no IFPA desenvolver-se-á articulada com o Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação Nacional, com ênfase na pesquisa aplicada e considerados os grandes temas definidos no planejamento estratégico institucional” (IFPA, 2020, p. 39).

O documento, ainda, destaca uma seção destinada às Assessorias Especiais, na qual apresenta a Assessoria de Comunicação Social e suas atribuições, mas sem referência ao termo ciência. O regimento como um todo não faz alusão aos termos divulgação da ciência/divulgação científica.

No que diz respeito ao IFRO, seu Regimento Geral foi aprovado pela Resolução nº 65/CONSUP/IFRO, de 29 de dezembro de 2015, e apresenta quatro menções ao termo ciência, a primeira no Inciso X do Art. 18, ao se referir às competências do Comitê de Ética em Pesquisa e Inovação (CEPI): “[...] desempenhar papel educativo e consultivo, fomentando a reflexão em torno da ética na ciência” (IFRO, 2015, p. 16), e a segunda no Art. 104: “[...] promove ações de intercâmbio com instituições e empresas na área de fomento à pesquisa, ciência, tecnologia e inovação tecnológica, bem como instrui a elaboração e aplicação de projetos de curso de pós-graduação” (IFRO, 2015, p. 45), ao abordar as competências da Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação.

Ainda sobre as menções ao termo ciência no Regimento Geral do IFRO, consta uma no Inciso I do Art. 109: “[...] em discussões nacionais ou internacionais referentes à Ciência, Tecnologia e Inovação, respeitados os interesses do IFRO” (IFRO, 2015, p. 47), quando trata das competências do coordenador do Núcleo de Inovação Tecnológica. E, nesse mesmo artigo, também no Inciso V: “[...] promover cursos e capacitações referentes a Ciência e Tecnologia, Inovação, Empreendedorismo, Propriedade Intelectual,

Desenvolvimento Sustentável, dentre outros” (IFRO, 2015, p. 47).

Sobre os termos divulgação da ciência/divulgação científica, o Regimento Geral do IFRO faz uma única referência, sendo ela no Art. 107: “[...] incentivar e fomentar a produção científica, tecnológica e de inovação, a publicação e divulgação científica dos resultados” (IFRO, 2015, p. 46), quando aborda as competências do Diretor de Pesquisa e Inovação.

Com relação ao departamento de Comunicação, é destinada uma seção à Assessoria de Comunicação e Eventos, mas sem citação dos termos pesquisados. O IFRO, no momento desta pesquisa, não possui Política de Comunicação aprovada e publicada.

Quanto ao IFRR, seu Regimento Geral foi aprovado pela Resolução nº 148/CONSUP/IFRR, de 28 de fevereiro de 2014, sendo que o documento apresenta duas menções ao termo ciência, sendo a primeira no Inciso III do Art. 140: “[...] manter relações de intercâmbio com as Instituições Científicas e Tecnológicas responsáveis pelas políticas de fomentos à Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica e ao desenvolvimento nas áreas de recursos humanos, ciência e tecnologia” (IFRR, 2014, p. 59), ao discorrer sobre as competências da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, e a segunda no Inciso II do Art. 194: “[...] executar a implementação das bolsas Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica e Tecnológica – PIBICTI, Programa Institucional Clube da Ciência – PICC e Programa de Iniciação à Pesquisa Aplicada para Docentes – PIPAD no Campus” (IFRR, 2014, p. 85), quando aborda as competências da Coordenação de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação Tecnológica.

No que tange aos termos divulgação da ciência/divulgação científica, existe uma referência, no Art. 142, quando anuncia as competências da Coordenação de Editoração e Divulgação Científica, que são:

Inciso I: Planejar e organizar os mecanismos e canais adequados para a divulgação científica do IFRR; Inciso II: sistematizar e garantir a execução das atividades de produção e divulgação científica do IFRR; Inciso III: avaliar e assessorar a execução de projetos de divulgação científica que envolva criação, produção e distribuição de periódicos, livros, anais, boletins, manuais, folhetos e outras publicações de caráter científico provenientes de pesquisa, extensão, ensino, pós-graduação e estudos em geral dos servidores e discentes do IFRR (IFRR, 2014, p. 61) .

O Regimento Geral do IFRR traz a Coordenação de Comunicação Social e uma seção dedicada a ela, entretanto nela não existem comentários acerca dos termos ciência e divulgação da ciência/divulgação científica. Até o presente momento, a instituição não

possui Política de Comunicação aprovada e publicada.

Em relação ao IFTO, o Regimento Geral foi aprovado pela Resolução nº 33/CONSUP/IFTO, de 15 de abril de 2021, e faz uma menção ao termo ciência, em seu Art. 109: “[...] bem como promove ações de intercâmbio com instituições e empresas na área de fomento à pesquisa, ciência, tecnologia e inovação tecnológica” (IFTO, 2021, p. 44), ao apresentar as competências da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação.

O documento em si não faz qualquer referência aos termos divulgação da ciência/divulgação científica. Quanto à Comunicação, há uma subseção destinada à Diretoria de Comunicação, mas, como já mencionado, sem alusão aos termos divulgação da ciência/divulgação científica. O IFTO não possui, até o momento desta pesquisa, uma Política de Comunicação aprovada e publicada.

Quadro 2 - Quadro resumo documentos normativos vigentes

Instituição	Regimento Geral	Política de Comunicação
IFAC	Resolução nº. 27/ CONSUN/IFAC, de 22 de julho de 2019	_____
IFAM	Resolução nº. 02/ CONSUN/IFAM, de 28 de março de 2011	Resolução nº. 108/CONSUN/IFAM, de 31 de outubro de 2019
IFAP	Resolução nº. 052/ CONSUN/IFAP, de 17 de agosto de 2018	Resolução nº. 18/CONSUN/IFAP, de 24 de novembro de 2011
IFMA	Resolução nº. 030/ CONSUN/IFMA, de 11 de junho de 2014	Resolução nº. 027/ CONSUN/IFMA, de 14 de dezembro de 2017
IFMT	Resolução nº. 70 /CONSUN/IFMT, de 08 de agosto de 2022	Resolução nº. 127/CONSUN/IFMT, de 15 de dezembro de 2022
IFPA	Resolução nº. 190 /CONSUN/IFPA, de 21 de dezembro de 2020	_____
IFRO	Resolução nº. 65 /CONSUN/IFRO, de 29 de	_____

	dezembro de 2015	
IFRR	Resolução nº. 760 /CONSUP/IFRR, de 23 de novembro de 2023	—
IFTO	Resolução nº. 33/CONSUP/IFTO, de 15 de abril de 2021	—

Fonte: Pesquisa de campo

Desta feita, sobre os documentos analisados, é importante situarmos a cronologia da busca: eles foram retirados dos portais institucionais entre os meses de dezembro de 2023 e fevereiro de 2024, desta forma, se algum IF publicou nova versão ou até mesmo novo documento após tal data, esse normativo não consta nesta pesquisa.

Vale destacar que os IF's que ainda não elaboraram sua Política de Comunicação possuem portarias, resoluções, instruções normativas, entre outros documentos internos, que regulamentam atividades específicas, contudo, esses normativos não foram pontos de análise dessa pesquisa, que delimitou sua amostra com os critérios de inclusão ligados ao regimento e à política de comunicação dos IF's. Além disso, existem dois normativos gerais que regem, ainda que de maneira bastante generalista, atividades específicas da Rede Federal, são eles: Manual da Marca da Rede Federal e Guia de Eventos, Cerimonial e Protocolo da Rede Federal.

Outra consideração importante sobre a análise dos regimentos gerais e políticas de comunicação: o termo ciência aparece muitas vezes por fazer parte da nomenclatura dos IF's – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia –, entretanto essas citações não foram computadas para a pesquisa. Também não foi levado em consideração o termo ciência no plural (ciências), visto que é uma abordagem mais genérica, que não está em consonância com os objetivos da tese.

Por sua vez, a não existência da divulgação científica nos documentos norteadores dos IF's estudados é um achado a ser classificado e que corrobora o lugar de não prioridade dessa área na CPC das instituições pesquisadas, mas vai de encontro ao entendimento do que vem a ser a divulgação científica para os entrevistados.

Segundo o Jornalista A, é a: “Divulgação das ações relacionadas à ciência, que ocorre por meio dos projetos de ensino, projetos de extensão, atividades em laboratórios, em sala de aula, junto à comunidade interna e externa”.

Já para o Jornalista D, é: “Materiais que reportam trabalhos científicos”, e, para o Jornalista M, ele destaca que é: “Divulgar andamento e resultados de pesquisas desenvolvidas na instituição”.

Conforme o Jornalista H, é: “Conjunto de atividades que pode ser realizado com a finalidade de aproximar o público amplo da produção científica”. E, por fim, para o Jornalista P, divulgação científica é: “Divulgar para a comunidade as ações de ensino, pesquisa e extensão que são desenvolvidas no Instituto Federal”.

Isto posto, compreendemos que os entrevistados têm entendimento do que vem ser a divulgação científica ou mesmo parte da sua atuação, no entanto, na prática, percebe-se a não priorização desta no rol das atividades da comunicação, conforme respostas dos próprios questionados.

Nesse sentido, é possível inferir alguns fatores que influenciam essa escala de prioridades: gestão focada em promoção pessoal e/ou institucional, enxugamento das equipes e falta de uma política de divulgação científica. Este estudo não defende a institucionalização como única bandeira de fortalecimento da divulgação científica nas instituições pesquisadas, mas entende que, enquanto os gestores não a enxergarem como uma política pública e não como uma política promocional, o lugar dela seguirá como nessa pesquisa, implícito e sem menções ao se tratar de prioridades.

4.2.1 Comunicação Pública e Divulgação Científica – observação das notícias dos portais

Além do levantamento documental quantitativo e de normativas institucionais, bem como dos questionários e entrevistas, nesta pesquisa observamos a produção de comunicação propriamente dita nas instituições, visando indicativos de iniciativas explícitas de Comunicação da Ciência e Divulgação Científica.

Esta observação teve como objetivo categorizar as notícias divulgadas nos portais institucionais dos nove IF's estudados. Para essa atividade, utilizamos, para a coleta e o tratamento de dados, a Análise de Conteúdo, com as seguintes categorias: título, data, editoria, marcadores, divulgação científica, princípios da Comunicação Pública segundo ABC Pública, autoria, público-alvo, estrutura da notícia e interação com o público. Dessa maneira, analisamos as notícias publicadas no período de 6 a 10 de novembro de 2023, por ser um momento que não se insere em períodos de início de semestres ou de

vestibular, sem datas comemorativas relacionadas com divulgação científica e por não estar (anteceder) inserido no movimento de greve que ocorreu em 2024. Ressaltamos que a greve exigiu um redimensionamento temporal da coleta.

Sendo assim, com relação ao Portal do IFAC, registramos 11 notícias no período analisado, sendo que todas possuem princípios da Comunicação Pública, seja em maior ou menor escala, tendo sido estes os títulos das que abarcarem maior presença dos princípios: “Conc&t abre inscrições para participação em 15 oficinas”, “Campus Cruzeiro do Sul segue com inscrições abertas em cursos de ensino médio”, “Campus Baixada do Sol convoca inscitos para matrícula” e “Conif promove evento online sobre a Curricularização da Extensão”. Estas quatro notícias trazem consigo os princípios: garantir o acesso amplo à informação e estimular a participação, sendo que as três notícias que versam sobre seleção destacam, ainda, o princípio de garantir a impessoalidade.

Quadro 3 - Validação notícias IFAC

Título	Princípios ABC Pública	Trecho da notícia
IFAC forma novos profissionais de administração e logística em Rio Branco	Garantir o acesso amplo à informação.	O evento foi realizado na noite de terça-feira, 31, com a presença de familiares e amigos dos formandos que lotaram o auditório da Secretaria de Educação do Estado (SEE/AC), na capital.
Conc&t abre inscrições para participação em 15 oficinas	Garantir o acesso amplo à informação. Estimular a participação. Garantir a impessoalidade.	As oficinas serão realizadas no período da tarde, nos dias 21, 22 e 23 de novembro, no Campus Rio Branco. As inscrições para participação nas oficinas do VIII Congresso de Ciência e Tecnologia do IFAC (VIII Conc&t) estão abertas para toda a comunidade. A lista das oficinas e a inscrição podem ser feitas na plataforma de eventos, por meio do link: https://eventos.ifac.edu.br/evento/viii-congresso-de-ciencia-e-tecnologia-do-instituto-federal-do-acre/inscricao/
Campus Cruzeiro do Sul segue com inscrições abertas em cursos de ensino	Garantir o acesso amplo à informação.	O Campus Cruzeiro do Sul do Instituto Federal do Acre (IFAC) segue com inscrições abertas até o dia 23 de

médio	<p>Estimular a participação.</p> <p>Garantir a impessoalidade.</p>	<p>novembro para o Processo Seletivo 2024.1 de cursos técnicos integrados ao ensino médio.</p> <p>Os cursos do IFAC são públicos, gratuitos e presenciais.</p> <p>Para realizar a inscrição nos cursos técnicos integrados ao ensino médio é necessário acessar a página indicada no edital <https://selecoes.ifac.edu.br/> e realizar o cadastro no site.</p>
Campus Baixada do Sol convoca inscritos para matrícula	<p>Garantir o acesso amplo à informação.</p> <p>Estimular a participação.</p>	<p>O IFAC Campus Baixada do Sol publicou edital convocando os candidatos inscritos nos cursos técnicos subsequentes ao ensino médio para efetuarem a matrícula no período de 08 a 14 de novembro.</p> <p>Confira o edital com a lista de inscritos: https://editais.ifac.edu.br/que-ro-estudar-no-ifac/edital/782/arquivos/</p>
IFAC participa da 47ª Reunião de Gestores da Rede Federal	<p>Garantir o acesso amplo à informação.</p>	<p>A Reunião Anual dos Dirigentes das Instituições de Educação Profissional e Tecnológica (Reditec) teve início nesta segunda-feira, 6 de novembro, em Natal (RN), com debates focados na promoção da educação e em melhorias na oferta do ensino técnico e tecnológico.</p>
Campus Sena Madureira promove feira de produtos regionais	<p>Garantir o acesso amplo à informação.</p>	<p>O IFAC Campus Sena Madureira realizou, no dia 25 de outubro, das 8h às 16h, a I Feira de Produtos Regionais, com oficinas, abordagem temática em sala de aula, minicursos, palestras, exposição de produtos e visita técnica a propriedades, indústrias e empreendimentos locais. O projeto é coordenado pela docente Italva Miranda da Silva.</p>
Conif promove evento online sobre a Curricularização da	<p>Garantir o acesso amplo à informação.</p>	<p>Estão abertas as inscrições para o II Seminário Nacional de Curricularização da Extensão da Rede</p>

Extensão	<p>Estimular a participação.</p> <p>Garantir a impessoalidade.</p>	<p>Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Sence Rede Federal), que ocorrerá de forma online, nos dias 29 e 30 de novembro de 2023.</p> <p>O evento é uma ação conjunta entre o Fórum de Pró-reitores de Extensão (Forproext) e do Fórum de Dirigentes de Ensino (FDE) e nasceu motivado pela necessidade de indução de espaços de debates mais integrados e sinérgicos entre as Instituições da Rede Federal [...].</p> <p>Acesse aqui e faça sua inscrição e conheça a programação.</p>
Campus Baixada do Sol realiza seminário sobre inclusão na Educação Profissional	Garantir o acesso amplo à informação.	O IFAC Campus Baixada do Sol realizou, no dia 25 de outubro, o Seminário Inclusão na Educação Profissional: possibilidades e desafios. O objetivo do evento foi conscientizar e sensibilizar os profissionais de educação da unidade acerca da importância do acolhimento e respeito para as pessoas com deficiência.
IFAC Campus Cruzeiro do Sul transforma matagal em área de produção agrícola	Garantir o acesso amplo à informação.	Com o objetivo de proporcionar a vivência e prática de agroecologia para os estudantes, o Instituto Federal do Acre – IFAC Campus Cruzeiro do Sul agora tem uma unidade de experimentação e observação para os cursos de Ciências Agrárias.
Estudantes realizam feira agroecológica no Campus Cruzeiro do Sul	Garantir o acesso amplo à informação.	A Feirinha Agroecológica é um projeto de ensino que envolve estudantes e servidores dos cursos técnico em Agropecuária e superior em Agroecologia. O projeto faz parte de uma iniciativa maior, o Sistema Integrado de Produção Agroecológica (Sipa) do Campus Cruzeiro do Sul, projeto de pesquisa coordenado pela professora Nardele Campos.
Delegação do IFAC retorna ao Acre após participação no JIF 2023	Garantir o acesso amplo à informação.	Após uma vitória por 3 a 1, um empate e uma derrota, a equipe de futsal masculino do IFAC se despediu da etapa nacional dos Jogos das Instituições Federais (JIF 2023). A delegação do Acre foi composta por

		12 pessoas, sendo 10 estudantes-atletas de futsal e o treinador da equipe, professor Joy Cavalcante e a chefe da delegação, professora Rafaela Lima. O JIF foi realizado em Fortaleza – CE, no período de 23 a 28 de outubro.
--	--	---

Fonte: Pesquisa de campo

Já as notícias que possuem os princípios da Comunicação Pública em menor escala são: “IFAC forma novos profissionais de administração e logística em Rio Branco”, “IFAC participa da 47ª Reunião de Gestores da Rede Federal”, “Campus Sena Madureira promove feira de produtos regionais”, “Campus Baixada do Sol realiza seminário sobre inclusão na Educação Profissional”, “IFAC Campus Cruzeiro do Sul transforma matagal em área de produção agrícola”, “Estudantes realizam feira agroecológica no Campus Cruzeiro do Sul” e “Delegação do IFAC retorna ao Acre após participação no JIF 2023”.

Logo, as notícias com princípios em menor escala apresentam a primeira diretriz da ABC Pública, que é garantir o acesso amplo à informação, no entanto, possuem características de Assessoria de Comunicação, com foco na promoção institucional e/ou promoção pessoal. Como é o caso da notícia destacada na Figura 1 – “Delegação do IFAC retorna ao Acre após participação no JIF 2023” – que, mesmo sendo uma notícia que visa informar a comunidade sobre a participação no evento, apresenta indícios de promoção institucional, cujo foco não é o interesse do cidadão.

Figura 1 - Recorte da página oficial do IFAC



Fonte: ifac.edu.br, 15 jul. 2024.

No que diz respeito à utilização de marcadores (*tags*), 8 notícias possuem e 3 não, ou seja, não há um padrão nesse quesito de fazer ligações entre as publicações. Quanto à Divulgação Científica, nenhuma das notícias analisadas expôs características desse tipo de comunicação. Com relação à autoria, não há notícia assinada no período da coleta. Além disso, não há presença de campo para interação nas notícias, isto é, não existe ferramenta para comentar, curtir ou compartilhar.

Sobre as fotos e imagens, todas as publicações têm algum tipo de ilustração, sendo que cinco delas possuem mais de uma, e, no que tange às linhas, três possuem até 15 linhas, seis até 35 linhas e duas se apresentam com mais de 50 linhas.

Com relação ao público das notícias, todas as publicações são destinadas ao público misto, ou seja, tanto para o público interno (estudantes, docentes e técnicos administrativos) quanto para o externo (sociedade em geral), uma vez que mesmo aquelas que tratam de eventos institucionais têm um cunho de prestação de contas à sociedade.

No portal do IFAM, coletamos quatro notícias divulgadas nas referidas datas e, por meio da observação, é possível observar que as publicações não permitem interação com o público, pois não possuem espaço para comentários, curtidas ou compartilhamentos.

Das quatro notícias, todas seguem princípios da ABC Pública, em maior ou menor escala. Para ilustrar o cenário, os títulos são: “Revista NEXUS – seleção para o banco de avaliadores AD HOC”, “Seleção para composição do banco de avaliadores da Extensão do IFAM”, “Professor do IFAM participa de evento internacional na Colômbia” e “Biblioteca Indígena da Comunidade Moyray é reconhecida no Prêmio Pontos da Leitura 2023 do Ministério da Cultura”.

No que diz respeito às notícias que seguem os princípios da Comunicação Pública segundo a ABC Pública em maior escala, é possível vislumbrar os princípios: garantir o amplo acesso à informação, estimular a participação e garantir a impessoalidade. Já as que seguem esses princípios em menor escala, elas visam garantir o amplo acesso à informação, só que detêm mais características de Assessoria de Comunicação, com foco na promoção institucional e na promoção pessoal. Nesse ponto, não existe uma hierarquia entre Comunicação Pública e Assessoria de Comunicação, mas é preciso estabelecer critérios do que realmente é interesse do cidadão, visto que o portal institucional é um dos principais meios de diálogo entre a instituição e seus públicos.

Quadro 4 - Validação notícias IFAM

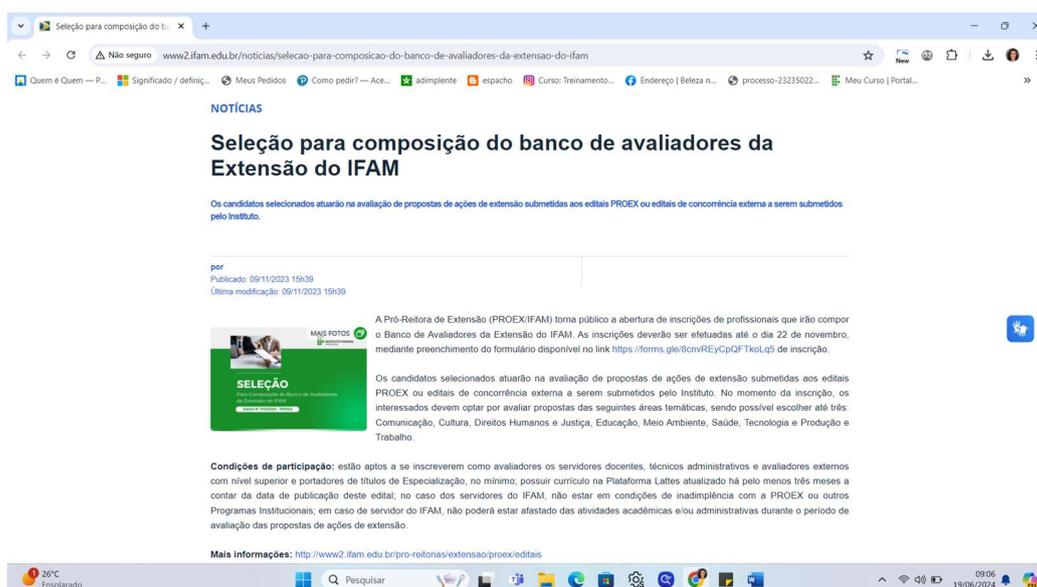
Título	Princípios ABC Pública	Trecho da notícia
Professor do IFAM participa de evento internacional na Colômbia	Garantir o acesso amplo à informação.	Com vista a ampliar sua pesquisa doutoral sobre Turismo Flor-esta Amazônia e promover o Instituto Federal do Amazonas – IFAM, no período de 28 de julho a 7 de agosto, o professor pesquisador Gernei Goes dos Santos, do Campus Manacapuru, participou da <i>Feria de las Flores</i> , em Medellín, na Colômbia.
Revista NEXUS – seleção para o banco de avaliadores AD HOC	Garantir o acesso amplo à informação. Estimular a participação. Garantir a impessoalidade.	O Instituto Federal do Amazonas (IFAM) convida pesquisadores para integrar o Banco de Avaliadores Ad Hoc da NEXUS – Revista de Extensão do IFAM [...]. Os interessados podem realizar inscrições até o dia 14 de dezembro deste ano [...]. Critérios para participar da seleção: ter a titulação acadêmica de mestre ou doutor; ter formação e/ou atuação acadêmica/profissional em uma ou mais das 8 áreas temáticas da extensão ou áreas afins [...].
Seleção para composição do banco de avaliadores da Extensão do IFAM	Garantir o acesso amplo à informação. Estimular a participação. Garantir a impessoalidade.	A Pró-Reitora de Extensão (PROEX/IFAM) torna público a abertura de inscrições de profissionais que irão compor o Banco de Avaliadores da Extensão do IFAM. As inscrições deverão ser efetuadas até o dia 22 de novembro, mediante preenchimento do formulário disponível no link https://forms.gle/8cnvREyCpQFTkoLq5 de inscrição. Condições de participação: estão aptos a se inscreverem como avaliadores os servidores docentes, técnicos administrativos e avaliadores externos com nível superior e portadores de títulos de Especialização [...].

<p>Biblioteca Indígena da Comunidade Moyray é Reconhecida no Prêmio Pontos de Leitura 2023 do Ministério da Cultura</p>	<p>Garantir o acesso amplo à informação.</p>	<p>A Biblioteca Indígena da Comunidade Moyray, situada na região do município de Autazes no Amazonas, foi uma das 300 bibliotecas premiadas no Prêmio Pontos de Leitura 2023, promovido pelo Ministério da Cultura (MinC).</p>
--	--	--

Fonte: Pesquisa de campo

Para ilustrar as notícias, segue a impressão de tela daquela que contém princípios da ABC Pública, na qual a divulgação de uma seleção para composição do banco de avaliadores da Extensão do IFAM é tema central.

Figura 2 - Recorte da página oficial do IFAM



Fonte: ifam.edu.br, 15 jul. 2024.

Por falar em públicos, as quatro publicações são destinadas ao público misto, ou seja, tanto para o público interno (estudantes, docentes e técnicos administrativos) tanto para o externo (sociedade em geral). Uma situação a ser destacada referente a esta observação é que as notícias não possuem autoria, sendo assim, supõe-se que não foram inteiramente elaboradas pelos jornalistas responsáveis pelo portal. Quanto às estruturas das notícias, todas possuem imagens, sejam fotos ou ilustrações, e, com relação ao tamanho, duas delas possuem 22 linhas e duas têm 14 linhas.

No geral, o período analisado não foi de muitas publicações no IFAM em comparação aos outros IF's. As notícias analisadas não carregam indícios de Divulgação Científica, uma vez que estão mais direcionadas às seleções de avaliadores, participação

em evento e reconhecimento via prêmio do Ministério da Cultura.

Ao analisar o portal do IFAP, no período escolhido, reunimos três notícias: “IFAP é contemplado com recursos extras para mobiliário e equipamentos”, “Simpósio sobre Inovação Tecnológica inscreve trabalhos até o dia 15” e “Reditec reforça o papel da Rede Federal”. Quanto aos princípios da ABC Pública, todas elas visam garantir o acesso amplo à informação. Já no que diz respeito aos outros princípios, apenas a notícia sobre o simpósio traz outras diretrizes, que são: estimular a participação e garantir a impessoalidade.

Quadro 5 - Validação notícias IFAP

Título	Princípios ABC Pública	Trecho da notícia
IFAP é contemplado com recursos extras para mobiliário e equipamentos	Garantir o acesso amplo à informação.	O Instituto Federal do Amapá (IFAP) foi uma das instituições da Rede Federal beneficiadas com um Termo de Execução Orçamentária (TED) da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) do Ministério da Educação.
Simpósio sobre Inovação Tecnológica inscreve trabalhos até o dia 15	Garantir o acesso amplo à informação. Estimular a participação. Garantir a impessoalidade.	O Instituto Federal do Amapá (IFAP) realiza, em parceria com a Universidade Federal do Amapá (Unifap) [...]. As inscrições já estão abertas no link https://www2.unifap.br/simposioinovacao2023/ e seguem até o dia 20 de novembro. A programação é gratuita, terá certificação de 16 horas e conta com palestras, mesas-redondas e minicursos.
Reditec reforça o papel da Rede Federal	Garantir o acesso amplo à informação.	Com a participação de mais de mil gestoras e gestores da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, além de convidados e parceiros, a 47ª Reunião Anual dos Dirigentes das Instituições de Educação Profissional e Tecnológica (Reditec) foi realizada, de 6 a 9 de novembro, em Natal-RN.

Fonte: Pesquisa de campo

Com relação ao uso de marcadores (*tags*), não existe a presença desses nas notícias. Quanto à Divulgação Científica, não é possível observar elementos que a caracterizem, visto uma notícia tratar sobre recursos financeiros, outra abordar a divulgação de um evento e a última fazer a cobertura da participação em um evento.

Por falar dessa participação, identificamos, na notícia, o registro de todos os servidores/gestores que participaram do evento, assim como em uma ata de reunião. Além disso, essa publicação exibe uma foto, conforme destacado na Figura 3.

Figura 3 - Recorte da página oficial do IFAP



Fonte: ifap.edu.br, 15 jul. 2024.

No que versa sobre a autoria, as três publicações são assinadas por uma jornalista. Quanto à interação, não há espaço para curtir, compartilhar ou comentar; todas têm imagens e, no se refere às linhas, a primeira possui 25 linhas, a segunda 19 linhas e a terceira tem 55 linhas, sendo que a extensão da última notícia reforça o seu caráter de registro.

Sobre o portal do IFMA, elencamos 13 notícias, das quais nove possuem marcadores (*tags*), ou seja, quatro não exibem correlação com outras notícias, o que demonstra não existir um padrão nesse uso. Quanto às características de Divulgação Científica, nenhuma possui elementos, uma vez que as notícias são mais voltadas à divulgação de editais, coberturas de eventos e participações em eventos, como é o exemplo da notícia destacada na Figura 4: “Estudante do Campus São João dos Patos tem artigo aprovado em conferência internacional”.

Figura 4 - Recorte da página oficial do IFMA



Fonte: ifma.edu.br, 15 jul. 2024.

No que diz respeito aos princípios da ABC Pública, podemos afirmar que as 13 notícias possuem o primeiro: garantir o acesso amplo à informação. Essas são as notícias: “Workshops da Pós-graduação apresentam desafios, conquistas e perspectivas”, “IFMA prorroga inscrições no seletivo para os cursos do PROEJA 2024”, “IFMA divulga locais de prova para o Seletivo 2024 aos cursos técnicos”, “Seletivo 2024: comunicado para candidatos ao curso de Mecânica no Campus Centro Histórico”, “Estudante do Campus São José dos Patos tem artigo aprovado em conferência internacional”, “IFMA participa de encontro nacional de editoras”, “Concurso TAE: IFMA publica nova convocação de candidatos classificados”, “Semana de Design faz homenagem ao escritor Gonçalves Dias”, “Abertas inscrições para o Programa Oportunidades Acadêmicas Graduação 2024”, “Seletivo 2024: IFMA publica a Retificação nº 02”, “Campus São José de Ribamar sedia evento alusivo ao Dia das Meninas”, “Abertura da Semana de Design aborda empreendedorismo e fotografia” e “Max Planck Institute seleciona estudantes para estágio na Alemanha”.

Quadro 6 - Validação notícias IFMA

Título	Princípios ABC Pública	Trecho da notícia
Workshops da Pós-graduação apresentam	Garantir o acesso amplo à	Aí, surgiu a proposta para o IFMA fazer um evento regional: I Workshop

desafios, conquistas e perspectivas	informação.	da Pós-graduação dos Institutos Federais (IFs) do Nordeste, simultaneamente ao II Workshop da Pós-graduação do IFMA, realizado de 30 outubro a 1º de novembro, na capital São Luís (MA).
IFMA prorroga inscrições no seletivo para os cursos do PROEJA 2024	Garantir o acesso amplo à informação. Estimular a participação.	O Instituto Federal do Maranhão (IFMA) prorrogou o prazo de inscrições no Processo Seletivo para os cursos técnicos de nível médio na modalidade Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Agora, os candidatos podem se inscrever gratuitamente pela internet até o dia 9 de novembro.
IFMA divulga locais de prova para o Seletivo 2024 aos cursos técnicos	Garantir o acesso amplo à informação. Estimular a participação.	O Instituto Federal do Maranhão (IFMA) publicou os locais de prova do Processo Seletivo para ingresso nos cursos técnicos de nível médio em 2024. Há duas maneiras de acessar a informação: de forma individual na área do candidato (utilizando número de inscrição e chave de acesso) ou na relação nominal de todos os candidatos e seus locais de prova. Ambas as opções estão disponíveis no site do Seletivo 2024.
Seletivo 2024: comunicado para candidatos ao curso de Mecânica no Campus Centro Histórico	Garantir o acesso amplo à informação. Estimular a participação.	O Instituto Federal do Maranhão (IFMA) tornou pública, nesta segunda-feira (6), uma alteração no âmbito do Processo Seletivo 2024 aos cursos técnicos de nível médio. Foi cancelada a oferta do curso de Mecânica na forma subsequente do Campus São Luís – Centro Histórico (Extensão do Itaqui-Bacanga). Acesse o Edital PRENAE nº 162/2023.
Estudante do Campus São João dos Patos tem artigo aprovado em conferência internacional	Garantir o acesso amplo à informação.	O estudante Pedro Henrique Santana de Amorim, que cursa o sexto período do curso de Tecnologia em Redes de Computadores do Campus IFMA São João dos Patos, teve o resultado de trabalho de pesquisa aprovado na Conferência Internacional sobre Informática na Educação (TISE 2023),

		que acontece entre os dias 29 de novembro e 1º de dezembro (quarta a sexta-feira), na cidade de Natal (RN).
IFMA participa de encontro nacional de editoras	Garantir o acesso amplo à informação.	O Instituto Federal do Maranhão (IFMA) participou da sétima edição do Encontro Nacional de Editores da Rede Federal (Enedif 2023) – principal evento da Rede Federal de Editoras.
Concurso TAE: IFMA publica nova convocação de candidatos classificados	Garantir o acesso amplo à informação.	O Instituto Federal do Maranhão (IFMA), por meio do Departamento de Admissão, Dimensionamento e Movimentação de Pessoal (DADMP/DIGEPE), torna pública uma nova convocação dos candidatos classificados no Concurso Público para Provimento de Cargo Efetivo da Carreira de Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE) dos níveis médio e superior, do Edital de Concurso Público n.º 01/2023 – TAE, de 10 de abril de 2023.
Semana de Design faz homenagem ao escritor Gonçalves Dias	Garantir o acesso amplo à informação. Estimular a participação.	Palestras, oficinas, exposições e minicursos fazem parte da programação da Semana de Design do IFMA Campus São Luís – Monte Castelo, que vai acontecer no período de 09 a 10 de novembro. O evento tem como tema “Minha terra tem design”, em homenagem ao bicentenário de nascimento do escritor maranhense, Gonçalves Dias. Estudantes do campus podem fazer a inscrição de forma gratuita no site do evento.
Abertas inscrições para o Programa Oportunidades Acadêmicas Graduação 2024	Garantir o acesso amplo à informação. Estimular a participação.	As inscrições para o Programa Oportunidades Acadêmicas Graduação 2024, oferecido pelo Education USA, estão abertas até 1º de janeiro de 2024. Para se candidatar, é preciso concluir o 3º ano do Ensino Médio (ou Técnico) em 2023 ou até dezembro de 2024; pertencer a um contexto socioeconômico com recursos limitados; demonstrar inglês avançado; realizar atividades extracurriculares e comunitárias; ter excelente histórico acadêmico; [...].

Seletivo 2024: IFMA publica a Retificação nº 02	Garantir o acesso amplo à informação.	O Instituto Federal do Maranhão (IFMA), por meio da Pró-reitoria de Ensino e Assuntos Estudantis (PRENAE), publicou a Retificação nº 02 do edital nº 115/2023 (de 01 de agosto de 2023), que trata do processo seletivo unificado para acesso aos cursos técnicos presenciais [...].
Campus São José de Ribamar sedia evento alusivo ao Dia das Meninas	Garantir o acesso amplo à informação.	Em 31 de outubro (terça-feira), o evento ocorreu no Campus IFMA São José de Ribamar, com programação de palestras e oficinas temáticas, e durante o dia a estudante Rebeca Margarida acompanhou o reitor Carlos César Teixeira Ferreira em atividade da campanha Meninas Ocupam.
Abertura da Semana de Design aborda empreendedorismo e fotografia	Garantir o acesso amplo à informação.	A Semana de Design do IFMA Campus São Luís – Monte Castelo iniciou nesta quarta-feira, 09, reunindo cerca de 200 estudantes dos cursos de comunicação visual, design de móveis e design gráfico, no auditório Florise Pérola.
Max Planck Institute seleciona estudantes para estágio na Alemanha	Garantir o acesso amplo à informação. Estimular a participação.	Estudantes de mestrado e graduação podem se candidatar para estágio na Alemanha. As vagas são para um summer job remunerado no Max Planck Institute, em Berlim. O Max Planck Institute for Infection Biology International Summer Internship é voltado para interessados em viver uma experiência de pesquisa de ponta sob a supervisão de cientistas renomados. O seu foco é na área de biologia de infecções. Os selecionados passam três meses fazendo estágio na Alemanha, mais precisamente entre agosto e outubro de 2024. O programa oferece uma bolsa de 1.300€ para cobrir as despesas de subsistência, além de reembolso dos custos da viagem e acomodação perto do instituto.

Fonte: Pesquisa de campo

Com relação à autoria, dos 13 registros, apenas dois possuem o nome do responsável pela notícia, uma prática que tem se tornado usual nas assessorias de

comunicação – como já mencionado, estudos futuros podem analisar esse fenômeno sob os vieses de enxugamento de equipe, de não publicação feita por jornalista, de reprodução de texto enviado por outros setores, entre outros fatores.

Quanto à interação, o portal do IFMA não possui ferramentas que permitam ao usuário curtir, compartilhar ou comentar os textos. Assim como em outros portais, algumas notícias possuem e-mails ou telefones de contato para tratar do assunto específico daquela publicação, mas, no que diz respeito às notícias, não existe essa possibilidade.

Acerca da Divulgação Científica, não identificamos notícia com tais características. Sobre os princípios da ABC Pública, é possível inferir que todas possuem a diretriz de garantir o acesso amplo à informação, contudo, em escalas diferentes. Nessas notícias com menor presença dos princípios, há cobertura de eventos, promoção pessoal de servidores e estudantes, assim como a promoção institucional.

Além desse princípio, seis notícias possuem a diretriz de estimular a participação, sendo elas: “IFMA prorroga inscrições no seletivo para cursos do PROEJA 2024”, “IFMA divulga locais de prova para o Seletivo 2024 aos cursos técnicos”, “Seletivo 2024: comunicado para candidatos ao curso de Mecânica no Campus Centro Histórico”, “Semana de Design faz homenagem ao escritor Gonçalves Dias”, “Abertas inscrições para o Programa Oportunidades Acadêmicas Graduação 2024” e “Max Planck Institute seleciona estudantes para estágio na Alemanha”.

No que diz respeito às fotos, oito notícias possuem fotos, e aqui cabe destaque à publicação “Campus José de Ribamar sedia evento alusivo ao Dia das Meninas”, que possui 20 fotos. Quanto à estrutura, uma notícia possui até 15 linhas, quatro têm até 20 linhas, duas se resumem a compor até 30 linhas, três contêm até 40 linhas, uma possui até 65 linhas, uma até 90 linhas e, por fim, a referida notícia que possui 20 fotos contém 115 linhas, sendo ela um registro do evento, uma descrição com muitos depoimentos e fotos da ação realizada, o que demonstra o seu caráter de assessoria de comunicação/imprensa – importante destacar que isso não é um erro, apenas não é uma ação de Divulgação Científica.

Quanto ao portal do IFMT, registramos 17 notícias veiculadas durante o prazo estipulado. Estas, para início desta observação, estão divididas em dois grupos: aquelas que possuem um princípio da ABC Pública e aquelas que possuem duas ou mais diretrizes.

Sendo assim, o primeiro grupo é composto pelas notícias: “Eleições Consepe: Divulgado o resultado preliminar”, “Servidores e estudantes participam de imersão de empreendedorismo e inovação na UBI”, “Estudantes do IFMT Octayde lotam o Cine Teatro na abertura do XIII Áfricas”, “IFMT assina acordo de cooperação com Universidade de Salamanca – USAL”, “Em comemoração aos 10 anos do IFMT Várzea Grande, projetos culturais se apresentam no teatro da UFMT amanhã (08/11)”, “IFMT Pontes e Lacerda: alunos do Ensino Médio apresentam pesquisas em congresso internacional”, “Estudantes do Projeto ‘Ciência Forenses’ do IFMT visitam Politec de Rondonópolis”, “Eleição para o Consepe 2023/2025: divulgado resultado final”, “Estação meteorológica do INMET é instalada no Centro de Referência de Campo Verde”, “Estudantes de curso Técnico em Administração participam de palestra sobre Gestão na RTR” e “IFMT Cáceres Professor Olegário Baldo realiza Seminário Integrado de Estágio”. Em muitas dessas notícias, o objetivo é publicizar algo com vistas a garantir o amplo acesso à informação, como é o caso da notícia exibida na Figura 5: “Eleição para o Consepe 2023/2025: divulgado resultado final”, que é uma nota para disponibilizar um arquivo, sem mais detalhes sobre o processo eleitoral e futuras fases desse pleito.

Figura 5 - Recorte da página oficial do IFMT



Fonte: ifmt.edu.br, 15 jul. 2024.

Já no segundo bloco estão aquelas cujos princípios são: garantir amplo acesso à informação e estimular a participação, sendo elas: “Abertura da XIII edição do Áfricas será nesta terça-feira”, “XIV Jornada de Ensino, Pesquisa e Extensão começa nesta

quinta-feira”, “IFMT divulga oportunidades de capacitação nos EUA com EducationUSA”, “Mestrado em Química Tecnológica e Ambiental abre seletivo para 10 vagas”, “Auxílio Capacitação: abertas inscrições para edital de seleção de servidores” e “IFMT prepara Programa de Capacitação de servidores em convênio com UFMT”. Nesse bloco, há predominância de notícias para divulgação de eventos, seletivos e capacitações, por isso, a presença da diretriz estimular a participação.

Quadro 7 - Validação notícias IFMT

Título	Princípios ABC Pública	Trecho da notícia
Eleições Consepe: Divulgado o resultado preliminar	Garantir o acesso amplo à informação.	Foi divulgado, nesta segunda-feira (06), o resultado preliminar da apuração dos votos no segmento Discente da eleição para o Conselho de Ensino e Pesquisa do IFMT 2023/2025.
Abertura da XIII edição do Áfricas será nesta terça-feira	Garantir o acesso amplo à informação. Estimular a participação.	O IFMT Cuiabá – Cel. Octayde Jorge da Silva realiza nesta terça-feira (07), às 8h, a cerimônia de abertura da XIII edição do Áfricas, no Cine Teatro [...]. As inscrições ainda estão abertas e podem ser realizadas online pelo site IFMT Eventos, acesse AQUI .
Servidores e estudantes participam de imersão de empreendedorismo e inovação na UBI	Garantir o acesso amplo à informação.	Vinte e seis pessoas, entre servidores e estudantes de diversos campi do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT) participam, até o próximo dia 10 de novembro, de uma Missão Internacional na Universidade Beira do Interior (UBI), na cidade portuguesa de Covilhã.
XIV Jornada de Ensino, Pesquisa e Extensão começa nesta quinta-feira	Garantir o acesso amplo à informação. Estimular a participação.	De 09 a 11 de novembro acontece, de modo presencial no IFMT São Vicente, a XIV Jornada de Ensino, Pesquisa e Extensão (Jenpex) da instituição. Inscreva-se, clicando aqui, para ter direito a certificado de participação.
Estudantes do IFMT Octayde lotam o Cine Teatro na abertura do XIII Áfricas	Garantir o acesso amplo à informação.	Com a plateia lotada de estudantes do IFMT Campus Cuiabá – Cel. Octayde Jorge da Silva foi aberta a XIII edição do Áfricas, na manhã de hoje (7), no Cine Teatro, em Cuiabá.

<p>IFMT divulga oportunidades de capacitação nos EUA com EducationUSA</p>	<p>Garantir o acesso amplo à informação.</p> <p>Estimular a participação.</p>	<p>A Diretoria Sistêmica de Relações Internacionais do Instituto Federal de Mato Grosso (DSRI/IFMT) promove um novo ciclo de palestras sobre oportunidades de capacitação nos Estados Unidos da América [...].</p> <p>Para participar, basta preencher o formulário de inscrição e agendar o seu horário no link: https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSeKCaosafEFBcJkIAxh8KyY5lDx30qxOrRnnuwL8CySGAzllw/viewform.</p>
<p>IFMT assina acordo de cooperação com Universidade de Salamanca – USAL</p>	<p>Garantir o acesso amplo à informação.</p>	<p>Na manhã desta terça-feira (07/11), a Universidade de Salamanca (USAL) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT) firmaram um acordo de cooperação.</p>
<p>Em comemoração aos 10 anos do IFMT Várzea Grande, projetos culturais se apresentam no Teatro da UFMT amanhã (08/11)</p>	<p>Garantir o acesso amplo à informação.</p>	<p>Em 2013, quando a internet ainda era artigo de luxo e smartphone uma super novidade, quando nada do que já passamos nem imaginávamos que ia acontecer, foi criado o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – Campus Várzea Grande. [...] Ali, naquela sala, nasceu o primeiro curso, e não só esse, mas todos os PPCs dos próximos que viriam.</p>
<p>Mestrado em Química Tecnológica e Ambiental abre seletivo para 10 vagas</p>	<p>Garantir o acesso amplo à informação.</p> <p>Estimular a participação.</p>	<p>O Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT) Campus Cuiabá – Bela Vista oferta 10 vagas para o curso de Mestrado em Química Tecnológica Ambiental.</p> <p>As inscrições se iniciam no dia 13 de novembro e vão até o dia 19 de janeiro no link https://seletivo.ifmt.edu.br/edital/visualizar/29/.</p>
<p>IFMT Pontes e Lacerda: alunos do Ensino Médio apresentam pesquisas em congresso internacional</p>	<p>Garantir o acesso amplo à informação.</p>	<p>Alunos do Ensino Integrado do Instituto Federal de Mato Grosso Campus Pontes e Lacerda-Fronteira Oeste apresentaram os resultados de pesquisas desenvolvidas no Campus, no XIII Congresso Internacional da Abralin – Associação de Linguistas do</p>

		Brasil, realizado em Curitiba (PR), entre os dias 30 de outubro de 03 de novembro.
Estudantes do Projeto ‘Ciências Forenses’ do IFMT visitam Politec de Rondonópolis	Garantir o acesso amplo à informação.	Estudantes do projeto de Ciências Forenses do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT) Campus Rondonópolis, participaram nesta terça-feira (07) de uma visita na unidade da Polícia Técnica (Politec).
Eleição para o Consepe 2023/2025: divulgado resultado final	Garantir o acesso amplo à informação.	Foi divulgado, nesta quarta-feira (08), o resultado final da eleição para escolha de membros do segmento discente para o Conselho de Pesquisa do Instituto Federal de Mato Grosso Consepe/IFMT 2023/2025.
Auxílio Capacitação: abertas inscrições para edital de seleção de servidores	Garantir o acesso amplo à informação. Estimular a participação.	Estão abertas, até o dia 19, as inscrições para auxílio capacitação de servidores públicos federais do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT) em processos de qualificação e requalificação – edital 214/2023. A inscrição deverá ser feita através de formulário eletrônico disponibilizado no endereço https://forms.gle/otkRG3FigvLQUne86 .
Estação meteorológica do INMET é instalada no Centro de Referência de Campo Verde	Garantir o acesso amplo à informação.	Uma estação meteorológica do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) foi instalada no IFMT São Vicente Centro de Referência de Campo Verde (CRCV).
Estudantes de curso Técnico em Administração participam de palestra sobre Gestão na RTR	Garantir o acesso amplo à informação.	Um grupo de 25 alunos do Curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT) Campus Avançado Diamantino visitou a Reitoria nesta quarta-feira (09), para conhecer o trabalho da unidade administrativa da instituição, em especial da área de recursos humanos.
IFMT Cáceres Professor Olegário Baldo realiza Seminário Integrado de Estágio	Garantir o acesso amplo à informação.	O Instituto Federal de Mato Grosso – IFMT Cáceres Professor Olegário Baldo realizou o Primeiro Seminário Integrado de Estágio do Campus com o intuito de proporcionar a estudantes um melhor aproveitamento na prática do Estágio Curricular Obrigatório.

<p>IFMT prepara Programa de Capacitação de servidores em convênio com UFMT</p>	<p>Garantir o acesso amplo à informação.</p> <p>Estimular a participação.</p>	<p>O Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT) está finalizando as negociações de um convênio com a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) para o lançamento, ainda este ano, de um Programa de Capacitação para os servidores da instituição.</p> <p>O edital, que prevê um total de 90 vagas, sendo 77 para mestrado e 13 para doutorado, possibilitará o ingresso em diferentes programas de Mestrado e Doutorado da UFMT em 2024.</p>
---	---	---

Fonte: Pesquisa de campo

Quanto ao uso de marcadores, nove não utilizaram marcadores (*tags*) e oito sim, o que demonstra uma falta de padrão no que diz respeito à conexão entre as notícias dentro do portal. Sobre a Divulgação Científica, não foi identificada publicação com essas características. Com relação à autoria, 16 notícias não foram assinadas e apenas uma delas contém autoria e, no que tange às fotos e imagens, o resulta se assemelhou: 16 notícias possuem uma forma de ilustração e uma não possui.

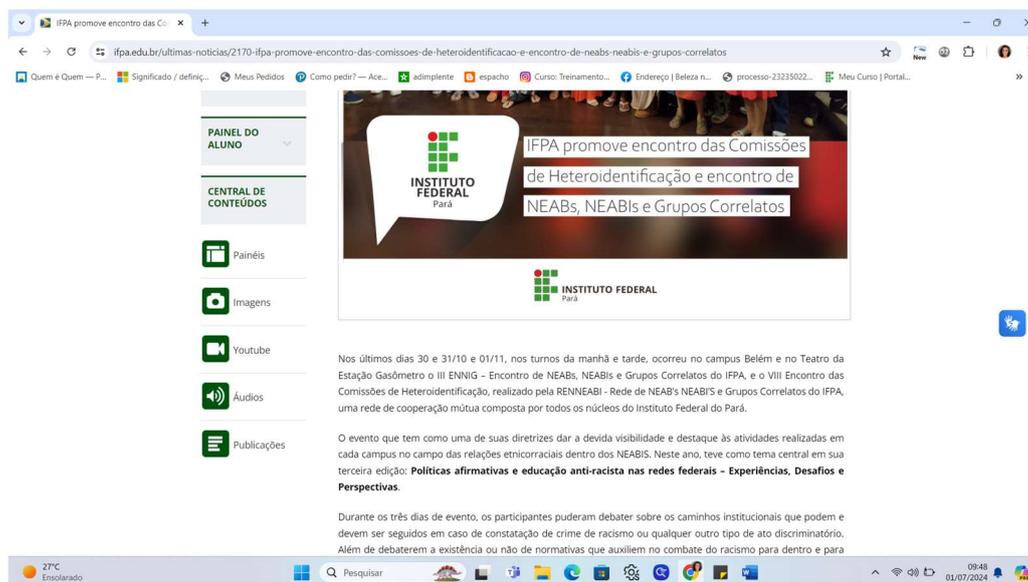
No que diz versa sobre a interação, não existe a possibilidade de o usuário curtir, compartilhar ou comentar a notícia, ou seja, não é uma comunicação dialógica. Por fim, quanto à estrutura, duas das notícias têm até cinco linhas, três contêm até 15 linhas, três possuem até 20 linhas, duas têm até 25 linhas, três até 30 linhas, três até 40 linhas e uma delas é composta em 45 linhas.

Em relação ao portal do IFPA, coletamos cinco notícias no período da pesquisa, quais sejam: “IFPA promove encontro das Comissões de Heteroidentificação e encontro de NEABs, NEABIs e Grupos Correlatos”, “IFPA Ananindeua oferta 30 vagas em Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho”, “Está aberto o período para submissão de trabalhos para os eventos científicos IV MOCITEC JOVEM, XXVIII FEICIMA e II SIENEXPI”, “IFPA Castanhal abre processo seletivo para Especialização em Produção Vegetal” e “IFPA convida egressos para participar da Eleição de Representantes Egressos no Consup (2023-2025)”.

Cabe destacar que nenhuma das notícias possui marcadores (*tags*) e também não apresentam características de Divulgação Científica, além de não possuírem autoria identificada. Quanto à interação, o portal não oferece ferramentas para comentar, curtir

ou compartilhar. No que diz respeito a fotos/imagens, todas as publicações têm uma única foto e, sobre sua estrutura, uma notícia possui até 15 linhas, três têm até 20 linhas e uma contém 21 linhas.

Figura 6 - Recorte da página oficial do IFPA



Fonte: ifpa.edu.br, 15 jul. 2024.

Na Figura 6, exibimos a impressão de tela da notícia “IFPA promove encontro das Comissões de Heteroidentificação e encontro de NEABs, NEABIs e Grupos Correlatos”, e a publicação traz a cobertura do evento, com caráter bem de ata/registro, sendo uma característica interessante dessa notícia é ela não exibir depoimentos ou citações, caracterizando-se, mesmo, como uma cobertura com viés de registro.

Quanto aos princípios da ABC Pública, todas as notícias possuem a diretriz de garantir o acesso amplo à informação; por sua vez, as quatro últimas apresentam também o princípio de estimular a participação, visto que divulgam especializações, submissão de trabalhos em eventos e participação em eleição do Consup. E, no caso da duas notícias que divulgam seletivos para especializações, também é identificado o princípio de garantir a impessoalidade.

Quadro 8 - Validação notícias IFPA

Título	Princípios ABC Pública	Trecho da notícia
--------	------------------------	-------------------

<p>IFPA promove encontro das Comissões de Heteroidentificação e encontro de NEABs, NEABIs e Grupos Correlatos</p>	<p>Garantir o acesso amplo à informação.</p>	<p>Nos últimos dias 30 e 31/10 e 01/11, nos turnos da manhã e tarde, ocorreu no campus Belém e no Teatro da Estação Gasômetro o III ENNIG – Encontro de NEABs, NEABIs e Grupos Correlatos do IFPA, e o VIII Encontro das Comissões de Heteroidentificação [...], uma rede de cooperação mútua composta por todos os núcleos do Instituto Federal do Pará.</p>
<p>IFPA Ananindeua oferta 30 vagas em Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho</p>	<p>Garantir o acesso amplo à informação.</p> <p>Estimular a participação.</p> <p>Garantir a impessoalidade.</p>	<p>O Campus Ananindeua do Instituto Federal do Pará (IFPA) abriu processo seletivo para preenchimento de 30 vagas no Curso de pós-graduação lato sensu em Engenharia de Segurança do Trabalho.</p> <p>As inscrições no processo seletivo serão realizadas no período de 10 a 22 de novembro. O candidato deverá realizar sua inscrição via internet, observando as instruções disponíveis em edital.</p> <p>Para candidatar-se é preciso ter diploma de curso superior em Engenharia, Arquitetura ou Agronomia, emitido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC) ou emitido por instituição estrangeira reconhecida no Brasil, conforme legislação vigente.</p>
<p>Está aberto o período para submissão de trabalhos para os eventos científicos IV MOCITEC JOVEM, XXVIII FEICIMA e II SIENEXPI</p>	<p>Garantir o acesso amplo à informação.</p> <p>Estimular a participação.</p>	<p>Com o tema “Navegando pelas ondas da Educação, Ciência e Tecnologia na Amazônia”, está aberto até o dia 20 de novembro o período para submissão de projetos da IV MOCITEC JOVEM-Mostra Científica e Tecnológica dos Jovens Pesquisadores do Estado do Pará, XXVIII Edição da FEICIMA – Feira de Ciências do Município de Abaetetuba e II Edição da FEICIMA, II SIENEXPI – Semana Integrada de Ensino, Extensão, Pesquisa e Inovação do IFPA Campus Abaetetuba.</p> <p>Para inscrever o trabalho ou participar como ouvinte basta acessar o link</p>

		https://www.even3.com.br/ii-sienexpiv-mocitec-jovem-e-xxviii-feicima/ e preencher as informações solicitadas.
IFPA Castanhal abre processo seletivo para Especialização em Produção Vegetal	<p>Garantir o acesso amplo à informação.</p> <p>Estimular a participação.</p> <p>Garantir a impessoalidade.</p>	<p>O Campus Castanhal do Instituto Federal do Pará (IFPA) lançou edital para preenchimento de 20 vagas no Curso de Especialização em Produção Vegetal.</p> <p>As inscrições devem ser realizadas no período de 09 a 24 de novembro, via e-mail.</p> <p>Para se candidatar, é preciso ter diploma de curso superior, emitido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC) ou emitido por instituição estrangeira reconhecida no Brasil, em uma das seguintes áreas: [...].</p>
IFPA convida egressos para participar da Eleição de Representantes Egressos no Consup (2023-2025)	<p>Garantir o acesso amplo à informação.</p> <p>Estimular a participação.</p>	<p>A Comissão Eleitoral Central publicou nesta sexta-feira, 10 de novembro, o Edital 20/2023 de Convocação e Normas para a Eleição de Representantes Egressos para compor o Conselho Superior (Consup) do Instituto Federal do Pará (IFPA).</p> <p>A inscrição de candidatas e candidatos, de acordo com o edital, será pelo e-mail cel.consup2023@ifpa.edu, com o envio de documento de identificação, currículo resumido, fotografia 3x4, certidões negativas criminais da Justiça Federal e da Justiça Estadual.</p>

Fonte: Pesquisa de campo

Com relação ao portal do IFRO, cinco notícias foram registradas no prazo analisado, sendo elas: “IFRO abre inscrição para 3.466 vagas destinadas ao primeiro semestre de 2024”, “IFRO divulga resultado preliminar local (Etapa 2 – Análise Curricular) do Mestrado PROFNIT”, “Inkra e GeoRondônia reúnem-se com cartorários em Ji-Paraná”, “IFRO realiza atividades de popularização da ciência na Zona Leste de Porto Velho” e “IFRO e IPHAN promovem evento de Arte, Patrimônio e Cultura”.

A notícia intitulada “IFRO realiza atividades de popularização da ciência na Zona

Leste de Porto Velho”, mesmo que mencione ciência, não pode ser considerada uma Divulgação Científica, uma vez que é apenas a divulgação do evento que fará ações de Divulgação Científica. Em uma observação prévia, é perceptível, portanto, nas instituições analisadas, que projetos e eventos são os maiores propulsores da Divulgação Científica e nem sempre a Comunicação está presente nessas ações.

Ainda sobre o portal do IFRO, observamos que nenhuma das notícias possui marcadores (*tags*), não existe notícia com autoria identificada e nem contendo características de Divulgação Científica. Outro apontamento pertinente é a falta de espaço para interação com o usuário, visto não ser possível curtir, comentar ou compartilhar a notícia.

Quanto aos princípios da ABC Pública, as cinco notícias contêm a diretriz de garantir o acesso amplo à informação, entretanto, é admissível que a notícia “Incr e GeoRondônia reúnem-se com cartorários em Ji-Paraná” possui um tom mais de registro e cobertura de evento, com falas e depoimentos, além da descrição dos indivíduos que compõem a mesa do evento.

Três notícias, sendo elas “IFRO abre inscrição para 3.466 vagas destinadas ao primeiro semestre de 2024”, “IFRO realiza atividades de popularização da ciência na Zona Leste de Porto Velho” e “IFRO e IPHAN promovem evento de Arte, Patrimônio e Cultura” possuem também a diretriz de estimular a participação, uma vez que divulgam eventos e seletivos.

Quadro 9 - Validação notícias IFRO

Título	Princípios ABC Pública	Trecho da notícia
IFRO abre inscrição para 3.466 vagas destinadas ao primeiro semestre de 2024	Garantir o acesso amplo à informação. Estimular a participação.	Iniciaram nesta segunda-feira (06/11) as inscrições para ingresso no primeiro semestre de 2024 no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO). A inscrição ocorre totalmente de forma online no endereço: selecao.ifro.edu.br/unificado
IFRO divulga resultado preliminar local (Etapa 2 – Análise Curricular) do Mestrado PROFNIT	Garantir o acesso amplo à informação.	Foi publicado o resultado preliminar do Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação (PROFNIT).

Incra e GeoRondônia reúnem-se com cartorários em Ji-Paraná	Garantir o acesso amplo à informação.	Com o intuito de apresentar os sistemas da área de regularização fundiária e discussão de temas relacionados à reforma agrária, as equipes do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e do Projeto GeoRondônia reuniram-se com cartorários de Rondônia na Câmara Municipal de Ji-Paraná (RO).
IFRO realiza atividades de popularização da ciência na Zona Leste de Porto Velho	Garantir o acesso amplo à informação. Estimular a participação.	Em continuidade às ações da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia desenvolvidas em todos os <i>campi</i> do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), a Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (Propesp), por meio da Diretoria de Pesquisa, desenvolverá, no dia 14 de novembro, um dia intenso de atividades educativas, de divulgação científica e extensão tecnológica. A partir das 8 horas, todas são atividades gratuitas e têm como público-alvo estudantes do Ensino Fundamental e Médio da própria escola. Para se inscrever e conhecer a programação, acesse: https://www.event3.com.br/snetifro2023/ .
IFRO e IPHAN promovem evento de Arte, Patrimônio e Cultura	Garantir o acesso amplo à informação. Estimular a participação.	Nos dias 16 e 17 de novembro vai ser promovida a Semana Rondoniense de Arte, Patrimônio e Cultura, organizada pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN/RO). Além disso, a realização de um evento aberto ao público externo promove a integração entre a comunidade acadêmica e a sociedade em geral, contribuindo para a valorização da Arte e do patrimônio histórico-cultural da região.

Fonte: Pesquisa de campo

Com relação à presença de fotos/imagens, quatro notícias possuem fotos, e, no que diz respeito à estrutura, duas delas têm até 40 linhas, uma possui até 50 linhas, uma até 90 linhas e uma contém 170 linhas. Essa última, por sua vez, divulga a realização de um evento: “IFRO e IPHAN promovem evento de Arte, Patrimônio e Cultura”, caracterizando-se por ser uma publicação com princípios da Comunicação Pública, mas que demonstra bem esse híbrido dos setores de Comunicação, entre focar no interesse do cidadão e focar no interesse da instituição/pessoal.

Vale destacar que não existe uma regra para que o setor de Comunicação esteja presente em tudo o que é feito na instituição, mas o que é possível ressaltar pelos questionários com os jornalistas e pelas notícias é que esse setor é mais operacional e de registro do que estratégico, para alinhar as ações de divulgação. Existem muitas iniciativas isoladas que nem entram no radar dos setores de Comunicação: uma parceria entre os cientistas e os comunicadores tornaria a Divulgação Científica mais dialógica? Não é possível afirmarmos isso, mas considera-se um gargalo nessa atuação.

Figura 7 - Recorte da página oficial do IFRO



Fonte: ifro.edu.br, 15 jul. 2024.

No portal do IFRR, reunimos cinco notícias no período escolhido, sendo elas: “Parcerias garantem oferta de estágios para estudantes do IFRR”, “Estudantes dos cursos superiores do IFRR recebem esclarecimentos sobre o Enade”, “Planejamento

Institucional é tema de palestra no Campus Boa Vista Zona Oeste”, “A ESCOLA VAI À ESCOLA – Campus Boa Vista recebe Renato Grinberg nesta quarta, 8” e “IFRR inicia consulta à comunidade para oferta de novos cursos”.

Nesse caso, não há o uso de marcadores (*tags*) em quatro notícias, ou seja, apenas uma contém relação com outras publicações e assuntos do portal. Ademais, em nenhuma das notícias há características de Divulgação Científica. Com relação aos princípios da ABCPública, todas as publicações trazem as diretrizes de garantir o acesso amplo à informação e de estimular a participação.

Quadro 10 - Validação notícias IFRR

Título	Princípios ABC Pública	Trecho da notícia
Parcerias garantem oferta de estágio para estudantes do IFRR	Garantir o acesso amplo à informação. Estimular a participação.	O Instituto Federal de Roraima (IFRR) ampliou nos últimos dois anos, de duas para oito, o número de parcerias com agentes de integração, [...]. No que se refere a cadastro e instruções para utilização dos serviços, os estudantes do IFRR podem obter mais informações, acessando os sites dos Agentes Integradores.
Estudantes de cursos superiores do IFRR recebem esclarecimentos sobre o Enade	Garantir o acesso amplo à informação. Estimular a participação.	Por meio da ação “Oi, eu sou o Enade!”, a Pró-Reitoria de Ensino levará orientações sobre a prova aos estudantes dos cursos de Tecnologia em Gestão Hospitalar e Bacharelado em Agronomia. Do IFRR, devem participar estudantes do curso de Tecnologia em Gestão Hospitalar, do <i>Campus</i> Boa Vista (CBV), e do curso de Bacharelado em Agronomia, do <i>Campus</i> Novo Paraíso (CNP).
Planejamento Institucional é tema de palestra no Campus Boa Vista Zona Oeste	Garantir o acesso amplo à informação.	O curso superior de Tecnologia em Gestão Pública do <i>Campus</i> Boa Vista Zona Oeste do Instituto Federal de Roraima (CBVZO/IFRR) vai realizar, na segunda-feira, 13, a partir das 19 horas, a palestra “Guia para Elaboração do Planejamento Institucional do IFRR: objetivos

	Estimular a participação.	estratégicos, macroprocessos e da cadeia de valor”. Estudantes, servidores e a comunidade em geral interessada no tema podem participar. As inscrições são online, por meio do link https://suap.ifrr.edu.br/eventos/inscricao/329/ . Haverá emissão de certificado para todos os participantes.
A ESCOLA VAI À ESCOLA – Campus Boa Vista recebe Renato Grinberg nesta quarta, 8	Garantir o acesso amplo à informação. Estimular a participação.	O <i>Campus</i> Boa Vista do Instituto Federal de Roraima (CBV/IFRR) retomou a parceria com a Escola Judicial de Roraima (EJURR), do Tribunal de Justiça de Roraima (TJRR), para a implementação do projeto “A Escola vai à Escola” [...]. O evento tem como público-alvo alunos dos 3º anos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio. As inscrições devem ser realizadas por meio do link: link g.tjrr.jus.br/olhodetigre .
IFRR inicia consulta à comunidade para oferta de novos cursos	Garantir o acesso amplo à informação. Estimular a participação. Focar no cidadão.	Com o compromisso de planejar a Oferta de Cursos e Vagas (OCV) para os próximos cinco anos, o Instituto Federal de Roraima (IFRR) quer ouvir a comunidade. A participação ocorrerá por meio de questionário eletrônico, disponível aqui. De acordo com o pró-reitor de Desenvolvimento Institucional, Adnelson Batista, a intenção é construir um planejamento mais assertivo da OCV, alinhada às expectativas e demandas da sociedade.

Fonte: Pesquisa de campo

Isto posto, apenas uma das notícias, intitulada “IFRR inicia consulta à comunidade para oferta de novos cursos”, apresenta o princípio de focar no cidadão, pois incentiva a participação e pondera, mesmo que de forma online, o interesse da sociedade, como é possível ver na Figura 8, que se segue. Ainda, cabe destacar que as notícias não possuem

ferramentas de interação, sejam elas compartilhar, comentar ou curtir, e algumas, como é o caso da publicação destacada, contém formas de interação com os demandantes da notícia. Nesta, há um formulário eletrônico, cujas respostas devem ser direcionadas à comissão de implantação de novos cursos.

Figura 8 - Recorte da página oficial do IFRR



Fonte: ifrr.edu.br, 15 jul. 2024.

Com relação à autoria, o portal do IFRR é o único cujas notícias todas são assinadas, e cabe aqui pontuar que outros portais têm um volume maior de publicações, o que pode permitir-nos inferir que o menor fluxo de notícias e a necessidade de autoria identificada estejam relacionadas nesse caso.

Quanto à presença de fotos/imagens, todas as notícias contêm fotos, o que é outro ponto a ser destacado nas observações: a importância das imagens. Poucas notícias não possuem foto ou ilustração, o que reforça o papel do apelo visual para engajamento das publicações. Sobre a estrutura, uma publicação tem até 80 linhas, uma possui até 35 linhas, uma até 30 linhas, uma até 25 linhas e outra detém até 20 linhas.

Destaquemos a notícia intitulada “A ESCOLA VAI À ESCOLA – Campus Boa Vista recebe Renato Grinberg nesta quarta, 8”, que possui 27 linhas, das quais 11 são dedicadas ao perfil do palestrante, ou seja, é uma notícia que visa garantir o acesso amplo à informação e estimular a participação, mas com indícios de promoção pessoal. No caso das publicações feitas pelas assessorias de comunicação/imprensa, essa é uma característica muito comum, visto que muitas vezes o interesse do cidadão e o interesse

público estão mesclados com o interesse institucional e o interesse pessoal. Vale lembrar que isso não é um problema para a área de Comunicação, mas que é preciso entender essa diferença entre Comunicação Pública e Comunicação Institucional e, além disso, compreender que por muitas vezes as duas associam-se.

Com relação ao portal do IFTO, compactamos 20 notícias no período selecionado. Em virtude do número extenso de publicações, o detalhamento será dividido em dois blocos: um contendo as notícias que possuem apenas um princípio da ABCPública, e outro abrangendo as que evidenciam mais de uma diretriz.

Sendo assim, as publicações que possuem apenas um princípio – garantir o acesso amplo à informação –, são: “Unidades Araguatins é destaque em várias competições durante o Identidade IFTO”, “Atividades marcaram campanha de prevenção ao câncer de mama”, “Publicada terceira edição da Revista Sítio Novo do IFTO”, “Estudantes do Campus Palmas brilham no Identidade IFTO: 1º, 2º e 3º no Ideathon e diversos trabalhos premiados”, “Unidade de Porto Nacional faz doação de alimentos para Associação de Catadores”, “Acadêmicos produzem poesias sobre inclusão e vivências”, “Evento oferece serviços de saúde e conscientização sobre câncer de mama e de colo de útero no Campus Palmas”, “Participantes de projeto de iniciação e prática do Sepak Takraw recebem uniformes” e “Unidade de Araguatins tem programação da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia”.

Quanto às notícias desse primeiro bloco, verificamos que elas tratam de coberturas de participação em eventos e divulgação de projetos e revistas, o que, por mais que garanta o acesso amplo à informação, carrega características de promoção institucional e de promoção pessoal.

Já as notícias que possuem os princípios de garantir amplo acesso à informação e estimular a participação são: “IFTO promove oficina para servidores que atuam no pagamento de auxílios”, “Aberto período para avaliação docente”, “Aberto período para estudantes avaliarem os docentes”, “Projeto de ensino Nutrir-se realizará oficinas sobre aproveitamento integral dos alimentos”, “Último dia para candidaturas ao Consup”, “Unidade Porto Nacional promove I Mostra Artística”, “Encontro de Egressos do Campus Porto Nacional acontecerá dia 11 de novembro”, “Pró-reitoria de Extensão seleciona estudantes para atuarem em mídias sociais vinculadas as suas ações”, “Unidade Porto promove Mês da Consciência Negra”, “Unidade Porto Nacional publica o edital de Notificação de Estudantes em Risco de Desligamento” e “6ª edição do Arte e Manha

ocorrerá nos dias 20 e 21 de novembro”. Ainda, a notícia intitulada “Pró-reitoria de Extensão seleciona estudantes para atuarem em mídias sociais vinculadas as suas ações” possui também o princípio de garantir a impessoalidade.

Quadro 11 - Validação notícias IFTO

Título	Princípios ABC Pública	Trecho da notícia
Unidades Araguatins é destaque em várias competições durante o Identidade IFTO	Garantir o acesso amplo à informação.	A caravana da unidade de Araguatins, que participou do Identidade IFTO 2023, voltou para casa com ótimos resultados conquistados em várias competições na área da pesquisa, inovação, arte e cultura.
IFTO promove oficina para servidores que atuam no pagamento de auxílios	Garantir o acesso amplo à informação. Estimular a participação.	Com o tema: “Como realizar pagamentos por PIX na Assistência Estudantil?” será ofertada uma oficina aos servidores do IFTO, que atuam no pagamento de auxílios da Assistência Estudantil. A oficina ocorrerá no dia 21 de novembro, às 14h30, no endereço: meet.google.com/cjz-srzc-nqj . As inscrições devem ser realizadas no link https://suap.ifto.edu.br/eventos/inscricao/103/ .
Aberto período para avaliação docente	Garantir o acesso amplo à informação. Estimular a participação.	Começou no último dia 6 de novembro o prazo para estudantes de todos os cursos do IFTO fazerem a avaliação dos docentes do ano letivo de 2023. A avaliação é feita de forma individualizada, ou seja, o estudante deve avaliar, um a um, todos os professores que teve durante o período.
Aberto período para estudantes avaliarem os docentes	Garantir o acesso amplo à informação. Estimular a participação.	Começou no último dia 6 de novembro o prazo para estudantes de todos os cursos do IFTO fazerem a avaliação dos docentes do ano letivo de 2023. A avaliação é feita de forma individualizada, ou seja, o estudante

		deve avaliar, um a um, todos os professores que teve durante o período.
Projeto de ensino Nutrir-se realizará oficinas sobre aproveitamento integral de alimentos	Garantir o acesso amplo à informação. Estimular a participação.	No mês de novembro o projeto de ensino Nutrir-se realizará oficinas sobre o aproveitamento integral dos alimentos. Devem participar das oficinas todos os estudantes beneficiários da Assistência Estudantil nos campi avançados do IFTO e um familiar/responsável de cada estudante, em especial aquele(a) responsável principal pela alimentação. As inscrições podem ser realizadas no endereço: https://suap.ifto.edu.br/eventos/inscricao/105/ .
Último dia para candidaturas ao Consup	Garantir o acesso amplo à informação. Estimular a participação.	Termina nesta sexta-feira, 10, o período de inscrição de candidaturas referente ao processo eleitoral para a escolha dos novos representantes do Conselho Superior do Instituto Federal do Tocantins (Consup/IFTO), para o biênio 2024/2025. Conforme o cronograma, poderão se candidatar, entre os dias 6 e 10 de novembro, servidores técnico-administrativos e docentes pertencentes ao quadro permanente do Instituto, como também discentes regularmente matriculados e egressos do IFTO.
Atividades marcaram campanha de prevenção ao câncer de mama	Garantir o acesso amplo à informação.	Dentro das programações em alusão ao Outubro Rosa, mês que evidencia a campanha de prevenção ao câncer de mama, a unidade de Araguatins, do Instituto Federal do Tocantins (IFTO), por meio do grupo de estudos e pesquisas AMA-IFTO, promoveu o evento “Ame-se, Cuide-se”.
Unidade Porto Nacional promove I Mostra Artística	Garantir o acesso amplo à informação.	Estudantes das escolas públicas e privadas de Porto Nacional e demais interessados da região já podem inscrever, gratuitamente, obras e apresentações artísticas para a primeira

	Estimular a participação.	edição da Mostra Artística do IFTO/ Porto Nacional, que ocorrerá no dia 16 de novembro, na unidade de Porto Nacional. As inscrições serão aceitas até o dia 31 de outubro. Podem participar como propositores estudantes de Ensino Fundamental (anos finais), médio e superior, de qualquer escola da região de Porto Nacional, como também artistas e grupos artísticos profissionais.
Encontro de Egressos do Campus Porto Nacional acontecerá dia 11 de novembro	Garantir o acesso amplo à informação. Estimular a participação.	Celebrar. Essa é a palavra-chave do 6º Encontro de Egressos do IFTO – Campus Porto Nacional, marcado para o dia 11 de novembro, que reunirá ex-alunos da instituição. O intuito do evento é promover um momento de descontração, vivências lúdicas, trocas de experiências relacionadas à prática profissional e, acima de tudo, lembranças das emoções vividas durante o período escolar. As atividades do encontro iniciarão às 8h, com a cerimônia oficial, e segue até o fim da tarde.
Pró-reitoria de Extensão seleciona estudantes para atuarem em mídias sociais vinculadas as suas ações	Garantir o acesso amplo à informação. Estimular a participação. Garantir a impessoalidade.	A Pró-reitoria de extensão (Proex) está com edital aberto para seleção de 2 (dois) bolsistas, que atuarão no desenvolvimento, manutenção e no acompanhamento de Mídias Sociais vinculadas aos seus projetos, cursos, eventos e demais atividades. As inscrições para a seleção devem ser feitas, exclusivamente, via formulário online, no período de 8 a 19 de novembro de 2023. Podem participar estudantes com matrículas ativas em curso técnico de nível médio, superior ou em curso do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) do IFTO.

Publicada terceira edição da Revista Sítio Novo do IFTO	Garantir o acesso amplo à informação.	Foi publicada a terceira edição de 2023 da Revista Sítio Novo: a revista científica do Instituto Federal do Tocantins (IFTO).
Estudantes do Campus Palmas brilham no Identidade IFTO: 1º, 2º e 3º no Ideathon e diversos trabalhos premiados	Garantir o acesso amplo à informação.	Entre os dias 23 a 26 de outubro, o Campus Palmas foi o palco do Identidade IFTO, evento que apresenta à comunidade os serviços do Instituto Federal do Tocantins, com a integração dos trabalhos desenvolvidos na pesquisa, extensão, inovação, arte, cultura e diversidade.
Unidade de Porto Nacional faz doação de alimentos para Associação de Catadores	Garantir o acesso amplo à informação.	Na tarde do dia 1 de novembro, o diretor-geral da unidade de Porto Nacional, do IFTO, Albano Dias, junto a turma do 4º período do curso de enfermagem do ITPAC – Porto, realizaram a doação de alimentos e roupas para a Associação de Catadores de Porto Nacional.
Acadêmicos produzem poesias sobre inclusão e vivências	Garantir o acesso amplo à informação.	Durante a Semana do Livro e da Biblioteca do IFTO – Porto Nacional e da II Semana da Pessoa com Deficiência, promovidas no mês de outubro, ocorreu a apresentação de produções poéticas com o tema “Inclusão e vivências”.
Unidade Porto promove Mês da Consciência Negra	Garantir o acesso amplo à informação. Estimular a participação.	Com a temática “O Racismo e a Desigualdade na Sociedade Brasileira”, a unidade Porto Nacional, do Instituto Federal do Tocantins (IFTO), realizará o “Mês da Consciência Negra”, no período de 8 a 27 de novembro. O evento, que foi organizado pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas – NEABI e por comissão instituída via portaria, proporcionará um espaço de discussão e diálogo sobre temas que atravessam a questão racial no Brasil, entre os quais a educação, cultura, pertencimento e

		resistência.
Unidade Porto Nacional publica o edital de Notificação de Estudantes em Risco de Desligamento	Garantir o acesso amplo à informação. Estimular a participação.	Foi publicado o edital de notificação de estudantes em risco de desligamento dos cursos de graduação da unidade de Porto Nacional. Os estudantes notificados devem regularizar sua situação até o dia 17 de novembro. O edital completo com todos os anexos podem ser acessados no endereço: [...].
Evento oferece serviços de saúde e conscientização sobre câncer de mama e de colo de útero no Campus Palmas	Garantir o acesso amplo à informação.	Em alusão ao Outubro Rosa, a ação foi voltada para a campanha de prevenção do câncer de mama e de colo de útero. Organizado pela professora Virgínia Lima em colaboração com os estudantes da turma de Eventos II e Hospital do Amor, o evento ocorreu durante os dias 09, 10 e 11 de outubro.
6ª edição do Arte & Manhã ocorrerá nos dias 20 e 21 de novembro	Garantir o acesso amplo à informação. Estimular a participação.	Com uma programação diversificada será realizada nos dias 20 e 21 de novembro a 6ª edição do Arte e Manhã, com o tema: “ <i>Juventude e Sociedade: Trabalho, Tecnologia e Cultura</i> ”, que reúne em sua programação: oficinas, mesa redonda, cine debate e feira literária. As inscrições para o evento devem ser realizadas no endereço: https://suap.ifto.edu.br/eventos/inscricao/96/ . O Arte & Manhã é promovido pelo Núcleo de Estudos e Pesquisa em Gênero, Juventude e Etnicidade – NEPU/Ubuntu, IFTO – Campus Gurupi.
Participantes de projeto de iniciação e prática do Sepak Takraw recebem uniformes	Garantir o acesso amplo à informação.	Os participantes do Projeto de Ensino: Iniciação e Prática do Sepak Takraw no IFTO/Campus Palmas, receberam uniformes no último dia 25 de outubro.
Unidade de Araguatins tem programação da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia	Garantir o acesso amplo à informação.	Com olhares atentos e curiosidade diante do novo, dezenas de estudantes de escolas públicas visitaram a unidade de Araguatins do IFTO, no dia

		<p>07 de novembro, durante a programação da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT) do Campus Araguatins, que teve como tema: “Ciências básicas para o desenvolvimento sustentável do Bico do Papagaio”.</p>
--	--	---

Fonte: Pesquisa de campo

No que diz respeito às notícias do segundo bloco, já existem características de estimular a participação, uma vez que divulga eventos e seleções e as possibilidades de participar dessas iniciativas, como, por exemplo, na notícia constante na Figura 9, que trata da realização de oficinas para aproveitamento integral dos alimentos.

Figura 9 - Recorte da página oficial do IFTO



Fonte: ifto.edu.br, 15 jul. 2024.

No que tange à utilização de marcadores (*tags*), 17 das publicações fazem uso e três não, o que demonstra certa orientação para o uso de ligações entre as notícias do portal. Sobre as características de Divulgação Científica, não as observamos em nenhuma das notícias. Com relação à autoria, 11 das publicações não estão assinadas, enquanto nove estão, e, a respeito da interação, não existem ferramentas para curtir, comentar ou compartilhar as notícias.

Sobre a veiculação de fotos e imagens nas notícias, 18 delas possuem e duas não. Por fim, quanto à estrutura das publicações, três possuem até 10 linhas, sete têm até 15 linhas, quatro até 20 linhas, três contêm até 25 linhas, uma possui até 30 linhas, uma até

35 linhas e uma contém até 45 linhas.

Em vistas disso, é possível percebermos, nos nove portais institucionais analisados, que a interação não é um dos objetivos do canal de comunicação, uma vez que não há ferramenta para curtir, compartilhar ou comentar as notícias, ou seja, não há interação com o usuário. Geralmente, não é obrigatório esse espaço de diálogo com o receptor, mas, ao entender a Comunicação Pública e a Divulgação Científica como espaços dialógicos, nota-se essa ausência.

Com isso, em sua totalidade, analisamos 83 notícias, das quais todas apresentam o princípio de Comunicação Pública garantir amplo acesso à informação. No entanto, mesmo que sigam essa demanda, muitas notícias trazem mais elementos de assessoria de comunicação/assessoria de imprensa, já que fazem promoção institucional ou/e pessoal.

Ao se aproximarem dessa comunicação institucional, as notícias afastam-se da divulgação científica e, por sua vez, da comunicação pública da ciência, isto é, daquela voltada ao interesse do cidadão e da sociedade. O acesso à informação é importante, mas é preciso refletir que informar por informar não agrega conhecimento e nem desperta a criticidade do cidadão, dois fenômenos importantes quando se trata de ciência.

Outro aspecto comum a quase todas as notícias – 63 das 83 analisadas – é a não identificação dos seus autores, fenômeno comum nas assessorias de imprensa/comunicação, seja pelo fluxo das demandas, pelo enxugamento das equipes ou pela postagem de profissionais que não são jornalistas. Estas são apenas algumas hipóteses que versam sobre essa não autoria, fenômeno que cabe estudos posteriores para sua verificação.

Por conseguinte, vale destacar ainda que muitas notícias buscam estimular a participação do cidadão, contudo boa parte das inscrições é feita de forma online. Por entender a Amazônia Legal e suas especificidades, sugerimos uma pesquisa sobre a eficácia e a eficiência dessa participação, uma vez que muitos municípios não possuem internet de qualidade e nem acessibilidade a todos os cidadãos.

Ressaltamos que o portal institucional é o meio de comunicação da instituição, ao contrário das outras plataformas que pertencem a grandes conglomerados. Desta forma, ele deveria ser mais intuitivo e didático, permitindo a participação dos cidadãos e estimulando essa prática, no entanto, isso corriqueiramente não acontece. Nessa pesquisa, não foram estudados os motivos dessa não interação, mas supomos que seja pelo enxugamento das equipes e limitações dos sistemas gratuitos para desenvolvimento e

manutenção desses portais.

Tabela 2 - Relação Jornalistas na ativa x Número de notícias x Número de unidades

IF	Número de jornalistas	Número de unidades	Número de notícias
IFAC	3	6	11
IFAM	1	17	4
IFAP	5	6	3
IFMA	12	29	13
IFMT	14	19	17
IFPA	8	18	5
IFRO	2	10	5
IFRR	5	5	5
IFTO	6	12	20

Fonte: Elaborado pela autora com dados do Portal da Transparência e da Plataforma Nilo Peçanha

Em algumas instituições, conforme observado na Tabela 2, o número reduzido de jornalistas pode ter relação com a significativa precarização na divulgação científica, visto que essa redução de pessoal tem forçado os jornalistas a desempenharem uma variedade maior de funções, muitas vezes deixando a divulgação científica em segundo plano. É preciso que consideremos também o número de unidades da instituição, dado que pode parecer um número adequado de profissionais, mas, ao relacionar com a dimensão do IF, percebe-se a provável limitação dos jornalistas.

Essa sobrecarga de funções e falta de prioridade podem comprometer a qualidade da divulgação científica produzida, uma vez que os jornalistas têm menos tempo e recursos para realizar uma verificação rigorosa dos fatos e para se engajar em um diálogo aprofundado com a comunidade científica. A pressão para produzir conteúdo rapidamente também contribui para a disseminação de informações imprecisas ou incompletas.

Além disso, a colaboração entre jornalistas e cientistas, que é crucial para a divulgação precisa de descobertas científicas para o público, tem sido prejudicada. A desconfiança mútua e a falta de comunicação dialógica podem resultar em uma cobertura superficial ou sensacionalista dos processos científicos.

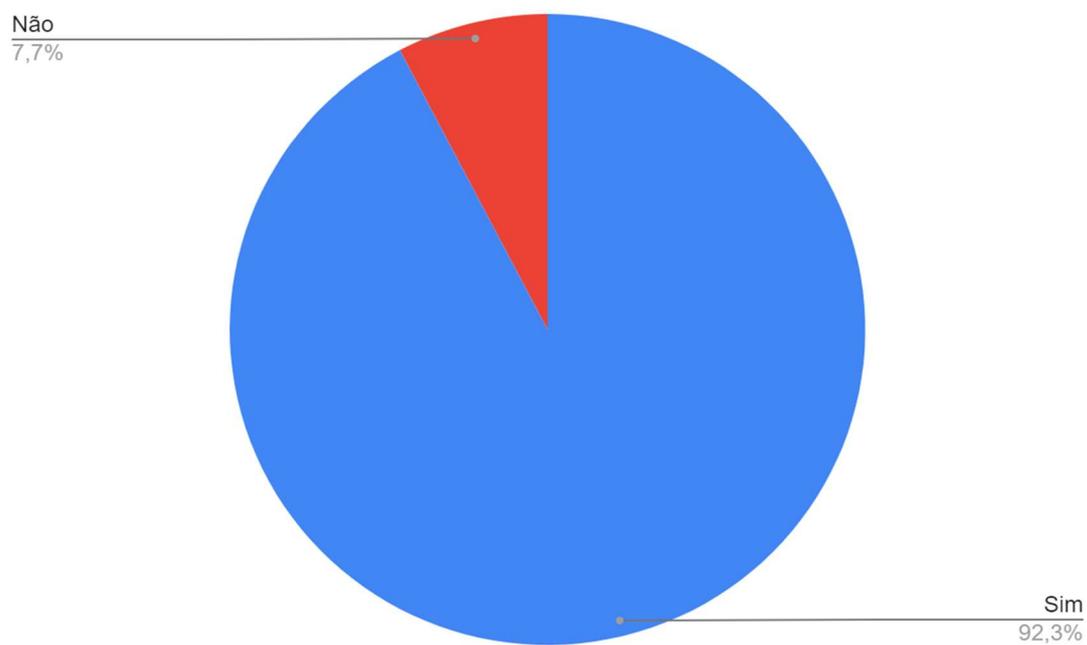
Portanto, o enxugamento nos cargos de jornalistas não só precariza a profissão, como também compromete a qualidade e a confiabilidade da divulgação científica.

4.3 Atuação dos jornalistas no processo de comunicação da ciência (dados, historicidade e contradições)

Por meio das respostas dos jornalistas ao questionário enviado, podemos tanto abordar quanto analisar a atuação destes profissionais no processo de comunicação da ciência nas instituições estudadas. Até que ponto o jornalista que atua em instituição federal de ensino superior da Amazônia Legal brasileira consegue e tem disponibilidade para atuar na comunicação da ciência, e como essa atuação se dá diante do cenário de precarização do trabalho?

Quando questionados os participantes sobre a atuação na divulgação científica, 92,3% responderam que operam nessas demandas, ou seja, é uma área que está diretamente ligada ao jornalista. Entretanto, mesmo parecendo ser uma área de interesse do jornalista, ao serem questionados sobre a prioridade do trabalho jornalístico na instituição, a divulgação científica nem é citada: 34,6% destacaram que a principal atuação é na divulgação de editais/processos seletivos, 23,1% responderam que é assessoria de imprensa e 19,2% afirmaram que a prioridade é a cobertura de eventos.

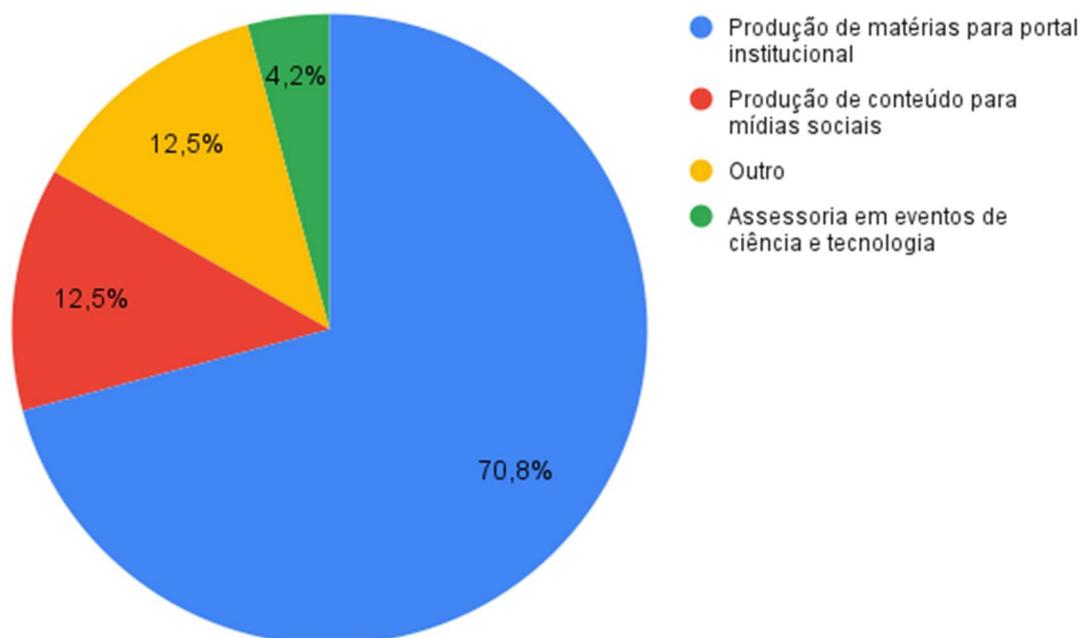
Gráfico 8 - Atuação na Divulgação Científica



Fonte: Pesquisa de campo

Ainda sobre a atuação na divulgação científica, dentre os participantes que responderam que têm esta demanda, 70,8% declararam atuar na produção de matérias para o portal institucional, 12,5% na produção de conteúdo para mídias sociais, 4,2% na assessoria em eventos de ciência e tecnologia e 12,5% afirmaram atuar em outras formas.

Gráfico 9 - Quais as formas de atuação na Divulgação Científica



Fonte: Pesquisa de campo

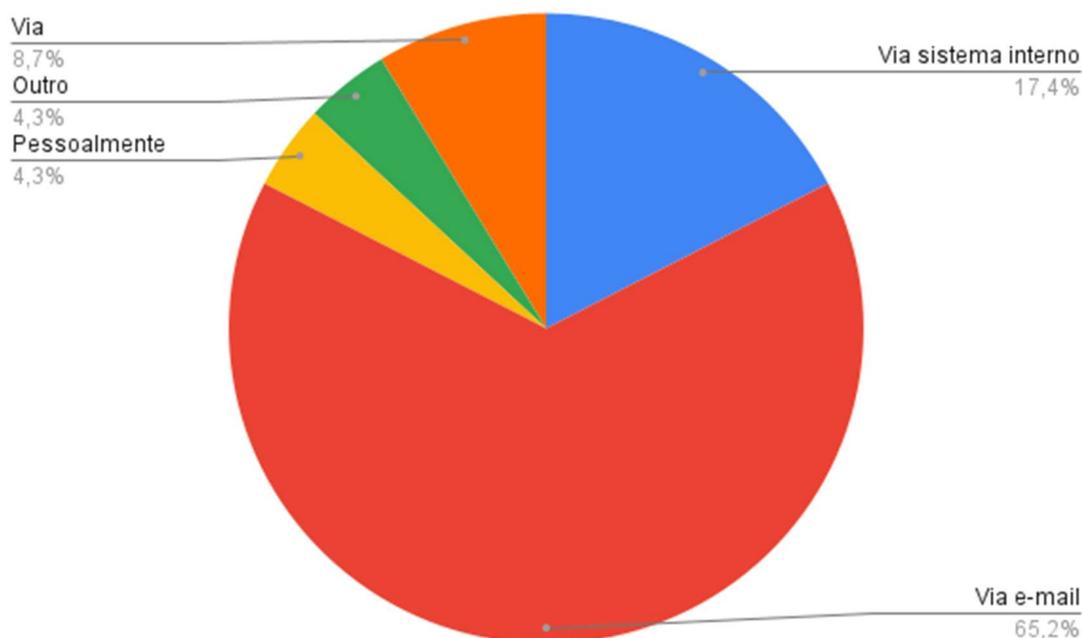
No que diz respeito ao fluxo de solicitação das demandas de Divulgação Científica, os jornalistas que atuam nessa área responderam que 65,2% dos chamados são feitos via e-mail, 17,4% por meio de sistema interno (como exemplo, o Sistema Unificado de Administração Pública – SUAP), 8,7% via *WhatsApp*, 4,3% solicitam pessoalmente e 4,3% utilizam outra forma de solicitação.

Esse dado traz consigo uma informação importante e sinaliza que não existe norma no que versa sobre o fluxo das demandas do setor de Comunicação nas instituições estudadas. Quanto ao e-mail configurar-se como o canal com maior volume de solicitações, isso pode apresentar dificuldade na mensuração da execução e dos resultados, uma vez que o e-mail não extrai relatórios automaticamente, é preciso fazê-la manualmente.

Desta feita, para sair de um lugar operacional para um lugar estratégico, a Comunicação, assim como seus serviços, precisam ser institucionalizados, e a mensuração e a avaliação são etapas importantes nessa mudança de *status*. Para tanto, é necessário a existência de pessoal nos setores de comunicação, pois mantém-se difícil pensar em estratégias quando a prioridade é a publicação de editais e processos seletivos. Além da infeliz redução de profissionais, faz-se primordial discutir e colocar em normativos o papel da divulgação científica dentro da instituição, pois, antes de se

institucionalizar, dificilmente a área se tornará uma prioridade.

Gráfico 10 - Quais as formas de solicitação das demandas



Fonte: Pesquisa de campo

Com o objetivo de corroborar ou refutar os achados advindos dos questionários enviados aos jornalistas, realizamos entrevistas com os gestores de Comunicação que, seguindo orientações da Comissão de Ética em Pesquisa, não puderam ser identificados por nomes nesta pesquisa, mas sim por números.

Desse modo, de acordo com o Gestor 1, ao abordar o papel da Divulgação Científica em sua instituição, ele destaca que ela “ocorre de forma pontual, sem sistematização ou planejamento”, ou seja, essa observação vem ao encontro do que os jornalistas apresentaram nas respostas dos questionários sobre a não prioridade da área em suas instituições. Ainda sobre o tema, este gestor relatou a presença da Política de Comunicação e a ausência da Política de Divulgação Científica – o que aconteceu em todos os IF’s estudados, em virtude da não existência de uma Política de Divulgação Científica separada da Política de Comunicação.

Por sua vez, para o Gestor 2:

A divulgação científica aqui, na verdade, existem os períodos que a revista sai. Então, para esses períodos, a gente costuma se planejar, a gente costuma deixar não absorver demandas naquele período, porque a revista é algo que dá

bastante trabalho e que a gente precisa divulgar. Acabamos nos restringindo a isso, até então... Por causa do número de servidores.

Em razão das demandas e do número de servidores nos setores de Comunicação, a Divulgação Científica vem sendo restrita às editoras e periódicos científicos, ou à publicação em periódicos externos e participação em eventos científicos. Sobre os profissionais da área, o Gestor 2 destaca, ainda, o Decreto nº. 10.185, de 20 de dezembro de 2019, que extingue cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal da administração pública federal e veda a abertura de concurso público e o provimento de vagas adicionais para os cargos que especifica, seguido de reflexões de possíveis impactos de tais medidas. Para o Gestor 2:

O governo quer liberar os códigos na área da Comunicação, mas vai ser o código de Analista de Comunicação. E assim, não pode ser, porque jornalista é muito específico, designer é muito específico. Não tem como você generalizar essa galera. É por isso que acaba precarizando, né? Porque daí você põe um jornalista para fazer arte que ele não sabe, aí ele vai levar muito mais tempo para fazer aquela peça do campo publicitário. Ou o outro vai escrever e vai levar muito... É assim.

Apesar de a pesquisa ser um dos eixos das universidades e institutos, percebe-se a necessidade de institucionalização da ciência e, por consequência, da Divulgação Científica. Consoante aduzem Moreira e Massarani (2002, p. 64):

As iniciativas dos organismos nacionais de fomento à pesquisa, que poderiam colaborar com esse processo, têm sido tímidas, quando não inexistentes, e ainda privilegiam uma visão da divulgação científica escorada numa perspectiva que favorece o marketing científico. Certamente existe um grande potencial de ação nas universidades públicas e nos institutos de pesquisas, acumulado em seus pesquisadores, professores e estudantes, mas pouco se faz de forma organizada para uma difusão científica mais ampla. Parece clara a necessidade de se criar, como tem acontecido em outros países, um programa nacional de divulgação científica.

Quanto à falta dessa visão estratégica, o Gestor 3 comenta da sua frustração com relação à divulgação científica da sua instituição:

Mas hoje a gente também não tem pernas em termos de pessoal para fazer tudo o que a gente quer fazer. Não dá para se cobrar, mas, querendo ou não, a gente se culpa, porque é muita coisa boa, quando você faz um evento e você vê a produção da instituição, você fala: meu Deus, como que isso não está chegando para a sociedade?!

Além da questão de pessoal, o Gestor 4 ressalta, também, a dificuldade de mobilizar os pesquisadores da instituição. Segundo ele: “Sempre que surge uma demanda

da imprensa, a mídia procura por algum tema específico, daí a gente vai procurar, porque a gente sabe que tem fonte numa instituição tão grande, mas você não acha uma pessoa que queira falar”.

Logo, o trabalho do jornalista na divulgação científica é importante para a democratização do conhecimento e a promoção de uma sociedade mais participativa. Os jornalistas atuam como interlocutores entre a comunidade científica e o público em geral, desempenhando funções cruciais de busca, filtragem, corroboração e incorporação de evidências científicas em suas práticas.

Para alcançar uma divulgação científica horizontalizada, os jornalistas de ciência precisam adotar papéis mais colaborativos e críticos, interagindo diretamente com suas audiências e fontes, e assumindo funções de curadores, educadores cívicos e intelectuais públicos. No entanto, essa evolução no papel do jornalista de ciência reflete a necessidade de adaptação às mudanças tecnológicas e econômicas, bem como a um ecossistema midiático mais pluralista e participativo.

Nesse sentido, a precarização e a deterioração das condições do trabalho jornalístico têm impactado negativamente essa interlocução. A necessidade de produzir conteúdo rapidamente pode comprometer a qualidade e a profundidade da divulgação científica. Cabe destacar ainda que, por se tratar de um objeto de fronteira, essa atividade torna-se desafiadora por interessar a diferentes públicos e áreas, o diálogo entre sujeitos tão diversos exige estratégias e caminhos que são adquiridos por meio da troca e não pela hierarquização de saberes e conhecimentos.

Ao tratar da divulgação da ciência, tanto o jornalista quanto o pesquisador, seja ele professor ou técnico, precisa despir-se de vaidades e títulos, enquanto, simultaneamente, reconhece suas competências, tornando o diálogo horizontal e não um trabalho vertical baseado em poder. Por meio dessa divulgação mais horizontalizada e participativa é possível atrair a sociedade, que começa a se ver parte do processo e não apenas receptora de conteúdo.

Assim, a precarização do trabalho jornalístico e as mudanças nas práticas profissionais soblevam a necessidade de apoio e valorização do papel dos jornalistas na divulgação científica.

Nesse ínterim, cabe uma ressalva desta pesquisa que, ao tratar a Divulgação Científica como um objeto de fronteira, entende que as diretrizes e discussões sobre a área devem ser feitas por vários setores e não apenas pela Comunicação, uma vez que

essa divulgação tem que ser dialógica e horizontalizada e não hierarquizada e verticalizada.

Nesta pesquisa, estudamos e analisamos a atuação de jornalistas assessores de imprensa/comunicação na Divulgação Científica; como recorte para próximos estudos, é possível sugerir o papel desses no trabalho de jornalistas que atuam nos veículos de comunicação, pois, como atesta Fígaro (2013, p. 12-13):

Outro aspecto relevante e que tem transformado a relação com o trabalho é o papel das assessorias de comunicação. Hoje elas são necessárias ao processo produtivo. Não se trabalha nas redações das empresas de qualquer veículo de comunicação sem o apoio das assessorias. Há brutal profissionalização da área. Os enunciados do forte e do fraco, do vender e do comprar, da guerrilha e da defesa nomeiam e diferenciam o trabalho dos jornalistas assessores e dos jornalistas dos veículos das empresas de comunicação. Mas, na verdade, é impossível trabalhar num veículo de comunicação sem o trabalho anterior do jornalismo de assessoria.

Vale lembrar que dos nove gestores contatados, apenas quatro responderam aos e-mails, fato este que pode ter sido impactado pela greve, mesmo que o último contato realizado tenha se dado após o período de greve.

Por fim, a pesquisa como um todo partiu da hipótese de que a não institucionalização da área e o acúmulo com as atribuições de assessoria de comunicação acabam levando à precarização do trabalho jornalístico quando este se envolve na divulgação científica e/ou comunicação da ciência. Nesse aspecto, ao questionar os jornalistas que atuam diretamente nessa área, observamos que a divulgação científica não tem lugar na escala de prioridades dentro das instituições.

Ao considerarmos tratarmos-se de institutos que produzem pesquisa, ensino, extensão e inovação, essa é uma constatação frustrante, porque mesmo que em número reduzido, os profissionais estão lá, mas não conseguem aproximar a sociedade dessas instituições por meio da divulgação científica. Além disso, os participantes da pesquisa demonstraram interesse na prática, ao passo que também trouxeram fatores de desmotivação. Sendo assim, pensar em um programa nacional de divulgação científica, como apontaram Moreira e Massarani (2002), é uma forma de criar conexões e redes para que seja elaborada uma política de divulgação científica nos Institutos Federais estudados, e que, por meio dela, seja proporcionado ao cidadão uma verdadeira experiência de cidadania científica, alterando a percepção de ser compreendido como simples receptor de achados científicos.

Convidar a sociedade para participar da ciência exige planejamento, conexão entre

diferentes atores e setores, além do entendimento de que o cidadão pode contribuir ativamente no processo científico. O que é produzido dentro de uma instituição de pesquisa não pode ser apenas pautado nos desejos e ambições dos pesquisadores. É preciso ouvir a sociedade e, nesse contexto, a divulgação científica, por se tratar de um objeto de fronteira, pode ser o palco dessa escuta mais ativa e atenta.

5 CONCLUSÕES

Ao tratar a comunicação da ciência, e por sua vez a divulgação científica, como objeto de fronteira, é preciso situar o posicionamento desta pesquisa. Apesar de Campos (2018) trazer objeto de fronteira como um entidades que fornecem uma linguagem comum, o trabalho em questão segue a discussão proposta por Daza-Caicedo (2013) que trata o objeto de fronteira na perspectiva de analisar contextos nos quais o conhecimento permanece em construção, ou seja, o conhecimento não está estabilizado.

Sendo assim, compreende-se a divulgação científica como esse lugar de disputa e de tensões, que envolve áreas distintas, com pensamentos e posicionamentos diferentes; portanto, um objeto de fronteira.

No que diz respeito ao trabalho do jornalista nessa área fronteira, cabe a discussão sobre precarização do trabalho na Administração Pública, que é ir além de abordar a instabilidade e a insegurança no emprego, é tratar também sobre deterioração das condições de trabalho. No caso desta pesquisa, conforme afirmado anteriormente, dois fatores podem ser destacados como pilares dessa precarização do trabalho do jornalista na Divulgação Científica dos Institutos Federais analisados, quais sejam: a não institucionalização da Divulgação Científica nos Institutos Federais e o Decreto nº 10.185, de 20 de dezembro de 2019, que extingue cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal da administração pública federal e veda a abertura de concurso público e o provimento de vagas adicionais para os cargos.

Ainda nesse contexto, os resultados da pesquisa demonstram que a precarização do trabalho jornalístico na divulgação científica refere-se às condições laborais instáveis e inseguras enfrentadas por profissionais da comunicação que atuam na mediação do conhecimento científico para a sociedade. Tal fenômeno decorre de uma confluência de fatores, entre os quais se destacam a insuficiência de suporte institucional, a pressão por resultados rápidos e o imperativo de equilibrar a precisão científica com a necessidade de tornar a informação acessível ao público leigo. Esses desafios impactam diretamente a qualidade e a profundidade do conteúdo divulgado, bem como a sustentabilidade da atuação profissional nessa área.

Portanto, a precarização do trabalho jornalístico na divulgação científica constitui um problema multifacetado, envolvendo a insuficiência de formação científica específica, tensões nas relações entre jornalistas e cientistas e diversas formas de instabilidade

laboral. A superação desses desafios requer uma colaboração mais estreita e um diálogo aprimorado entre ambas as partes, fundamentais para assegurar a disseminação precisa e eficaz do conhecimento científico ao público. Sendo assim, nota-se a necessidade da institucionalização da divulgação científica no âmbito dos Institutos Federais da Amazônia Legal.

Quanto ao percurso metodológico, algumas situações merecem destaque, são elas: as dificuldades de encontrar documentos nos portais institucionais, a falta de retorno dos jornalistas e gestores de Comunicação e a greve na Rede Federal de Educação no ano de 2024. Por outro lado, salientamos a cooperação daqueles que responderam aos questionários e os gestores que aceitaram participar das entrevistas. Essa ambiguidade demonstra essa dicotomia que é trabalhar com a escuta do outro, uma vez que não é possível obrigar a participação dos sujeitos, ela é uma contribuição voluntária.

No Brasil, outro aspecto a ser considerado sobre a divulgação científica é a colonização, processo por meio do qual foi criada uma hierarquia de saberes, como se o saber científico fosse superior ao saber tradicional.

Nesse contexto, a colonização brasileira trouxe à tona a paixão pela desigualdade, dado que os saberes tradicionais de indígenas e africanos foram considerados inferiores aos saberes científicos apresentados pelos europeus (no caso, os portugueses). Esse eurocentrismo científico é mais um dos desafios que o cientista brasileiro encontra na sua busca por fazer ciência.

A decolonialidade na ciência concede benefícios à própria ciência, assim como aos atores e à diversidade. É preciso compreender que o conhecimento científico perpassa os vários ambientes educacionais e que a interação entre os saberes apresenta um novo olhar para esse mundo acadêmico. A inclusão da diferença nesse mundo é uma das formas de abrir a possibilidade desses olhares, sendo, por isso, importante pensar em como acolher essa pluralidade.

Nesse aspecto, destacamos o desafio da inclusão do pensamento brasileiro na ciência também por conta de fatores culturais e colonizadores. Dessa maneira, o pensamento decolonial traz um novo olhar para esse processo, visto que ele busca uma diversidade de atores.

Nesse novo tempo, a comunicação não é mais hierarquizada, mas sim uma comunicação em rede, com agentes diversificados que falam com públicos específicos. O desafio proposto aqui diz respeito a pensar em como esse novo universo tecnológico

comunicativo influencia na criação de novas narrativas.

É perceptível que a nova realidade mundial apresenta a participação cidadã como modelo de governança – e sendo esta possível por meio de redes de organizações locais, nacionais e globais, que atuam pela defesa da democracia e da diversidade e no enfrentamento às estruturas corruptas, viciadas e excludentes. Assim sendo, o processo de divulgação desses saberes precisa respeitar essa pluralidade, que não pode ser hierarquizada. É necessário esse olhar transdisciplinar, que perpassa os limites, isto é, esse pensamento de fronteira, e, nesse sentido, a comunicação pode fortalecer ou enfraquecer o processo.

Ademais, quanto à comunicação da ciência na Amazônia, vale pontuar que o comunicar está a serviço da dominação ou da resistência, e, no que diz respeito à divulgação científica, ambas são possíveis, fazendo-se notar a importância do pensamento decolonial nessa comunicação, nesse processo de divulgação científica. É requerido observar também que, em tempos de muitas vozes, há uma necessidade de escuta atenta aos brados daqueles que de fato são sujeitos participantes no processo – no estudo em questão, os sujeitos amazônidas.

Sendo assim, percebemos a importância de estudar a decolonidade na Ciência, assim como na Ciência produzida na Amazônia; no entanto, neste trabalho, não foi possível realizar essa pesquisa mais apurada. Em virtude disso, sugere-se essa abordagem em estudos futuros.

Outra inspiração para próximas pesquisas é um estudo sobre a relação entre jornalistas e pesquisadores nos Institutos Federais, uma vez que alguns dos jornalistas questionados trouxeram à superfície a dificuldade na efetividade desse relacionamento como um dos motivos do não incentivo e da não produção de materiais para a divulgação científica.

Por fim, considerando que o objetivo geral da pesquisa versava acerca de analisar os processos e as relações de trabalho jornalístico na divulgação científica feita pelos Institutos Federais da Amazônia Legal brasileira, este foi alcançado. Para tanto, fizemos uso de alguns caminhos, sendo eles: a revisão bibliográfica, a análise dos documentos norteadores das referidas instituições, a apreciação das notícias veiculadas nos portais dos Institutos Federais, a coleta de dados por meio de envio de questionários aos jornalistas e as entrevistas com os gestores de comunicação.

6 PARA ALÉM DA TESE...

Diante de tantos questionamentos e desafios, surge uma pergunta: existe um roteiro para uma boa divulgação científica? Ao finalizar essa etapa da pesquisa, arrisco-me a dizer que sim, pelo menos em teoria. Na prática, porém, é muito complicado definir métricas e passos, pois cada instituição tem suas especificidades, entretanto, vou tentar apresentar caminhos para que essa divulgação científica seja dialógica e horizontalizada.

O primeiro passo é institucionalizar a divulgação científica, de preferência com uma Política de Comunicação, mas, se não for possível, ela pode ser abordada no Regimento Interno, nos normativos dos setores de pesquisa e inovação, mas é preciso que a divulgação científica tenha seu papel normatizado, no intuito de resguardar sua execução e lugar dentro da instituição.

Outro caminho importante é abrir canais de diálogo nos portais institucionais. Entende-se que a moderação desses comentários e curtidas demanda pessoal, contudo não é possível ter diálogo sem o espaço para a sociedade questionar, direcionar, comentar ou curtir.

Momentos de sensibilização entre jornalistas e pesquisadores são necessários para a consolidação da divulgação científica, ambas as partes precisam entender que, nesse processo, o foco é o cidadão e não a instituição e/ou pesquisadores e/ou pesquisa.

A implantação de fluxos dentro dos setores de comunicação, pesquisa e inovação também é válida, visto que existem muitas iniciativas isoladas que não são levadas ao conhecimento do público e nem de toda a instituição.

Ainda que não tenha sido abordado nesta pesquisa, um outro passo interessante é a conexão com os estudantes pesquisadores, uma vez que eles podem auxiliar a suprir a falta de pessoal por meio de estágios e monitorias e envolvimento com a prática da divulgação da ciência, como pesquisadores aprendizes.

Por falar em conexão, outra etapa possível é a formação de redes de divulgação científica, nas quais as instituições sejam parceiras e solidárias umas com as outras.

Enfim, há caminhos possíveis. Aqui foram apresentadas algumas alternativas, não querendo constituir-se como regras e nem imposições, mas alternativas para que a divulgação científica contribua para a formação do sujeito em cidadão, capaz de exercer seus deveres e reivindicar seus direitos.

REFERÊNCIAS

- ALFONSO-GOLDFARB, A. M.; FERRAZ, M. H. M. Raízes históricas da difícil equação institucional da ciência no Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 16, n. 3, 2002, p. 3-14. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/spp/a/NgrxqwvgPGtLfdTSQc3fTPH/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 05 mai. 2024.
<https://doi.org/10.1590/S0102-88392002000300002>
- ANTUNES, R.; DRUCK, G. A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 34, jul/dez. 2015, p. 19-40. Disponível em:
<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/Sm4618UP754c17102374.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2023.
- ANTUNES, R. O trabalho, sua nova morfologia e a era da precarização estrutural. **Revista THEOMAI**, Buenos Aires, n. 19, 2009, p. 47-57. Disponível em:
<http://www.revista-theomai.unq.edu.ar/numero19/ArtAntunes.pdf>. Acesso em: 12. jul. 2023.
- ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ARAGÓN, L. E. A dimensão internacional da Amazônia: um aporte para sua interpretação. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 21, n. 42, 2018, p. 14-33. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/5676/4254>. Acesso em: 11 mar. 2023.
<https://doi.org/10.47946/rnera.v0i42.5676>
- ARAÚJO, D. da S. R.; PESSOA, Y. S. R. Q. Trabalho, Pandemia e Serviço Público: a precarização da classe trabalhadora brasileira. **Revista Valore**, Volta Redonda, v. 8, jun. 2023, p. 01-30. Disponível em:
<https://revistavalore.emnuvens.com.br/valore/article/view/1420/1135>. Acesso em: 09 ago. 2023.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARROS, J. D. **História Comparada**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- BENITE, A. M. C. Considerações sobre o enfoque epistemológico do materialismo histórico-dialético na pesquisa educacional. **Revista Iberoamericana de Educación**, Madrid, v. 50, n. 4, set. 2009, p. 01-15. Disponível em:
<https://rieoei.org/RIE/article/view/1887/2913>. Acesso em: 02 mar. 2023.
<https://doi.org/10.35362/rie5041887>
- BRANDÃO, E. P. Usos e significados do conceito Comunicação Pública. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação/Intercom, 29., 2006, Brasília. **Anais [...]**. Brasília, 2006, p. 01-14. Disponível em:

http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/lista_resumos.htm. Acesso em: 05 jan. 2024.

BRANDÃO, E. P. Conceito de Comunicação Pública. In: DUARTE, J. (Org.). **Comunicação Pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público**. São Paulo: Atlas, 2007, p. 01-33.

BRASIL. **Lei nº 1.806, de 06 de janeiro de 1953** – Dispõe sobre o Plano de Valorização da Amazônia, cria a Superintendência da sua execução e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 jan. 1953. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1806-6-janeiro-1953-367342-norma-pl.html>. Acesso em: 10 fev. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008** – Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 dez. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em: 02 fev. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 10.185, de 20 de dezembro de 2019** – Extingue cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal da administração pública federal e veda a abertura de concurso público e o provimento de vagas adicionais para os cargos que especifica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d10185.htm. Acesso em: 05 jan. 2024.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

BUENO, W. C. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. **Informação & Informação**, Londrina, v. 15, n. esp., dez. 2010, p. 01-12. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/6585/6761>. Acesso em: 01 jun. 2022.
<https://doi.org/10.5433/1981-8920.2010v15nesp.1>

CAMPOS, L. M. Classificação de objetos de fronteira na organização do conhecimento e o papel das ontologias. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, nov. 2018, p. 475-490. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/4314>. Acesso em :13 mai. 2022.
<https://doi.org/10.18617/liinc.v14i2.4314>

CANÁRIO, R. A escola e a abordagem comparada: novas realidades e novos olhares. **Sísifo – Revista de Ciências da Educação**, Lisboa, n.1, set./dez. 2006, p. 27-36. Disponível em: <https://sisifo.ie.ulisboa.pt/index.php/sisifo/article/view/37>. Acesso em: 12 mar. 2023.

CASTELFRANCHI, Y. **As serpentes e o bastão: tecnociência, neoliberalismo inexorabilidade**. 2008. 373 f. Tese (Doutorado em Sociologia) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008. Disponível

em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/427843>. Acesso em: 10 nov. 2023.

CASTELFRANCHI, Y. Por que comunicar temas de ciência e tecnologia ao público? (Muitas respostas óbvias... mais uma necessária). In: MASSARANI, L. (Coord).

Jornalismo e ciência: uma perspectiva ibero-americana. Rio de Janeiro: Museu da Vida/Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2010, p. 13-21. Disponível em:

<https://www.museudavida.fiocruz.br/index.php/publicacoes/livros/725-tcc-32>. Acesso em: 01 set. 2021.

CUNHA, R. B. O que significa alfabetização ou letramento para os pesquisadores da educação científica e qual o impacto desses conceitos no ensino de ciências. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 24, n. 1, jan./mar. 2018, p. 27-41. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132018000100027&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 01 set. 2021.

<https://doi.org/10.1590/1516-731320180010003>

D'ALMEIDA, N. G. S. B.; CAMPOS, L. M. Conceituação de objetos de fronteira: o papel das culturas epistêmicas. **Tendências da Pesquisa Brasileira e Ciência da Informação – TBPCI/ANCIB**, v. 14, 2021, [n.p.], online. Disponível em:

<https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/568>. Acesso em: 17 out. 2022.

DAVEL, M. A. N. Alfabetização científica ou letramento científico? Entre elos e duelos na educação científica com enfoque CTS. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências – ENPEC, 11., 2017, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis, 2017, p. 1-9. Disponível em: <https://www.abrapec.com/enpec/xi-enpec/anais/listaresumos.htm>. Acesso em: 13 mar. 2024.

DAZA-CAICEDO, S. La apropiación social de la ciencia y la tecnología como un objeto de frontera. In: VOGT, C.; DIAS, S.; PALLONE, S.; BARATA, G.; KANASHIRO, M. (Orgs). **Comunicação, divulgação e percepção de Ciência e Tecnologia (C & T)**. Petrópolis: De Petrus et Alii; Brasília: CAPES, CNPq, 2013, p. 49-62. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/280559468_La_apropiacion_social_de_la_ciencia_y_la_tecnologia_como_un_objeto_de_frontera. Acesso em: 26 nov. 2023.

DOMINGOS, M. A Trajetória do CNPq. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, jul./dez. 2004, p. 19-40. Disponível em:

<http://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/159>. Acesso em: 14 out. 2022.

ENTRADAS, M.; BAUER, M. W.; MARCINKOWSKI, F.; PELLEGRINI, G. The communication function of Universities: is there a place for science communication? **Minerva**, v. 62, 2023, p. 25-47. Disponível em:

<https://link.springer.com/article/10.1007/s11024-023-09499-8>. Acesso em: 02 fev. 2024.

<https://doi.org/10.1007/s11024-023-09499-8>

FAZENDA, I. C. A. Dificuldades comuns entre os que pesquisam educação. In: FAZENDA, I.C.A. (Org.). **Metodologia da Pesquisa Educacional**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010, p. 13-22.

FETTER, G. L. Variação terminológica nas pesquisas sobre divulgação científica: análise dos termos empregados por professores-pesquisadores das universidades brasileiras. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 61, n. 1, jan./abr. 2022, p. 46-59. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tla/a/sz7KrXV8g7cDtPqpGxXbR8R/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 mar. 2023.
<https://doi.org/10.1590/01031813v61n120228667394>

FIGARO, R. O mundo do trabalho e as organizações: abordagens discursivas de diferentes significados. **Organicom**, São Paulo, v. 5, n. 9, 2008, p. 90-100. Disponível em: <https://revistas.usp.br/organicom/article/view/138986>. Acesso em: 05 mai. 2024.
<https://doi.org/10.11606/issn.2238-2593.organicom.2008.138986>

FIGARO, R. Atividade de comunicação e trabalho dos jornalistas. **E-Compós**, Brasília, v.16, n.1, jan./abr. 2013, p. 01-20. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/855>. Acesso em: 10 jun. 2023.
<https://doi.org/10.30962/ec.855>

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GOLDEMBERG, J. Análise crítica da história da ciência no Brasil. **Revista da Universidade de São Paulo**, São Paulo, n. 2, ago. 1986, p. 29-58. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rusp/article/view/132116/128227>. Acesso em: 13 mai. 2022.
<https://doi.org/10.11606/issn.2595-2501.rusp.1986.132116>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2022: resultados da amostra**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>. Acesso em: 14 jan. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE. Portal Institucional. Disponível em: <https://www.ifac.edu.br>. Acesso em: 18 dez. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE. Conselho Superior (CONSU). **Resolução nº 27, de 22 de julho de 2019** – Dispõe sobre a alteração do Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre, aprovado pela Resolução CONSU/IFAC nº 095/2016. Rio Branco: CONSU-IFAC, 2019. Disponível em: <https://www.ifac.edu.br/orgaos-colegiados/conselhos/consu/resolucoes/2019/resolucoes-2019-1/resolucao-consu-ifac-no-27-2019>. Acesso em: 11 nov. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS. Portal Institucional. Disponível em: <https://www.ifam.edu.br>. Acesso em: 18 dez. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS. Conselho Superior Universitário (CONSUP). **Resolução nº 2, de 28 de março de 2011** – Dispõe sobre a aprovação do Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), e dá outras providências.

Manaus: CONSUP-IFAM, 2011. Disponível em:
<http://www2.ifam.edu.br/campus/itacoatiara/ensino/coordenacao-geral-de-ensino/graduacao/arquivos-lica-cita/resolucao-ndeg-2-2011-regimento-geral-do-ifam.pdf/view>.
Acesso em: 10 mar. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS. Conselho Superior Universitário (CONSUP). **Resolução nº 108, de 31 de outubro de 2019** – Dispõe sobre a Política de Comunicação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. Manaus: CONSUP-IFAM, 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ. Portal Institucional. Disponível em: <https://www.ifap.edu.br>. Acesso em: 19 dez. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ. Conselho Superior (CONSUP). **Resolução nº 18, de 24 de novembro de 2011** – Aprova a Política de Comunicação no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP. Macapá: CONSUP-IFAP, 2011. Disponível em: <https://ifap.edu.br/index.php/publicacoes/item/3843-resolucao-n-18-2011-consup>. Acesso em: 10 nov. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ. Conselho Superior (CONSUP). **Resolução nº 052, de 17 de agosto de 2018** – Aprova a revisão do Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP. Macapá: CONSUP-IFAP, 2018. Disponível em: <https://portal.ifap.edu.br/index.php/publicacoes/item/1382-resolucao-n-52-2018-consup>. Acesso em: 11 mar. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO. Portal Institucional. Disponível em: <https://www.ifma.edu.br>. Acesso em: 20 dez. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO. Conselho Superior Universitário (CONSUP). **Resolução nº 030, de 11 de junho de 2014** – Dispõe acerca do Regimento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão. São Luís: CONSUP-IFMA, 2014. Disponível em: <https://portal.ifma.edu.br/legislacao/>. Acesso em: 05 mai. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO. Conselho Superior Universitário (CONSUP). **Resolução nº 027, de 14 de dezembro de 2017** – Dispõe sobre a Política de Comunicação Interna do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão. São Luís: IFMA, 2017.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO. Portal Institucional. Disponível em: <https://www.ifmt.edu.br>. Acesso em: 20 dez. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO. Conselho Superior Universitário (CONSUP). **Resolução nº 70, de 8 de agosto de 2022** – Dispõe sobre o Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso. Cuiabá: CONSUP-IFMT, 2022. Disponível em:

<https://ifmt.edu.br/conteudo/noticia/divulgado-regimento-geral-do-ifmt-apos-reformulacao/>. Acesso em: 11 nov. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO. Conselho Superior Universitário (CONSUP). **Resolução nº 127, de 15 de dezembro de 2022** – Aprova a Política de Comunicação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso. Cuiabá: CONSUP-IFMT, 2022. Disponível em: <https://ifmt.edu.br/conteudo/pagina/resolucoes-consup-2022/>. Acesso em: 13 mar. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ. Portal Institucional. Disponível em: <https://www.ifpa.edu.br>. Acesso em: 20 dez. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ. Conselho Superior (CONSUP). **Resolução nº 190, de 21 de dezembro de 2020** – Dispõe sobre o Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, que regulamenta as atividades da administração superior, da Reitoria, dos Campi e demais órgãos que compõem a instituição. Belém: CONSUP-IFPA, 2020. Disponível em: <https://vlex.com.br/vid/resolucao-ifpa-consup-n-863745791>. Acesso em: 22 mai. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA. Portal Institucional. Disponível em: <https://www.ifro.edu.br>. Acesso em: 21 dez. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA. Conselho Superior (CONSUP). **Resolução nº 65, de 29 de dezembro de 2015** – Dispõe sobre o Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO. Porto Velho: CONSUP-IFRO, 2015. Disponível em: <https://portal.ifro.edu.br/consup-nav/resolucoes/2015/8745-resolucao-n-65-consup-ifro-de-29-dezembro-de-2015>. Acesso em: 10 nov. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA. Portal Institucional. Disponível em: <https://www.ifrr.edu.br>. Acesso em: 21 dez. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA. Conselho Superior (CONSUP). **Resolução nº 148, de 28 de fevereiro de 2014** – Dispõe sobre o Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Boa Vista: CONSUP-IFRR, 2014. Disponível em: <https://www.ifrr.edu.br/documents/408/resolucao-no-148-conselho-superior.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS. Portal Institucional. Disponível em: <https://www.ifto.edu.br>. Acesso em: 21 dez. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS. Conselho Superior (CONSUP). **Resolução nº 33, de 15 de abril de 2021** – Aprova alterações no Regimento Geral do Instituto Federal de Educação,

Ciência e Tecnologia do Tocantins. Palmas: CONSUP-IFTO, 2021. Disponível em: <https://portal.ifto.edu.br/ifto/colegiados/consup/documentos-aprovados/regimentos/regimento-geral-do-ifto/resolucao-33-2021-consup-ifto.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2023.

LORDÊLO, F. S.; PORTO, C. de M. Divulgação científica e cultura científica: conceito e aplicabilidade. **Revista Ciência em Extensão**, São Paulo, v. 8, n. 1, 2012, p. 18-34. Disponível em: https://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/view/515/632. Acesso em: 22 abr. 2023.

MANCOSO, K. et al. Pesquisa em desinformação e divulgação científica: uma revisão da literatura latino-americana. **Journal of Science Communication América Latina**, v. 06, n. 01, p. 1-22, 2023.
<https://doi.org/10.22323/3.06010201>

MARTINI, M. de los Á.; FILIPPI, C. V. Preprints en las ciencias de la vida: objetos frontera, cooperación y estandarización. **Revista CTS**, [s. l.], v. 17, n. 49, mar. 2022, p. 69-90. Disponível em: <http://ojs.revistacts.net/index.php/CTS/article/view/262>. Acesso em: 06 out. 2022.

MARTINS, L. M.; LAVOURA, T. N. Materialismo histórico-dialético: contributos para a investigação em educação. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 34, n. 71, set./out. 2018, p. 223-239. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/75VNGFj5PH5gy3VsPNp3L6t/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 set. 2023.
<https://doi.org/10.1590/0104-4060.59428>

MARTINS, J. A Pesquisa qualitativa. In: FAZENDA, I. C. A. (Org). **Metodologia da Pesquisa Educacional**. 12. edição. São Paulo: Cortez, 2010, p. 51-63.

MASSARANI, L.; MOREIRA, I. de C. A retórica e a ciência: dos artigos originais à divulgação científica. **MultiCiência – a linguagem da ciência**, Campinas, v. 4, mai. 2005, p. 01-18. Disponível em: https://www.academia.edu/2140376/A_ret%C3%B3rica_e_a_ci%C3%AAncia_dos_artigos_originais_%C3%A0_divulga%C3%A7%C3%A3o_cient%C3%ADfica. Acesso em: 22 nov. 2022.

MASSARANI, L.; SILVA, C. M. da; AMORIM, L.; MARIA, D. M. S. Science communication activities at research institutes in Brazil: recent expansion on the way to professionalization. **Anais da Academia Brasileira de Ciências**, v. 94, n. 4, 2022, p. 01-18. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aabc/a/B5vmBT9ZsdsmGt3kwPrpNK/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 02 mar. 2023.
<https://doi.org/10.1590/0001-376520220201936>

MEDEIROS, A.; CHIRNEV, L. **Guia de comunicação pública**. 1. ed. Brasília: Associação Brasileira de Comunicação Pública, 2021.

MENDONÇA, S. R. de; FONTES, V. M. **História do Brasil Recente: 1964-1992**. 4. ed. São Paulo: Editora Ática. 2004.

MESSEDER NETO, H. S. A divulgação científica em tempos de obscurantismo e de fake news: contribuições histórico-críticas. In: ROCHA, M. B.; OLIVEIRA, R. D. V. L. de. (Orgs). **Divulgação científica: textos e contextos**. 1. ed. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2019.

MOREIRA, S. V. Análise documental como método e como técnica. IN: DUARTE, J.; BARROS, A. (Orgs). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas, 2008. p. 269 a 279.

MOREIRA, I. de C.; MASSARANI, L. Aspectos históricos da divulgação científica no Brasil. In: MASSARANI, L.; MOREIRA, I. de C.; BRITO, F. (Orgs). **Ciência e Público: caminhos da divulgação científica no Brasil**. Rio de Janeiro: Casa da Ciência/UFRJ, 2002, p. 43-64. Disponível em: https://www.museudavida.fiocruz.br/images/Publicacoes_Educacao/PDFs/cienciaepublico.pdf. Acesso em: 26 ago. 2024.

MORIN, E. **Ciência com Consciência**. Trad. Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. 19. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

NOVELLI, A. L. C. R. Pesquisa de Opinião. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005, p. 164-179.

PACHECO, E. M.; PEREIRA, L. A. C.; DOMINGOS SOBRINHO, M. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: limites e possibilidades. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 16, n. 30, jan./jun. 2010, p. 71-88. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-04312010000100005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 set. 2023. <https://doi.org/10.26512/lc.v16i30.3568>

PADRÃO, M. R. A. de V. **A divulgação científica na fronteira entre espaço escolar e campo científico: o papel do professor da escola básica**. 2019. 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/43002>. Acesso em: 05 jan. 2023.

RANCIÈRE, J. **O mestre ignorante**. Trad. Lílian do Valle. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

RÊGO, A. R.; BARBOSA, M. **A construção intencional da ignorância: o mercado das informações falsas**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2020.

SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as ciências**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 32. ed. Campinas: Autores Associados, 1999.

SENA JÚNIOR, C. Z. de. Obscurantismo e anticientificismo no brasil bolsonarista: anotações sobre a investida profacista contra a inteligência no Brasil. **Cadernos GPOSSHE On-line**, Fortaleza, v. 2, n. especial, 2019, p. 21-49. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/CadernosdoGPOSSHE/article/view/1987>. Acesso em:

24 out. 2022.

<https://doi.org/10.33241/cadernosdogposshe.v3i1.1987>

SILVA, A. T. da. Governança global na Amazônia: o programa piloto para a proteção das Florestas Tropicais do Brasil. **Novos Cadernos NAEA**, v. 14, n. 2, dez. 2011, p. 219-236. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/559>. Acesso em: 24 jan. 2023.

<https://doi.org/10.5801/ncn.v14i2.559>

SILVA, B. A. da; OLIVEIRA, G. S. de; BRITO, A. P. G. Análise de conteúdo: uma perspectiva metodológica qualitativa no âmbito da pesquisa em educação. **Revista Cadernos da FUCAMP**, Monte Carmelo, v. 20, n. 44, 2021, p. 52-66. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2353>. Acesso em: 06 mar. 2024.

<https://doi.org/10.14393/che-v20-2021-32>

SILVA, G. C. **O trabalho imaterial do jornalista: relações de produção, conhecimento e reificação**. 2016. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/14038>. Acesso em: 15 nov. 2022.

SILVA, A. R. P; MASCARENHAS, S. A. do N. Implicações do Pensamento Decolonial para a Educação Amazônica. **Revista Multidebates**, n. 2, v. 2, 2018. SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

SODRÉ, M. O facto falso: do factóide às *fake news*. In: FIGUEIRA, J.; SANTOS, S. (Orgs). **As fake news e a nova ordem (des)informativa na era da pós-verdade**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019, p. 82-100. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316.2/47349>. Acesso em: 11 nov. 2022.

SZWAKO, J. O que nega o negacionismo? **Cadernos de Subjetividade**, São Paulo, ano 14, v. 1, n. 21 (Caderno do fim do mundo), 2020, p. 71-78. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/cadernossujetividade/issue/view/2462>. Acesso em: 14 abr. 2023.

VASCONCELOS, E. R. de; FREITAS, N. M. da S. Amazônia, entre um olhar científico e um olhar amazônica: pistas para um processo educativo que inicia com as preocupações locais. **REMEA – Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, v. 29, jul./dez. 2012, p. 01-16. Disponível em: <https://seer.furg.br/index.php/remea/article/view/2949>. Acesso em: 01 nov. 2021.

WACHOWICZ, L. A. A dialética na pesquisa em Educação. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 2, n. 3, jan./jun. 2001, p. 01-11. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/3541>. Acesso em: 11 mar. 2023.

<https://doi.org/10.7213/rde.v2i3.3541>

WARDLE, C. **Entender a desordem informacional**. 2.ed. First Draft. 2020.
Disponível em: https://firstdraftnews.org/wp-content/uploads/2020/07/Information_Disorder_Digital_AW_PTBR.pdf?x75440.
Acesso em: 4 mar. 2024.

WELLER, W.; PFAFF, N. Pesquisa qualitativa em Educação: origens e desenvolvimentos. In: WELLER, W.; PFAFF, N. (Orgs). **Metodologias da pesquisa qualitativa em Educação: teoria e prática**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 12–28.

ZAMBONI, L. M. S. **Cientistas, jornalistas e a divulgação científica: subjetividade e heterogeneidade no discurso da divulgação científica**. 1. ed. Campinas: Autores Associados/FAPESP, 2001.

APÊNDICE A – ROTEIRO DOS QUESTIONÁRIOS

27/02/2024, 15:00

Questionário: Trabalho jornalístico na Divulgação Científica

Questionário: Trabalho jornalístico na Divulgação Científica

Prezado (a), participante!

Este questionário conta com 30 questões. Ao responder, você está colaborando com a pesquisa **"A COMUNICAÇÃO DA CIÊNCIA COMO OBJETO DE FRONTEIRA NO ESTUDO DO TRABALHO JORNALÍSTICO NA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DOS IFs DA AMAZÔNIA LEGAL"**, realizada pela doutoranda Maiara Sobral Silva, sob orientação da prof.^a Dr.^a Adriana Cristina Omena dos Santos.

Esta pesquisa está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia.

Por se tratar de um questionário online, sugerimos que responda no dia, horário e local mais adequados para você!

Nossa intenção é registrar as respostas com maior fidelidade a sua realidade. Lembre-se, você não será identificado na divulgação dos resultados.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi obtido de forma virtual antes do início da sua participação na pesquisa e coleta de dados. Nesta pesquisa nós estamos buscando analisar os processos e as relações de trabalho jornalístico na divulgação científica feita pelos Institutos Federais da Amazônia Legal brasileira.

Antes de concordar em participar da pesquisa, você pode entrar em contato com os pesquisadores, em tempo real, para discutir as informações do estudo. Podendo entrar em contato com o pesquisador principal, Me. Maiara Sobral Silva, via aplicativo de mensagem Whatsapp no telefone (63) 98406-1458. Você tem o tempo que for necessário para decidir se quer ou não participar da pesquisa (conforme item IV da Resolução nº 466/2012 ou Capítulo. III da Resolução nº 510/2016).

Agradecemos a sua atenção e disponibilidade em nos atender. Sua opinião é muito importante para o desenvolvimento desta investigação.

1. E-mail *

27/02/2024, 15:00

Questionário: Trabalho jornalístico na Divulgação Científica

2. *Marque todas que se aplicam.*

Aceito participar do referido projeto de pesquisa, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido. Estou de acordo com o uso de minhas respostas para estudo. Estou ciente que em nenhum momento serei identificado na divulgação dos resultados da investigação.

Parte I - Perfil

3. 01) Seu sexo:

Marcar apenas uma oval.

- Feminino
 Masculino
 Prefiro não responder

4. 02) Sua faixa etária:

Marcar apenas uma oval.

- 20 a 24 anos
 25 a 29 anos
 30 a 34 anos
 35 a 39 anos
 40 a 44 anos
 45 a 49 anos
 50 a 54 anos
 55 a 59 anos
 acima de 60 anos

5. 03) Sua maior titulação atual:

Marcar apenas uma oval.

- Graduação
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Estágio pós-doutoral

6. 04) Além da profissão jornalista, exerce outra atividade remunerada? Caso sim, especifique no campo outros?

Marcar apenas uma oval.

- Não
- Outro: _____

Parte II - Formação

7. 05) Há quanto tempo é formado em Jornalismo?

Marcar apenas uma oval.

- Até 5 anos
- Entre 5 e 10 anos
- Entre 10 e 15 anos
- Mais de 15 anos

8. 06) Na sua graduação teve a disciplina de Jornalismo Científico?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

27/02/2024, 15:00

Questionário: Trabalho jornalístico na Divulgação Científica

9. 07) Na sua graduação teve a disciplina de Divulgação Científica?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

Parte III - Trabalho

10. 08) Trabalha em qual instituição?

Marcar apenas uma oval.

IFAC

IFAM

IFAP

IFMA

IFMT

IFPA

IFRO

IFRR

IFTO

11. 09) Você é concursado?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

27/02/2024, 15:00

Questionário: Trabalho jornalístico na Divulgação Científica

12. 10) Há quanto tempo trabalha no cargo de jornalista na referida instituição?

Marcar apenas uma oval.

- Até 5 anos
- Entre 5 e 10 anos
- Entre 10 e 15 anos
- Mais de 15 anos

13. 11) Exerce Função Gratificada (FG) ou Cargo de Direção (CD)?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

14. 12) Atua na divulgação científica da referida instituição?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

15. 13) Se sim, em quais formas de divulgação científica?

Marcar apenas uma oval.

- Assessoria em eventos de ciência e tecnologia
- Produção de conteúdo para mídias sociais
- Produção de matérias para portal institucional
- Outro

27/02/2024, 15:00

Questionário: Trabalho jornalístico na Divulgação Científica

16. 14) Qual o fluxo de solicitação para divulgação científica?

Marcar apenas uma oval.

- Via e-mail
- Via Whatsapp/telefone
- Via sistema interno (Suap, Sei, entre outros)
- Pessoalmente
- Outro

17. 15) Qual a prioridade do trabalho jornalístico na instituição?

Marcar apenas uma oval.

- Assessoria de imprensa
- Assessoria do gestor máximo
- Cobertura de eventos
- Divulgação de editais/processos seletivos
- Divulgação científica
- Produção de conteúdo para mídias sociais
- Outra

18. 16) A instituição na qual trabalha possui Política de Divulgação Científica?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

19. 17) Se possui Política de Divulgação Científica, qual o documento norteador?

27/02/2024, 15:00

Questionário: Trabalho jornalístico na Divulgação Científica

20. 18) O que você entende por divulgação científica?

Parte IV - Qualidade de Vida

21. 19) Seu trabalho na divulgação científica satisfaz suas expectativas de antes do ingresso na instituição?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

22. 20) Comente sobre sua resposta à questão anterior sobre expectativas de antes do ingresso na instituição.

23. 21) Como as demandas de trabalho impactam na sua vida pessoal?

27/02/2024, 15:00

Questionário: Trabalho jornalístico na Divulgação Científica

24. 22) Qual a sua carga horária semanal?

Marcar apenas uma oval. 25 horas 40 horas Outra

Parte V - Precarização do Trabalho

Sobre as afirmações abaixo, assinale a opção que mais aproxime da sua opinião.

25. 23) A composição da equipe atende às demandas de divulgação científica da instituição?

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

Disc Concordo

26. 24) A formação da equipe enfraquece o trabalho do jornalista na divulgação científica?

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

Disc Concordo

27. 25) Você se sente incentivado a produzir material para divulgação científica?

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

Disc Concordo

27/02/2024, 15:00

Questionário: Trabalho jornalístico na Divulgação Científica

28. 26) Comente sobre sua resposta à questão anterior sobre incentivo à produção de material para divulgação científica.

29. 27) A comunidade externa participa do planejamento das atividades de divulgação científica?

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

Disc Concordo

30. 28) A comunidade interna participa do planejamento das atividades de divulgação científica?

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

Disc Concordo

31. 29) Comente sobre a participação das comunidades externa e interna no planejamento das atividades de divulgação científica.

27/02/2024, 15:00

Questionário: Trabalho jornalístico na Divulgação Científica

32. 30) Qual o trabalho de divulgação científica que você faz e qual o trabalho que gostaria de fazer?

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

27/02/2024, 15:00

Questionário: Trabalho jornalístico na Divulgação Científica

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

04/03/2024, 11:49

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada: "A COMUNICAÇÃO DA CIÊNCIA COMO OBJETO DE FRONTEIRA NO ESTUDO DO TRABALHO JORNALÍSTICO NA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DOS IF's DA AMAZÔNIA LEGAL", sob a responsabilidade dos pesquisadores Me. Maiara Sobral Silva e Dra. Adriana Cristina Omena dos Santos.

Nesta pesquisa nós estamos buscando analisar os processos e as relações de trabalho jornalístico na divulgação científica feita pelos Institutos Federais da Amazônia Legal brasileira.

Antes de concordar em participar da pesquisa, você pode entrar em contato com os pesquisadores, em tempo real, para discutir as informações do estudo. Podendo entrar em contato com o pesquisador principal, Me. Maiara Sobral Silva, via aplicativo de mensagem Whatsapp no telefone (63) 98406-1458. Você tem o tempo que for necessário para decidir se quer ou não participar da pesquisa (conforme item IV da Resolução nº 466/2012 ou Capítulo. III da Resolução nº 510/2016).

Após confirmação de sua participação, você receberá por e-mail um link para acesso ao questionário estruturado, com 30 questionamentos, entre questões fechadas e evocações dissertativas referentes ao seu trabalho jornalístico na divulgação científica, no qual você registrará as respostas com maior fidelidade a sua realidade. O questionário é dividido em cinco seções: perfil, formação, trabalho, qualidade de vida e precarização do trabalho; a estimativa de tempo para responder ao questionário é entre 20 a 30 minutos.

Você tem o direito de não responder qualquer questão, sem necessidade de explicação ou justificativa para tal. Você não terá nenhum gasto e nem ganho financeiro por participar na pesquisa. Nós, pesquisadores, atenderemos as orientações das Resoluções nº 466/2012, Capítulo XI, Item XI.2:f e nº 510/2016, Capítulo VI, Art. 28: IV - manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa.

É compromisso do pesquisador responsável a divulgação dos resultados da pesquisa, em formato acessível ao grupo ou população que foi pesquisada (Resolução CNS nº 510 de 2016, Artigo 3º, Inciso IV). Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada.

Os possíveis riscos existentes na pesquisa consistem em uma mínima probabilidade de identificação a partir das respostas dos questionamentos abertos, porém, para reduzir ao máximo o pesquisador receberá as respostas via formulário analisando-as de forma a evitar que as respostas tragam identificação dos participantes de pesquisa.

Nos questionamentos abertos o pesquisador se responsabiliza em não publicar informações que aumentem a probabilidade de identificação do participante da pesquisa.

Para minimizar alguns riscos do ambiente virtual, é importante que você tenha todo o cuidado com a segurança e privacidade do local quando realizar o acesso às etapas

04/03/2024, 11:49

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

virtuais da pesquisa para que sejam garantidos o sigilo e a confidencialidade necessários.

Os benefícios serão condensar e mapear informações sobre o trabalho do jornalista na Comunicação da Ciência em instituições públicas da Amazônia Legal brasileira. De forma indireta, a pesquisa contribuirá para o aperfeiçoamento da discussão sobre Comunicação da Ciência fora do eixo Sul/Sudeste do Brasil e o papel do jornalista nesse processo de comunicação.

Havendo algum dano decorrente da pesquisa, você terá direito a solicitar indenização através das vias judiciais (Código Civil, Lei 10.406/2002, Artigos 927 a 954 e Resolução CNS nº 510 de 2016, Artigo 19).

Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem qualquer prejuízo ou coação.

Até o momento da divulgação dos resultados, você também é livre para solicitar a retirada dos seus dados da pesquisa, procedendo com envio de e-mail para: maiara@ifto.edu.br, com tal solicitação, que será respondida pela pesquisadora.

Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido terá uma cópia enviada para seu e-mail, via formulário, logo após o aceite na participação, desta forma é importante que você guarde essa cópia em seus arquivos. Este termo está assinado pelo(a) pesquisador(a) responsável, e contém seu telefone e endereço para que você possa tirar dúvidas sobre o projeto e sua participação.

Em qualquer momento, caso tenha qualquer dúvida ou reclamação a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com Maiara Sobral Silva, telefone (63) 98406 - 1458, instituição originária da pesquisa Universidade Federal de Uberlândia, localizado na Av. João Naves de Ávila, nº 2121.

Para obter orientações quanto aos direitos dos participantes de pesquisa acesse a cartilha no link:

https://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/img/boletins/Cartilha_Direitos_Participantes_de_Pesquisa_2020.pdf.

Você poderá também entrar em contato com o Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos – CEP, da Universidade Federal de Uberlândia, localizado na Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco A, sala 224, campus Santa Mônica – Uberlândia/MG, 38408-100; pelo telefone (34) 3239-4131 ou pelo e-mail cep@propp.ufu.br.

O CEP/UFU é um colegiado independente criado para defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e para contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde.

Uberlândia, 15 de fevereiro de 2024

Contato dos pesquisadores:**Me. Maiara Sobral Silva**

Telefone: (63) 98406 - 1458

04/03/2024, 11:49

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

E-mail: maiara@ifto.edu.br

Dra. Adriana Cristina Omena dos Santos

Telefone: (34) 99167 3521

E-mail: adriomena@gmail.com

** Indica uma pergunta obrigatória*

1. E-mail *

2. Após a atenta leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, responda: *

Marcar apenas uma oval.

SIM, aceito participar do referido projeto de pesquisa, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido. Estou de acordo com o uso de minhas respostas para estudo. Estou ciente que em nenhum momento serei identificado na divulgação dos resultados da investigação.

NÃO aceito participar do referido projeto de pesquisa.

3. Após a atenta leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, insira seu *
nome completo:

4. Após a atenta leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, insira *
novamente seu e-mail:

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

04/03/2024, 11:49

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO